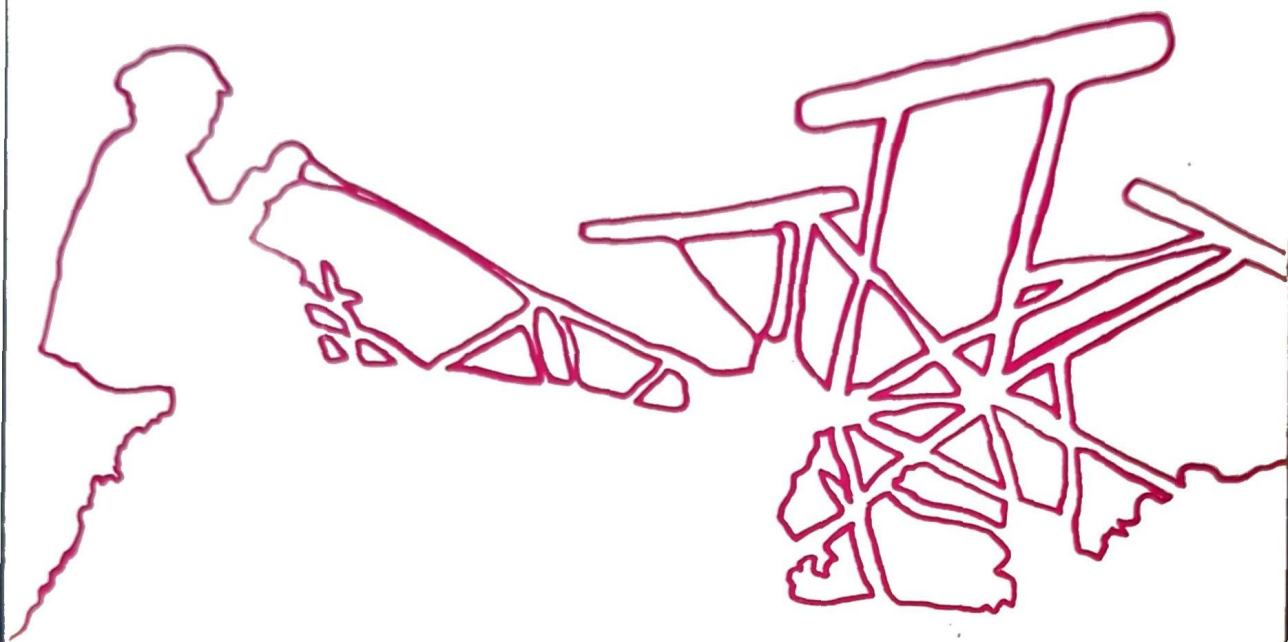


Robert Linhart



**Lenin
anponeses
Taylor**

85(47)

51

U~



EDITORIA
MARCO ZERO



LENIN,
OS CAMPONESES,
TAYLOR



Livros & Livros

DO LIVRO NOVO AO USADO
COMPRA - VENDA - TROCA

Fone (0482) 22-1244

Rua Marechal Deodoro, 13 - Sala 02

Sobreloja - Edifício Max - 88010

Florianópolis - Santa Catarina

Título do original francês: *Lenin, les paysans, Taylor*

Copyright by Éditions du Seuil, 1976
Direitos para a publicação no Brasil adquiridos pela
Editora Marco Zero Ltda., Travessa da Paz, 15, Rio Comprido, RJ, Rio de Janeiro, Telefone: 273-2337.

Coleção Socialismo Hoje

Diretores:

Maria José Silveira
Vladimir Palmeira
Felipe José Lindoso
Márcio Souza

221588
330.85(47)
L755L

Tradução de Daniel Aarão Reis
e Lucia Aarão Reis

Registro: _____
Fornecedor: _____
Forma de aquisição: _____
Termo de Responsabilidade: _____
Preço: _____ Empenho: _____

BIBLIOTECA SETORIAL DO CCHLA

BIBLIOTECA SETORIAL DO CCHLA

Registro: 2015017910

Fornecedor: Valdemar Santos P. Filho

Forma de aquisição: Doação

Termo de Responsabilidade: 3378/2015

Preço: 10,00 Empenho: _____

Data: 23/04/2015

Do mesmo autor, já publicado no Brasil:
"Greve na fábrica", Edições Paz e Terra.

ÍNDICE



DOAÇÃO

O Amor à Vida	7
Lenin e os camponeses	21
O movimento de massa	23
A fome	33
O ódio	50
A revolução cultural	62
Lenin e o Taylorismo	75
O que é o sistema Taylor?	77
Limites da crítica de Taylor por Lenin antes da revolução de outubro	84
Complexidade da posição "tayloriana" de Lenin em 1918	104
Rede Ferroviária: emergência da ideologia soviética do pro- cesso de trabalho	116
Os sábados comunistas	138
O proletariado inencontrável	151

INTRODUÇÃO

O Amor à vida

“Os homens não morrerão sempre calmamente.”
John Maynard Keynes, 1919.

Um homem vaga sozinho na imensidão gelada do Extremo Norte canadense, esfomeado, exaurido. Está perdido, seu companheiro morreu: luta para atingir o litoral.

Um lobo o espreita. Mas um lobo doente, numa situação quase tão ruim como a sua, que não ousa atacá-lo enquanto o homem parece ainda conservar alguma força.

Enfim, sem forças para dar mais um passo, o homem cai por terra. O lobo, acreditando que sua hora chegou, aproxima-se e tenta apertar os dentes na carne do homem. Mas ele próprio encontra-se tão enfraquecido pela doença que não consegue fechar as mandíbulas na presa. O homem é sacudido então por um último arranco: morde o lobo e é tamanha a energia do desespero que seus dentes abrem uma ferida na fera, cujo sangue ele bebe. O alimento lhe dá forças para continuar a caminhada. E ele atinge finalmente o litoral onde é salvo por um navio.

Uma vez a bordo, marcado pela dura experiência, ele passa a ter sempre medo da fome; acumula e devora incansavelmente os biscoitos que pode pegar, a ponto de se tornar obeso. . .

A novela de Jack London se chama *O Amor à Vida*. Trata-se do último texto cuja leitura Lenin quis ouvir, dois dias antes de sua morte, em janeiro de 1924. Lenin gostava muito desta história. E faleceu com esta imagem de uma luta final e atroz entre um

homem esfomeado e um lobo doente, no momento em que a jovem República soviética, exaurida, mas provisoriamente vitoriosa, consolidava-se com a NEP ("Nova Política Econômica", adotada em 1921, pouco depois do fim da guerra civil.)

Quatorze Estados imperialistas, aliados às forças reacionárias russas, tentaram, durante três anos, despedaçar a Rússia exangue, onde o proletariado fundara seu Estado através da revolução de Outubro. Mas estas feras estão, por sua vez, muito doentes para fechar completamente suas mandíbulas: a guerra mundial, sangrando a Europa desde 1914, as exauriu; as populações sofrem terrivelmente; a classe operária não agüenta mais e é hostil a esta operação policial contra-revolucionária, que ainda prolonga uma carnificina interminável. Motins, greves, revoltas enfraquecem a intervenção que acaba sendo derrotada pela encarniçada resistência do jovem Estado. Deste corpo-a-corpo emerge uma formação soviética profundamente marcada pelas condições mesmas de seu nascimento, pela experiência da guerra e da fome.

Neste começo do século XX, a própria Europa imperialista, que mergulhou a maior parte do mundo na assustadora noite colonial, torna-se área de enfrentamentos.

Quem contará a história desta gigantesca máquina de opressão do mundo inteiro, sobre a qual flutuava a *Belle Époque*¹ européia das famosas cortesãs e dos primeiros automóveis? Quem contará a história das centenas de milhões de escravos da Ásia, da África, da América Latina? A história dos coolis² caindo como moscas? Dos negros exterminados em massa na construção das grandes estradas de ferro africanas? Dos campos de concentração e das grandes plantações da Indonésia e da Indochina? Dos milhões de mortos desconhecidos caídos sem identidade: "indígenas"? Das civilizações devoradas, absorvidas pela noite? — é claro que um livro desses não conseguiria ganhar um prêmio Nobel. . .

De massacre em massacre, a repartição do botim acabou em carnificina: depois de 1914, a Europa engolfada em sangue mergulha por sua vez na barbárie.

¹ Belle époque — período de euforia que caracterizou a Europa no auge de sua força, simbolizado pelo café-concerto parisiense. (N. do Tradutor.)

² Coolis — trabalhadores chineses que eram contratados para realizar tarefas exaustivas em outros países. (N. do Tradutor.)

1914-1920: emerge um mundo novo. A primeira ditadura proletária estável. Mas também as premissas das mais aperfeiçoadas formas da ditadura da burguesia — as duas enfrentando-se na Europa, começando um processo de luta e interação. E, no resto do mundo, o início de uma era de revoltas contra o imperialismo e de guerras de libertação nacional. “As salvas da revolução de Outubro nos trouxeram o marxismo-leninismo”, dirá Mao Tse-tung, referindo-se ao período em que os povos que procuravam caminhos de resistência contra a opressão colonial perceberam a revolução de Outubro como o primeiro golpe decisivo dado ao sistema de dominação do grande capital. Primeiros clarões da alvorada.

Neste período a transformação brutal da Europa comporta ao mesmo tempo profundos antagonismos e características globais. Se existe, em cada momento, para tipos semelhantes ou comparáveis de formações sociais, um nível de conjunto e um sistema determinado de técnicas *produtivas*, existe igualmente um nível dado e um sistema de técnicas *estatais* e de meios de exercício do poder — começando por sua forma mais radical: a guerra.

Do imbroglío europeu emergiram a União Soviética, Lenin, o Exército Vermelho, Stalin.

Mas daí também surgiram o cabo Adolf Hitler, o sargento Doriot, o general Pétain. E sabemos o papel que iriam desempenhar mais tarde as associações de ex-combatentes, os embriões dos *corps francs*¹, os primeiros grupos fascistas, as organizações nazistas. O Estado francês de Vichy² — ou seja, a própria estrutura do Estado francês “moderno” — começa a tomar forma, em termos gerais, a partir desta época.

A selvageria da Primeira Guerra Mundial e a crise profunda do imperialismo colocaram de uma forma nova em todos os países da Europa as questões fundamentais da organização social — da simples sobrevivência — e do sistema produtivo e estatal.

O economista inglês John Maynard Keynes, que se tornaria famoso mais tarde por inspirar as novas políticas econômicas dos Estados capitalistas estremecidos pela Grande Depressão de 1929, foi também marcado pela experiência da Primeira Guerra Mundial

¹ Milícias não-regulares.

² Vichy — sede do governo francês que colaborou com a ocupação nazista entre 1940 e 1945.

— ele integrava a delegação britânica à Conferência de Paz que formulou o tratado de Versalhes. Escrevia em 1919:

“Antes da guerra, (a Europa) satisfazia bastante bem suas necessidades, através de um organismo delicado e extremamente complexo, baseado em fundamentos de hulha, de ferro e de transportes. *Em virtude da destruição desta organização e da interrupção das importações, parte da população se encontra privada de meios de subsistência.*

(...) O perigo que nos ameaça é, em consequência, a queda das condições de vida dos povos europeus a um ponto tal (*um ponto que já foi atingido na Rússia e também na Áustria*) que, para alguns, será de autêntica fome. Os homens não morrerão sempre calmamente: porque a inanição, provocando a letargia e o desespero impotente, empurra certos temperamentos para a agitação nervosa da histeria e para o mais furioso desespero. Estes, na desgraça em que se acham, poderão subverter o que sobra de organização e esmagar a civilização levados pelo desejo de satisfazer sem limites suas terríveis paixões. Contra semelhante perigo, devemos unir todos os recursos, toda a coragem, todo o nosso idealismo.” (J. M. Keynes, *Les Conséquences économiques de la paix*. Paris, 1920, p. 184-185.)

É notável o tom moralista do elegante economista: como se coubesse a um representante da City — e do “mundo dos negócios” capitalista que jogara a Europa na matança — dar lições de bom comportamento aos povos exasperados! O fato é que a Europa capitalista mobilizou, na defesa da “civilização”, não o seu “idealismo”, mas todos os recursos de seu militarismo: Pétain, Weygand, Noske, Koltchak e Denikin, os *corps francs*, os exércitos brancos, as tropas coloniais, os tribunais e as prisões militares, as execuções sumárias e os massacres.

Vejamos o exemplo da França. Pétain deu seus primeiros passos como estadista da burguesia na tempestade de 14-18. *Foi em 1917*, diante da sublevação dos proletários uniformizados desesperados pelas inúteis ofensivas e que se amotinavam maciçamente, *que ele definiu os princípios sistemáticos do Estado burguês autoritário* — e voltará a encarná-lo de 1940 a 1944 sob ocupação alemã e com o apoio dos hitleristas. Pétain resume e celebra sua autêntica política fascista num relatório de 1925, intitulado: “A crise moral e militar de 1917”:

"A partir da generalização das agitações no Exército, uma estrita vigilância dos elementos suspeitos foi organizada e a preocupação é de estendê-la ao conjunto do país (...). Porque, não há como dissimulá-lo, o perigo vem sobretudo da retaguarda, e o alto comando reclamou do governo um trabalho paralelo ao seu no sentido de extinguir no país os focos infecciosos perfeitamente definidos.

(A carta de 2 de junho de 1917) relaciona as medidas que incumbem ao governo:

a) vigiar e esmagar as organizações que dentro das fronteiras nacionais tentam lançar a indisciplina no exército, levando-o à revolta (...);

b) controlar e orientar a imprensa; proibir críticas ao alto comando (...) Conseguir descrição sobre a revolução russa, as greves na França, a questão da paz (...);

c) examinar rapidamente os processos de condenação à morte submetidos ao chefe de Estado;

d) expedir para o sul da Argélia e da Tunísia as oficinas de condenados e de expulsos das fileiras, as companhias de trabalhadores búlgaros, os destacamentos de trabalhadores indígenas indisciplinados, autênticos focos de desmoralização (...)" (Pétain, *La crise morale et militaire de 1917*, Paris, 1966, p. 106-108.)

Programa de ditadura abertamente terrorista da burguesia, mais ameaçada pelas sublevações proletárias do que pela guerra interimperialista. A repressão de 1917 é o embrião do sistema ditatorial que a burguesia organizará sob a direção do próprio Pétain, levado ao poder em virtude das vagas nazistas vitoriosas. O Estado e o sistema administrativo edificados então logo após a Libertação da França e a "depuração" superficial que se seguiu, permanecem, no essencial, vigentes até os dias de hoje¹.

¹ Sabe-se que muitos aspectos da organização administrativa e profissional da França atual remontam a Vichy: a reacionaríssima "Ordem dos Médicos", criada no tempo de Pétain, defende sua existência e sua ideologia com um notório encarniçamento. O sistema estatístico atual foi, no essencial, organizado pela administração de Pétain.

Pode-se consultar o livro do historiador americano Robert O. Paxton, *La France de Vichy* (Paris, 1974), que analisa detalhadamente o papel importante do período petainista na "modernização" do aparelho estatal e produtivo francês. Ver o capítulo "Bilan: l'héritage de Vichy", p. 309-332, em especial p. 325-326: "É na administração pública, na modernização e

O Estado francês de Giscard e Ponatowski, da prisão de Toul, do massacre dos prisioneiros em julho de 1974, das “razzias” contra os árabes, dos espancamentos, dos seqüestros na prisão clandestina de Arenc, das milícias antioperárias de Sochaux e de outros lugares, da batalha de Alger, do “telefone” de Massu e de Bigeard. . . é também o herdeiro de Vichy e, mais remotamente, das experiências de condicionamento e de enquadramento da população em 1917, nos mais graves momentos da Primeira Guerra mundial.

Alguns tentam recolocar em moda a social-democracia e as correntes “socialistas” antibolcheviques da época. Contudo, os dirigentes operários que traíram a causa do proletariado em 1914-1918, aliando-se mais ou menos abertamente à “União Sagrada” preconizada pela burguesia, têm uma responsabilidade direta neste momento decisivo. O sindicalista Merrheim decidiu entrar o movimento proletário nascente “para livrar a França de uma paz do tipo de Brest-Litovski”¹. É fato que a França não teve uma paz do tipo da de Brest-Litovski, em 1917-1918. Mas houve sangrentas represões — no início, de motins no exército e na marinha, mais tarde, de greves operárias; houve também o desemprego e a miséria operária da década de 1930; a continuação e o agravamento da exploração terrorista das colônias; a ocupação nazista, a rua Lauriston, as guerras coloniais da África e da Ásia, a tortura, a OES (Organiza-

na planificação econômica que as medidas — e o pessoal — de Vichy se perpetuam com mais evidência. (...) A evolução que constatamos de 1940 a 1944 — abandono das concepções tradicionais pela gestão de especialistas e pela modernização planificada — corresponde às tendências a longo prazo da política e da economia.”

E, pg. 332: “É a partir de então (na época de Vichy) que uma geração de técnicos e de patrões adquiriram uma nova experiência e um novo poder.”

¹ Ver Philippe Bernard, *La fin d'un monde* — 1914-1929, Paris, 1975, p. 99: “Em 1918, aproveitando-se do descontentamento provocado pela convocação dos trabalhadores qualificados das classes mais jovens, substituídos nas fábricas por trabalhadores estrangeiros, uma minoria sindical tentou organizar um movimento simultaneamente derrotista e revolucionário, análogo ao que se produzira na Rússia: é (...) a impressão que se tem da evolução dos acontecimentos, especialmente na região de Saint-Etienne (...). Clemenceau, na ocasião, foi ajudado pelo dirigente do Comitê de Defesa Sindicalista, Merrheim (...). Merrheim nunca aderira às teses do derrotismo revolucionário: “Não queríamos que a França passasse pela experiência da paz de Brest-Litovski”, declarou no Congresso da CGT, em 1919, justificando seu comportamento na época.”

ção do Exército Secreto), o cretinismo burguês, o *Parisien libéré*, e Guy Lux. . .

Época impiedosa: o encarniçamento da confusão geral funcionou como um processo de seleção das espécies. Dos dois lados. No campo da burguesia: primeiras experiências de capitalismo de Estado com o racionamento e a subordinação da indústria às tarefas militares; transformação dos métodos políticos e embriões do fascismo; primeiras formulações keynesianas. . . Nas fileiras operárias, tudo o que não passava de oportunismo antes de 1914 aparece como traição aberta, à luz dos anos de guerra; as nuances tornaram-se abismos: falência do sindicalismo e da II Internacional.

No campo proletário, qualquer erro político na estratégia e na tática da insurreição é fatal. Os proletariados alemão, húngaro e italiano passam por uma sangrenta experiência.

O programa dos spartakistas alemães, publicado em janeiro de 1919, após o começo da insurreição de 9 de novembro de 1918, declarava:

“A revolução proletária, nos seus começos, não implica nenhuma política de terror (. . .) Não precisa derramar sangue, porque não visa aos seres humanos, mas às instituições e às coisas.”

Dias depois, a insurreição proletária era afogada em sangue e Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, que redigiram essas linhas, seriam massacrados pelo exército alemão obedecendo ordens de um governo “social-democrata”.

Béla Kun pensava estar “mais à esquerda” que Lenin, particularmente em virtude de sua política agrária que negava a distribuição das terras, objetivando transformar diretamente as grandes explorações senhoriais húngaras em fazendas estatais. Não obteve o apoio da massa camponesa e a República húngara dos Conselhos foi submergida depois de uma rápida experiência de 133 dias e de uma resistência heróica às tropas imperialistas (entre as quais as forças francesas do general Franchet d’Esperey, que veio combater o bolchevismo e ‘salvar a civilização’, como o seu colega Weygand em Varsóvia no ano seguinte). A social-democracia húngara, em cujos compromissos confiara Béla Kun, traiu a revolução, entregando o país às tropas romenas, francesas etc., abrindo caminho ao terror fascista do regente Horthy.

A tempestade dos motins e das insurreições propagou-se por toda a Europa. Mas, do lado proletário, só emergiu e se manteve o Estado soviético. As condições extraordinariamente difíceis do nascimento da primeira ditadura estável do proletariado, em si mesmas, *já constituíam um limite.*

Para os que abstraem as terríveis condições da formação do primeiro Estado proletário, condições impostas pela barbárie imperialista, e pretendem julgá-lo como pura encarnação da “concepção marxista” (ou da “concepção leninista”), imaginamos o seguinte diálogo: “O que é que vocês queriam que ele fizesse?” Resposta: “Que morresse!”.

Não faz sentido falar da política de Lenin e da formação da União Soviética sem analisar as condições concretas em que existiram — condições que também produziram em toda a Europa novas formas de ditadura da burguesia.

Citemos novamente o testemunho de Keynes, insuspeito de simpatia pelo bolchevismo. Em “*Les Conséquences économiques de la paix*”, continuando a traçar o quadro da miséria européia após a Primeira Guerra mundial, refere-se à *Rússia, à Hungria e à Áustria*:

“Nestas regiões a desgraça da existência e a decomposição da sociedade são tão conhecidas que não precisam ser analisadas. Estes países (...) *são um exemplo vivo do nível de sofrimentos que o homem pode suportar* e dos limites até onde pode cair a sociedade (...). A produtividade física e as defesas contra a doença diminuem pouco a pouco, mas a vida, bem ou mal, continua, até que sejam atingidos enfim os limites da resistência e que os conselhos do desespero e da loucura sacudam os que sofrem da letargia que precede a crise. Então, o homem se agita e são quebradas as normas do costume. O poder das idéias é soberano. O homem ouve todas as sugestões de esperança, de ilusão, de vingança que lhe são trazidas pelo vento. No momento em que escrevemos, o bolchevismo russo parece em extinção, ao menos por enquanto, e os povos da Europa central e oriental encontram-se mergulhados num torpor assustador.” (*Op. cit.* p. 200-201.)

De fato, a Rússia soviética, reduzida por seus inimigos no verão de 1918 às dimensões do grão-ducado de Moscóvia, e que se encontrava, naquele ano de 1919, destruída pela fome, pelo frio, pelo tifo, assaltada pelas tropas invasoras e pelos exércitos brancos

de Koltchak e Denikin, parecia perto do fim. Lenin, num discurso proferido em 4 de junho de 1918 (Relatório sobre a luta contra a fome), mostrava a gravidade da situação em termos semelhantes aos empregados por Keynes no ano seguinte:

“Em toda a parte, tanto nos países beligerantes como nos países neutros, a guerra, a guerra imperialista entre os dois grupos de gigantescas aves de rapina, provocou o esgotamento total das forças produtivas. A ruína e a miséria chegaram a tal ponto que nos países mais evoluídos, mais civilizados e mais cultos, que não sabiam o que era a fome há dezenas e mesmo há centenas de anos, *a guerra engendrou a fome*, no sentido mais autêntico, mais literal da palavra (...). A Alemanha e a Áustria, por exemplo, para não falar dos países vencidos e avassalados, sofrem fome, uma fome das mais autênticas... Agora que todos os meios de produção foram colocados a serviço da guerra, as previsões mais sombrias realizam-se sob nossos olhos, e constatamos que a volta à barbárie, à fome e à decadência geral de todas as forças produtivas atingem um número crescente de países.

Temos agora de resolver o problema mais elementar de qualquer comunidade humana: vencer a fome...” (Oeuvres complètes, t. 27, ps. 447, 448, 451.)

“*Resolver o problema mais elementar de qualquer comunidade humana.*” Emergindo numa Europa devastada, a economia soviética nasceu e tomou forma enquanto *modo de resolução dos problemas mais elementares da sobrevivência*: alimentar-se, aquecer-se, produzir as coisas mais indispensáveis à existência humana. Esta economia, desde o início, coloca-se na dependência dos fenômenos naturais (e ao mesmo tempo à mercê de catástrofes imputáveis a ações humanas); ela está marcada pelo ritmo das estações do ano, pelo ciclo dos trabalhos agrários (as épocas de plantio, de colheita e de cultivo da terra), o problema dos transportes indispensáveis e das comunicações, as ofensivas do frio e as dificuldades próprias do inverno, a procura dos combustíveis, a resistência às epidemias... Quando, em dezembro de 1919, na 8.^a Conferência do PC (b)R, Lenin relaciona e analisa os principais problemas do momento, constata-se de que forma se resumem às condições fundamentais da **simples sobrevivência**:

"O problema do abastecimento está na base de todos os problemas (...). Um outro problema essencial é o do combustível (...). A lenha deve nos salvar (...).

A terceira tarefa é a luta contra os piolhos que transmitem o tifo exantemático. Esta espécie de tifo, numa população enfraquecida pela fome, doente, sem pão, sem sabão, sem combustível, pode degenerar numa calamidade que nos impedirá de vencer as dificuldades no rumo da construção de qualquer tipo de socialismo.

Trata-se de um primeiro passo na luta pela cultura, e se trata de uma luta pela existência." (O. C. t. 30, ps. 185-187.)

O trigo, o pão, a lenha, os cultivos, os trens de abastecimento e de combustível... As palavras de ordem, de uma rigorosa simplicidade, sucedem-se: "Tudo pelo abastecimento!", "Tudo pela colheita!", "Tudo pelo combustível!", "Tudo pelos transportes!". De uma para outra frente fundamental, sem descanso. Ao mesmo tempo que a guerra mobiliza as forças do novo Estado em direção à esta ou àquela fronteira provisória ("Todos contra Koltchak!", "Todos contra Denikin!"). A trama da política de Lenin — e do sistema econômico que toma forma nestas condições de luta de classes encarniçada — resume-se a isso.

Mas, ao mesmo tempo, *trata-se de uma determinada formação ideológica* (o bolchevismo, marxismo revolucionário nas condições da Revolução russa) que entra num processo contraditório de fusão com a realidade, e portanto de transformação. Uma concepção global do movimento de massas, da revolução, da classe operária, do campesinato, dos intelectuais, do imperialismo, do socialismo, do trabalho, da técnica, etc., é testada pelos fatos, colocada em prática, transformada, mantida em parte, em parte abandonada. Certas idéias funcionam como referências, outras como limite explícito, outras ainda (que surgem agora para nós à luz de mais de meio século de desenvolvimento histórico) como limite implícito, não percebido na época.

Na atual conjuntura histórica e ideológica, vários elementos colocam na ordem do dia, com uma certa urgência, a análise e o balanço crítico simultâneos do leninismo, enquanto etapa historicamente determinada do desenvolvimento do marxismo revolucionário, e da experiência histórica da União Soviética enquanto formação social concreta. Deste ponto de vista destacamos quatro elementos essenciais:

1. *O aparecimento do revisionismo na URSS*; o processo de restauração do capitalismo; a transformação do primeiro Estado proletário permanente num instrumento de dominação de uma burguesia de caráter imperialista (Tcheco-Eslováquia, Índia etc.).

Colocar a questão das raízes do revisionismo é também, necessariamente, investigar os limites da revolução de Outubro e das lutas de classes que a precederam e se desdobraram depois dela, assim como os limites subjetivos do bolchevismo e do pensamento de Lenin.

2. *A Revolução cultural na China* e, desde antes de 1965, a maneira nova através da qual o pensamento de Mao Tse-tung e o desenvolvimento das lutas revolucionárias do povo chinês permitiram colocar um certo número de questões fundamentais da revolução e da transformação socialista da sociedade: linha de massas, enfrentamento dialético das contradições fundamentais (campo-cidade, agricultura-indústria, trabalho manual-trabalho intelectual), teoria e prática da revolução ininterrupta e por etapas, transformações revolucionárias ao nível da ideologia, teoria e prática da revolução sob a ditadura do proletariado, crítica de massa do revisionismo, etc.

3. *A decomposição do "esquerdismo" na França* engendrou, desde 1968, toda uma série de ofensivas ideológicas contra Lenin, o marxismo-leninismo e os princípios fundamentais da ditadura do proletariado. Ideólogos "modernos", brandindo diversas bandeiras ("desejo", "espontaneidade", "antiautoritarismo" — e mesmo, em certos casos, um pseudo "maoísmo" que não tem nada a ver com o pensamento de Mao Tse-tung), adotam, em relação a Lenin e ao início da ditadura do proletariado na Rússia, a posição de *ódio de classe* que sempre foi a da burguesia e a das forças reacionárias em relação à revolução proletária. Exumando velhos sofismas e velhas calúnias acumuladas no decorrer dos anos pelas coortes de escribas do capital, estas pessoas, apressadamente, voltam a pô-las em moda, conservando o que tinham de essencial: falsificação da realidade histórica, inversão das responsabilidades, discursos vazios, subjetivismo e idealismo. Encarniçam-se em apresentar o bolchevismo como uma variante do pensamento burguês e da política da burguesia, caricaturando Lenin como um "golpista" e um "autocrata", desprezando a realidade histórica. Através de

Lenin e da experiência histórica de Outubro, visam ao próprio princípio da revolução e da ditadura do proletariado. Agitando o "direito de se revoltar", negam o direito das massas oprimidas a se revoltar e a estabelecer sua ditadura sobre os exploradores. É necessário refutar estas campanhas caluniosas contra Lenin e a revolução de Outubro para fazer uma verdadeira análise crítica do leninismo e da experiência soviética, à luz dos fatos e do ponto de vista do materialismo histórico.

4. *A crise econômica mundial e os esforços de industrialização* e de construção econômica independente dos povos do Terceiro Mundo engajados na luta contra a dominação imperialista estimulam igualmente a realização de uma análise detalhada e, na medida do possível, de um balanço da experiência da URSS e das características específicas do pensamento de Lenin e da ideologia bolchevique em matéria de política econômica, de transformação dos processos de produção e de trabalho. Um debate desta natureza poderia fornecer elementos importantes a questões atualmente candentes como a da "transferência de tecnologia", a da opção por métodos de produção, a da transformação das estruturas agrárias.

Todo pensamento tem seus limites. Nenhum pode encarnar uma verdade absoluta, fora do tempo e da realidade histórica. O de Lenin não foge à regra. Toda formação social tem igualmente seus limites, referidos às condições concretas de seu aparecimento, às relações que estabelece com outras formações sociais, ao nível atingido pelas forças produtivas de sua época, etc.

O objeto do presente trabalho é o de tentar uma análise materialista histórica das medidas concretas e da ideologia de Lenin e do partido bolchevique em termos de organização econômica. Limitei-me aqui a dois conjuntos de problemas que me parecem essenciais na medida em que se relacionam diretamente às duas **classes fundamentais** de produtores diretos, e contribuíram, mais que outros problemas (às vezes mais espetaculares), para dar à **União Soviética** sua fisionomia e sua estrutura profunda:

- *a política agrária* (ou seja, as relações com o campesinato);
- *a política de organização do trabalho industrial* (ou seja, um dos aspectos essenciais da relação com a classe operária).

Poderemos ver, aliás, que os dois estão, em muitos pontos, intimamente ligados.

Não pretendo absolutamente realizar aqui um trabalho de historiador, nem mesmo apresentar uma reflexão *de conjunto* ou um balanço sintético da revolução soviética¹.

Trata-se aqui de realizar uma investigação em alguns pontos-chave. Daí o caráter voluntariamente descontínuo do trabalho, detalhado em certas questões, elíptico em outras. Poderíamos chamá-lo de uma tentativa de “acupuntura teórica”.

Explorar certos limites da Revolução russa e do pensamento de Lenin. Não para fechar a brecha, mas para ampliá-la. Não para abandonar o caminho aberto — o caminho da revolução proletária —, mas para se engajar nele mais profundamente.

Lenin dizia, num texto redigido em 14 de outubro de 1921, por ocasião do 4.º aniversário da revolução de Outubro:

“Esta primeira vitória *não é ainda uma vitória definitiva* (...). Nós começamos esta obra. Quando, em que prazo, os proletários de que nação a terminarão não nos importa. O que importa é que *o gelo foi rompido, o caminho foi aberto, a rota, traçada.*” (O. C., t. 33, pg. 49.)

¹ A obra histórica fundamental de E. H. Carr, *The Bolshevik Revolution*, permaneceu muito tempo sem tradução francesa: esta lacuna acaba de ser superada.

Por outro lado, Charles Bettelheim realizou uma análise de conjunto, do ponto de vista do materialismo histórico, dos processos de lutas de classes na formação social soviética, e de seu desenvolvimento. O primeiro volume, que cobre o período que vai de 1917 a 1923, foi publicado (Charles Bettelheim, *Les Luites de Classes en URSS, première période*, Paris, 1974); um segundo volume, consagrado essencialmente ao período da NEP, deve aparecer proximamente.

Só nos resta aconselhar o leitor a consultar estas duas obras de base para ter uma visão mais exaustiva das questões que serão aqui abordadas.

PRIMEIRA PARTE

LENIN E OS CAMPONESES

CAPÍTULO PRIMEIRO

O movimento de massa

"O que é virgem, viçoso e belo hoje
Vai nos dilacerar com um vôo inebriado
O lago duro, esquecido, assombrado sob a geada,
A transparente geleira dos vôos que não se alçaram!"
Mallarmé.

Tudo influi no ciclo dos trabalhos agrários. Mas é perto de outubro que se refaz o mundo. A colheita terminou e a terra se oferece novamente, imensa e indiferenciada. Tudo está disponível para que se recomece. Mas como? Quem trabalhará onde? A revolução de Fevereiro de 1917 não mudou ainda grande coisa no campo: pelo menos colocou o problema.

Existem a propriedade jurídica, a posse, o usufruto, o arrendamento, etc. Aqui as terras pertencem ao czar, ali à Igreja, lá ao senhor, acolá à comunidade rural (o *mir*); outras terras pertencem a camponeses, pequenos proprietários particulares. A "questão agrária", como se diz, é "complexa". . .

Mas, de repente, neste outono de 1917, cada camponês sente que a hora da verdade da apropriação do solo, o ato mais profundo da apropriação, é quando a charrua, sulcando a terra no início de um novo ciclo, inaugura um ano novo de trabalho e de produção. E eis que chega este momento.

Desde que o czar foi derrubado, há meses, discute-se o futuro das terras. Como dividir as terras senhoriais, cobiçadas há séculos pela massa dos camponeses? Será ou não necessário esperar a

formação da Assembléia Constituinte? Será ou não necessário indenizar os proprietários? Que instituições, no campo, se encarregarão da divisão? Lá longe, nas tumultuosas assembléias da cidade, os projetos circulam e se enfrentam. E nada se faz. E eis que chega o outono. Os pequenos vilarejos ficarão silenciosos? No campo sente-se que o momento é decisivo. Os proprietários de terra vão continuar livres, como em todos os anos, para decidir, de acordo com sua vontade, como trabalhar e o que semear em suas terras? Continuarão a dispor da lenha cortada e das imensas reservas de riquezas e de combustíveis que acumularam nas florestas? Continuarão os camponeses, mais uma vez, afastados, respeitosamente, das terras mais ricas, atrelados à charrua e revirando o solo pedregoso de suas próprias parcelas?

É verdade, é neste momento que tudo será jogado, no momento dos trabalhos de plantio. Chegou a hora em que cada proprietário, cada posseiro do solo marca seu terreno, sua terra, por um ano. Continuar esperando, deixar passar este momento, significa adiar as coisas para um ano mais tarde. E quem sabe dizer qual será a situação um ano mais tarde? Quem sabe o que terão tramado os proprietários de terras e seus aliados?

Impedir os senhores de decidir sobre os trabalhos de plantio em suas terras, trabalhá-las no lugar deles — e rapidamente —, cortar a lenha deles, significa estabelecer um novo direito. Os camponeses sabem perfeitamente que não se toma terras como um objeto qualquer. O que é que significa: “tomar as terras”? Todos sabem perfeitamente que elas ficarão no mesmo lugar, que é impossível levá-las consigo! Claro, pode-se tomar instrumentos de trabalho, arados, cortar as cercas, queimar as fazendas, tomar as colheitas. Existem tais atos de pilhagem desde março de 1917. Mas, justamente, não passam disso: atos de pilhagem — pode-se explicá-los, justificá-los pelo ódio acumulado contra os senhores, pelos imensos sofrimentos do passado e pela servidão ainda recente. Mas para a massa dos camponeses estes atos não estabelecem um novo direito; trata-se de ajustes de contas fora do direito. E, na maior parte dos casos, foram os camponeses sem terra, os “pobres” que agiram assim. Para os demais camponeses, os “pobres” não são propriamente camponeses. Pode-se compreender seus atos de desespero, mas não é por aí que virá a solução dos problemas. Não, a solução

virá de um ato de vida, do trabalho: o verdadeiro direito encontra seus fundamentos no trabalho de plantio e na semeadura, na longa caminhada arquejante através da qual o camponês, em cada sulco, em luta contra a terra pesada e pedregosa, arranca a possibilidade das subsistências do próximo ano.

As linhas políticas sobre a questão agrária enfrentam-se desde fevereiro-março de 1917: nacionalização? repartição?... Cada grupo tem seu programa, os projetos de lei ou de decretos se acumulam, os textos enfrentam-se nos sovietes. Bolcheviques, mencheviques, socialistas-revolucionários, cadetes lutam entre si. No campo houve algumas “desordens”, e as idéias caminham — e existem também os desertores vindos das frentes de guerra e que fazem agitação nos povoados, estimulando a tomada das terras. Mas, no verão, nada se faz de decisivo e, se algo amadureceu na imensidão camponesa, trata-se apenas do caminhar silencioso e subterrâneo do pensamento coletivo que toma forma lentamente. . .

Eis que em agosto-setembro-outubro de 1917, este pensamento coletivo se condensa, e uma idéia simples toma conta da imensa massa camponesa que vai, novamente, derrubar a Rússia: é preciso agir agora, no momento dos trabalhos de plantio. É agora que cabe a nós, camponeses, tomar as terras senhoriais, marcando-as com nosso trabalho e estabelecendo assim nosso direito.

Agosto-setembro-outubro de 1917: em quase toda a parte, na imensa planície russa, as massas camponesas passam à ação, tomam as terras dos senhores, proíbem pela força os trabalhos dirigidos pelos proprietários de terras, realizam, de acordo com seus interesses e vontade, os trabalhos de plantio e de semeadura, fazem por sua conta o corte de lenha nas florestas dos senhores. *O movimento de massa camponês decide resolver à sua maneira a “questão agrária”*. É a “divisão na marra”. A Revolução passa para um novo momento decisivo: mais uma vez, todas as forças sociais e políticas, todos os indivíduos que até então participaram da ação revolucionária serão testados. Que atitude adotarão em face da sublevação camponesa?

Trata-se de uma questão decisiva. É a própria essência da Revolução que está em jogo. Quem decide o momento crucial de uma revolução? Um grupo de homens resolutos, ou as bruscas transformações da consciência social, quando milhões de homens passam

bruscamente à ação? E qual foi a natureza profunda de Outubro? Golpe ou Revolução no verdadeiro sentido da palavra?

Apesar de tudo, é fácil compreender por que a lenda "antileninista" *oculta* a ligação direta existente entre a insurreição de Outubro e a sublevação de massa dos camponeses russos, dedicando-se, circunscritamente, a descrever — e a proclamar — um bolchevismo desvinculado do movimento de massa e perpetrando de surpresa um golpe de Estado audacioso. Quando se repete sem descanso que somente os socialistas-revolucionários, herdeiros dos populistas, estavam ligados aos camponeses, enquanto os bolcheviques atuavam como políticos burgueses, é evidentemente difícil admitir que no momento crucial em que se colocava *praticamente* a questão de apoiar ou de reprimir o movimento revolucionário de massa dos camponeses, *somente Lenin e o partido bolchevique se colocaram, de fato, ao lado dos camponeses*. Aí está, no entanto, a verdadeira base da insurreição, do ponto de vista do movimento de massa.

Se Outubro ocorreu em outubro, foi porque os camponeses russos, passando à ação na época dos trabalhos de plantio¹, puseram

¹ O ciclo dos trabalhos agrários será várias vezes referido como sendo uma das determinações do ritmo da luta das classes no decorrer da Revolução russa. É útil, portanto, fornecer algumas indicações sobre este calendário, particularmente preciso e imperativo na Rússia da Europa.

O sistema de cultura mais difundido às vésperas da Revolução era, na Rússia da Europa, a alternância trienal das culturas (dois campos em cultivo e um terceiro em descanso, geralmente utilizado como pastagem). O cereal mais importante é o *centeio*, que serve à produção do pão, alimento quotidiano. Há também os trigos de inverno e de primavera (trigo candial), mas que desempenham um papel secundário (pão branco). Em geral, quando se fala de "trigo" na Rússia nesta época, trata-se essencialmente do *centeio*. O *centeio* é uma cultura de inverno. Os trabalhos de plantio e as sementeiras (simultâneos) ocorrem, segundo as regiões, em fins de julho, de agosto e de setembro — e mesmo em outubro em certas regiões do tchernoziom sul. A colheita verifica-se em junho, julho, agosto, também segundo as regiões (pode-se encontrar o calendário detalhado do *centeio* e de outras culturas na obra de Michael Confino, *Systèmes agraires et progrès agricole, l'assolement triennal en Russie aux XVIII^e et XIX^e siècles*. Paris-La Haye, 1969; para o *centeio*, ver em particular pg. 70).

O "período crítico" principal dos trabalhos agrícolas verifica-se em julho-agosto, às vezes no início de setembro. Pode-se situar um período de trabalho secundário — mas que pode se tornar crucial se a "estação morta" for difícil — na primavera (março-abril-maio), quando os trabalhos de plantio e as sementeiras das culturas de primavera, também chamadas "culturas de verão", se verificam. A colheita das culturas de primavera ocorre, muitas vezes, ao mesmo tempo que a das culturas de inverno, e as sementeiras de

em cheque todas as forças políticas, obrigando-as a se definirem em relação à questão do poder das massas — ou, numa palavra, à questão do poder. A única resposta conseqüente, nesta situação de crise aguda, foi a dos bolcheviques: a insurreição armada contra o governo provisório, para salvar e proteger o movimento de massa.

Argumentou-se centenas de vezes com o fato de que o programa agrário dos socialistas-revolucionários fizera mais sucesso nas assembléias camponesas do que o dos bolcheviques, e que os bolcheviques acabaram aderindo a ele com atraso. Mas qual o peso dos

inverno verificam-se igualmente de forma aproximada. A rapidez do verão russo e o rigor do frio aumentam a concentração dos trabalhos a serem efetuados, conferindo ao ciclo agrícola um caráter mais imperativo do que em outros lugares. Os atrasos podem ser catastróficos. *O fim do verão aparece então para os camponeses como um prazo decisivo.* Ao indicar os pontos de referência do calendário familiar aos camponeses, Michael Confino menciona o 2 de setembro (fim do verão) e o 18 de setembro (partida das cegonhas para o sul e começo do frio) — obra citada, pg. 121 (as datas, até 1918, têm 13 dias de atraso em relação ao calendário europeu).

O ascenso brusco da tensão no campo russo durante o verão de 1917, em face das manobras protelatórias dos senhores feudais e dos partidos burgueses, insere-se nesta percepção camponesa do tempo. É neste momento que o movimento de massa camponês começa a crescer, intensificando-se ainda no outono por sua dinâmica própria, reforçada em certos lugares pela exigências tardias dos trabalhos de plantio e das sementeiras de inverno (como na província de Tambov, um dos centros mais ativos nas “desordens camponesas” e importante região produtora de centeio da “zona central dos tchernozioms” — cf. Lavrichtchev, *Géographie économique de l'URSS*, Moscou, 1960, pg. 288).

Um outro elemento “sazonal” diretamente ligado ao ciclo agrário reforçou sem dúvida esta determinação: o recrudesimento das deserções às vésperas dos trabalhos mais importantes, os camponeses abandonando maciçamente as frentes de guerra e o exército e voltando — ilegalmente — para participar das colheitas e das sementeiras. Os desertores, já fora da lei, são muitas vezes os partidários mais decididos e as lideranças das ações ilegais no campo: tomadas de terras, corte de lenha e trabalhos agrícolas “piratas”.

Desde o fim do século XIX, aliás, em função do desenvolvimento do mercado, e de uma certa desestabilização da população rural, começava-se a presenciar, na Rússia, esta espécie de pulsação que levava de volta ao trabalho rural, ciclicamente, em períodos “críticos”, elementos do campesinato dispersados durante o ano em atividades diversas, às vezes em fábricas, às vezes em outros lugares (Cf. B. Kerblay, “A reforma de 1861 e seus efeitos na vida rural na província de Smolensk”, in *Le Statut des paysans libérés du servage*, coletânea apresentada por R. Portal, Paris-La Haye, 1963, pg. 282: “Engel’gart cita o exemplo de uma família constituída por três irmãos casados, dois dos quais partem no outono e na primavera para se empregar em terraplenagem, voltando todos os anos em 1.º de julho e em 1.º de setembro para participar dos grandes trabalhos agrícolas.”)

enfrentamentos de textos em relação às posições práticas dos diversos partidos políticos no momento decisivo do movimento de massa? Se não se faz justiça à atitude assumida por Lenin e pelos bolcheviques em relação ao Outubro dos camponeses, perde-se a possibilidade de compreender o que foi a alma — ou a essência — da revolução de Outubro; e o resto se transforma em conversa fiada. A questão é importante: merece ser detalhadamente debatida — mesmo que se tenha de argumentar hoje “contra a corrente”.

A lenda é persistente: os socialistas-revolucionários, implantados no campo, defendiam os interesses camponeses; os bolcheviques, que não entendiam nada dos problemas rurais, mas constavam o pouco sucesso de sua linha agrária, retomaram por sua conta o programa agrário dos SRs, o que lhes valeu a aliança efêmera com o campesinato no momento do golpe de Estado de Outubro.

A realidade é diferente. Houve entre a revolução de fevereiro de 1917 e a de outubro de 1917 uma espécie de entrecruzamento. No começo, na ausência de movimento de massa camponês, os SRs defendiam decididamente uma linha de repartição das terras que parecia ter a simpatia do mundo rural. Quanto aos bolcheviques, hesitavam, e Lenin não escondia suas dúvidas sobre o papel do campesinato na Revolução. Em seguida, na medida em que as “desordens” explodiam no campo, os SRs — que participavam no governo provisório — tornavam-se mais prudentes, depois francamente hostis. Repartição sim, diziam eles agora, mas na legalidade. Nada de entregar a tarefa à iniciativa dos próprios camponeses: é preciso esperar a Assembléia Constituinte. Quanto aos bolcheviques, faziam o trajeto inverso: os camponeses têm razão de se revoltar e tomar as terras sem esperar. E na medida em que a vontade das massas começa a se afirmar na prática, nós, bolcheviques, apoiamos o “projeto de decreto” sobre a terra que os SRs apresentaram e que foi adotado pelos deputados camponeses. Mas, paradoxo, os SRs, já preocupados com os movimentos espontâneos no campo, defendem seu próprio projeto apenas da boca para fora, no momento em que os bolcheviques se tornam seus ardorosos propagandistas.

Será que os zigzagues na linha agrária dos bolcheviques demonstram oportunismo? Sim, se imaginarmos que uma linha política é deduzida de um corpo de doutrina e de um conjunto de defini-

ções colocadas desde o início. Não, se pensarmos que a essência da Revolução é o movimento de massa, e que o movimento de massa cria coisas novas. Se sustentarmos que só é pertinente, em última análise, a atitude em relação ao movimento de massa, tomaremos esta atitude como fio condutor — muito mais que a letra dos sucessivos “programas”.

Em abril de 1917, quando Lenin veio derrubar os dogmas dos “velhos bolcheviques” e chamar o Partido para colocar na ordem do dia a transição à revolução social — a “transição para a prática”, em suma, inesperada, porque esperada durante tanto tempo! —, ele hesita em relação à questão agrária. O programa agrário das “Teses de abril” continua muito doutrinário: nacionalização, grandes fazendas-modelo nas antigas terras senhoriais; apoiar-se essencialmente nos camponeses pobres; nenhuma repartição. Mas o essencial não está aí. Lenin presta um interesse apenas relativo aos projetos de lei agrária. *É o movimento de massa dos camponeses que ele espreita*: no fundo é esta a questão essencial. Lenin o diz neste mesmo momento em suas *Cartas sobre a tática*, também escritas em abril de 1917:

“É possível que o campesinato tome toda a terra e todo o poder (...). Mas existe também uma outra possibilidade: os camponeses podem seguir os conselhos do partido socialista-revolucionário, partido pequeno-burguês submetido à influência dos burgueses... que lhes recomenda esperar até a Assembléia Constituinte, embora a própria data de sua convocação não esteja ainda fixada.

Muitas coisas são possíveis. (...: por enquanto, há colaboração de classe entre o campesinato e a burguesia; R.L.). Quando isto deixar de ser um fato, quando o campesinato se separar da burguesia, tomando a terra apesar dela, tomando o poder contra ela, então se abrirá uma nova etapa da revolução democrática burguesa, que será preciso tratar de uma forma bem especial. (O. C., t. 24, pg. 37-38.)

A Revolução não começou no campo, é um fato. Ora, tudo depende disto. É necessário convocar os camponeses para tomar as terras. É necessário convocar os soldados para ajudar os camponeses nesta tomada revolucionária das terras. Desde abril de 1917, Lenin toma esta posição de princípio e dela não abrirá mão:

o essencial é liberar a iniciativa revolucionária do campesinato. *C essencial é que os próprios camponeses resolvam, passando à ação, a questão das terras.*

No mesmo mês de abril de 1917, o partido socialista-revolucionário toma a posição inversa. O SR Tchernov torna-se ministro da Agricultura no governo provisório de Kerenski, apoiando doravante sua política agrária, particularmente o seguinte ponto central: a reforma agrária deve ser realizada na legalidade; *não se pode tolerar nenhuma ação espontânea dos camponeses antes da reunião da Assembléia Constituinte.* Isto quer dizer que, a partir deste momento, os socialistas-revolucionários, participando do governo reformista burguês, freiam a revolução agrária, opondo-se ao ascenso do movimento de massa camponês. O partido socialista-revolucionário pretende, como o conjunto da burguesia, *conceder a terra aos camponeses, mediante compensações aos proprietários de terras expropriados.*

Aqui está o divisor de águas essencial. O episódio do programa agrário dos SRs, em junho de 1917, produzindo o “decreto modelo” aceito pela maioria dos deputados camponeses e que acabou sendo retomado pelos bolcheviques no verão de 17, secundário. O fato de que o campesinato prefere este ou aquele modelo de repartição de terras tem, neste momento, pouco alcance: o essencial é que o campesinato tome seu destino nas mãos, agindo por sua própria conta, sem esperar as “benesses” do governo.

Em fins do verão e começos do outono, verifica-se o movimento tão aguardado, tão esperado. Segundo as estatísticas oficiais, houve em maio de 1917 cerca de 150 casos de tomadas de terras pela força; em agosto, quase 500; *em setembro, perto de 1.000*¹.

Em setembro de 1917, sublevações camponesas explodem em toda a parte. As mais numerosas e mais violentas verificam-se na província de Tambov: o governo provisório decreta o estado de sítio na região e envia tropas para “restabelecer a ordem”. A questão agrária evoluiu no sentido da guerra civil. Como reagem as forças políticas em face da insurreição rural? Kerenski envia

¹ E. H. Carr, *The Bolshevik Revolution*, Ed. Penguin, t. 2, pág. 40.

os cossacos. Os socialistas-revolucionários abandonam o próprio programa e propõem uma composição com os proprietários de terras, accitando indenizações. Para Lenin, ao contrário, chegou o momento decisivo: é preciso apoiar e proteger a sublevação camponesa, inclusive através da ação armada. É a sublevação camponesa que dá o sinal da revolução de Outubro. Claro, outros fatores se conjugam — relacionados, analisados, martelados por Lenin: a tentativa de Kornilov esclareceu as massas sobre o perigo iminente de um golpe contra-revolucionário; os bolcheviques estão em vias de conquistar a maioria nos soviets; as condições “técnicas” de uma ação armada são favoráveis; os operários estão exasperados pela sabotagem capitalista, etc.. Mas o fundo da questão é a atitude em face do movimento insurrecional de massa dos camponeses: vai-se deixar que seja esmagado militarmente pelas tropas de Kerenski? ou, ao contrário, vai-se fazer tudo para apoiá-lo, garantindo sua vitória?

Lenin escreve, em 29 de setembro de 1917:

“Na Rússia, o grande e decisivo momento da revolução chegou, incontestavelmente. Neste país camponês, (...) uma sublevação camponesa cresce.

Os bolcheviques serão traidores do campesinato (se não atuarem; R.L.), porque tolerar que um governo (...) esmague a sublevação camponesa, seria *perder* toda a revolução.” (O.C., t. 26, pgs. 71, 76.)

Estamos longe de um Lenin político burguês conduzindo a insurreição bolchevique como se fosse um golpe vulgar — como é o caso nas versões das pseudocorrentes “antileninistas de esquerda” que surgiram depois de maio de 1968¹.

A estes “antileninistas” que reivindicam o pensamento de Mao Tse-tung, desnaturando-o, pode-se sugerir a leitura deste extrato da *Carta aos camaradas bolcheviques que participam no Congresso dos soviets da região do Norte*, redigida por Lenin em outubro de 1917:

¹ Trata-se, em substância, da imagem de Lenin apresentada por P. P. Rey em seu livro *Les alliances de classes* (As alianças de classe), Paris, 1973.

“Em todo o país desencadeia-se a sublevação camponesa. É claro como o dia que os Cadetes e seus satélites a minimizam de todas as formas, reduzindo-a a “progroms”, a “anarquia”. Esta mentira é refutada pelo fato de que nos centros insurrecionais começou-se a repartir a terra entre camponeses: nunca anteriormente os “progroms” e a “anarquia” conseguiram resultados políticos tão excepcionais!” (O.C., t. 26, pg. 187.)

Dez anos mais tarde, Mao Tse-tung, jovem dirigente comunista chinês, manifestará em seu relatório de pesquisa realizada na província de Hunan um tom semelhante para apoiar a insurreição camponesa, que enfrentava as calúnias da reação e dos pseudo-revolucionários que agitam o espectro dos “excessos”:

“A revolta dos camponeses arrancou os senhores de terra de seus doces sonhos (...). Das camadas médias da sociedade à ala direita do Kuomintang, todos estavam de acordo em caracterizar assim a situação: “Estamos muito mal” (...). A realidade é (...) que as amplas massas camponesas sublevaram-se para cumprir sua missão histórica, que no campo as forças democráticas sublevaram-se para derrubar as forças feudais (...). Então, estamos muito bem (...). Milhares e milhares de escravos — os camponeses — derrubam seus inimigos que engordam à sua custa. A atitude dos camponeses é absolutamente justa: agem muito bem!” (Mao Tse-tung, *Obras escolhidas*, Ed. de Peking, t. 1, pgs. 25-26.)

É muito justa a referência à pesquisa na província de Hunan, de Mao Tse-tung, como exemplo de atitude positiva e revolucionária em relação ao movimento de massa dos camponeses — e do movimento de massa em geral. Mas por que se inventou a lenda que Lenin não entendia nada deste tipo de questões?

CAPÍTULO SEGUNDO

A fome

Abrimos aqui um dos capítulos das ilusões perdidas — ou da esmagadora pressão das “condições objetivas”. Comparemos dois textos. Em fins de setembro de 1917, Lenin escrevia em *Os Bolcheviques manterão o poder?*:

“A questão nacional e a questão agrária são, no momento atual, as questões fundamentais para as massas pequeno-burguesas da população da Rússia (...). E, em relação a estas duas questões, o proletariado (...) é o único capaz de conduzir (...) a política decidida e verdadeiramente “democrático-revolucionária” que garantiria (...) *uma verdadeira explosão revolucionária nas massas* (...).” (O.C., t. 26, pg. 93.)

No mês de maio de 1918, Lenin escreve em *Teses sobre a política atual*:

“É preciso conservar firmemente no espírito as particularidades fundamentais da situação política e econômica da Rússia, *em virtude das quais nenhum excesso de entusiasmo pode ajudar seja como for*. É preciso compreender muito bem e transmitir aos operários a seguinte verdade: somente um trabalho persistente e paciente de criação e de restabelecimento de uma disciplina proletária de ferro, acompanhado de uma repressão impiedosa aos instigadores de desordens, aos kulaks e aos desorganizadores, po-

derá salvar o poder soviético da situação atual (...)." (O.C. t. 27, pg. 381.)

Menos de oito meses separam as duas análises: como deixar de sentir, pungente, a diferença radical do tom? Mal ultrapassado o deslumbrante momento de irrupção na História, momento agarrado — arrancado ao destino —, a jovem República soviética está presa numa armadilha: a guerra, a fome, as forças reacionárias do mundo inteiro coligadas contra o que nasce... É preciso combater em todas as frentes. E, imediatamente, quantos compromissos! A mutilação do território, as fábricas "taylorizadas", as tentativas logo abortadas de pacto (de "trégua econômica") com o grande capital monopolista russo: num certo sentido, a época das ilusões perdidas é contemporânea ao próprio nascimento!

Também para o campesinato, tudo cai por terra em alguns meses. A delicada "questão agrária", disputada pelas linhas políticas, que começara a ser resolvida, a sua maneira, pelo movimento camponês, no outono de 1917, sofre, na primavera de 1918, a intervenção de um monstruoso intruso que procura colocá-la brutalmente de uma forma inesperada: o intruso se chama *A FOME*. E não se dispõe tão cedo a deixar a cena!

É quase uma evidência que a questão camponesa — o fracasso da aliança fundamental entre as duas principais classes de produtores diretos — tenha figurado, até os dias atuais, no centro da história soviética. Mas as opiniões divergem quanto à maneira através da qual as coisas se configuram, sobre as raízes da resistência paciente, da hostilidade camponesa que minou, longamente, a formação social soviética.

Para alguns, é preciso remontar ao próprio nascimento da social-democracia russa: os populistas teriam tido sempre razão em preconizar um caminho para o socialismo russo através do *mir* camponês, e o bolchevismo representaria uma corrente ocidental estranha à realidade da massa — principalmente camponesa — russa. Na verdade, este ponto de vista não considera as condições concretas do desenvolvimento russo no começo do século XX.

Para outros, tudo foi perdido com Stalin e a aventura da coletivização em 1929. É desconhecer o fato de que o poder so-

viético, todos os anos, desde 1918, teve que enfrentar a angustiante questão da colheita e do abastecimento das cidades, encontrando-se assim acuado a uma forma de ofensiva que pudesse resolver a questão de uma vez por todas.

Porque, no fundo, todos os personagens do drama de 1929 tomam lugar e começam a desempenhar seus papéis *a partir de 1918*: a fome, a questão do excedente agrícola, a ideologia camponesa — o trigo é o fruto de meu trabalho: posso dispor dele como bem entender —, a quadratura do círculo do camponês-médio-trabalhador-explorador, o ódio anticamponês de uma parte da intelectualidade e da pequeno-burguesia urbana, a liderança ideológica dos kulaks nos pequenos povoados, a implacável decisão do proletariado imerso na guerra civil.

Bastaram alguns meses, após a revolução de Outubro, para que a euforia do movimento de massa camponês comece a se chocar com a inextricável questão do abastecimento das cidades, fazendo com que os bolcheviques sejam acuados a uma política de ruptura na prática com a massa camponesa. Processo inexorável cujas etapas podem ser referidas.

14 de janeiro de 1918: Lenin propõe medidas contra a fome ao soviete de Petrogrado; principalmente a criação de *destacamentos de abastecimento*, formado por operários. Neste momento, prevalece ainda a convicção de que há em toda a Rússia estoques de grãos escondidos pelos especuladores. É preciso descobri-los. Os esforços essenciais portanto se dirigirão para as estradas de ferro, os armazéns, as mansões dos ricos, os esconderijos possíveis dos especuladores urbanos. Quase não se coloca ainda a questão de ir procurar os grãos nas casas dos camponeses.

23 de janeiro de 1918: Lenin discursa para os “propagandistas” que partem para a província. Fala em procurar o trigo escondido e organizar sua distribuição. Mas a concepção é de que o campesinato, em seu conjunto, será favorável. E que os camponeses participarão, contra os kulaks e os especuladores, na luta pela distribuição equânime do trigo:

“Lá, no campo, vocês encontrarão kulaks: vocês não terão dificuldades em lutar contra eles, porque a massa estará com vocês.” (O.C. t. 26, pg. 545.)

viético, todos os anos, desde 1918, teve que enfrentar a angustiante questão da colheita e do abastecimento das cidades, encontrando-se assim acuado a uma forma de ofensiva que pudesse resolver a questão de uma vez por todas.

Porque, no fundo, todos os personagens do drama de 1929 tomam lugar e começam a desempenhar seus papéis *a partir de 1918*: a fome, a questão do excedente agrícola, a ideologia camponesa — o trigo é o fruto de meu trabalho: posso dispor dele como bem entender —, a quadratura do círculo do camponês-médio-trabalhador-explorador, o ódio anticamponês de uma parte da intelectualidade e da pequeno-burguesia urbana, a liderança ideológica dos kulaks nos pequenos povoados, a implacável decisão do proletariado imerso na guerra civil.

Bastaram alguns meses, após a revolução de Outubro, para que a euforia do movimento de massa camponês comece a se chocar com a inextricável questão do abastecimento das cidades, fazendo com que os bolcheviques sejam acuados a uma política de ruptura na prática com a massa camponesa. Processo inexorável cujas etapas podem ser referidas.

14 de janeiro de 1918: Lenin propõe medidas contra a fome ao soviete de Petrogrado; principalmente a criação de *destacamentos de abastecimento*, formado por operários. Neste momento, prevalece ainda a convicção de que há em toda a Rússia estoques de grãos escondidos pelos especuladores. É preciso descobri-los. Os esforços essenciais portanto se dirigirão para as estradas de ferro, os armazéns, as mansões dos ricos, os esconderijos possíveis dos especuladores urbanos. Quase não se coloca ainda a questão de ir procurar os grãos nas casas dos camponeses.

23 de janeiro de 1918: Lenin discursa para os “propagandistas” que partem para a província. Fala em procurar o trigo escondido e organizar sua distribuição. Mas a concepção é de que o campesinato, em seu conjunto, será favorável. E que os camponeses participarão, contra os kulaks e os especuladores, na luta pela distribuição equânime do trigo:

“Lá, no campo, vocês encontrarão kulaks: vocês não terão dificuldades em lutar contra eles, porque a massa estará com vocês.” (O.C. t. 26, pg. 545.)

E chega mesmo a dizer:

"Todos os camponeses ajudarão vocês nesta difícil tarefa." (O.C. t. 26, pg. 546.)

A realidade não vai demorar a desmentir este otimismo...

Neste momento, o campo é ainda o imenso desconhecido, um oceano inexplorado em torno das cidades. Sabe-se que desde a tomada das terras, as coisas continuam a acontecer e, no essencial, permite-se que elas aconteçam. Não se tomou a decisão de confiar na iniciativa dos camponeses? Mas, na medida em que as terras foram tomadas, foi necessário promover a distribuição. E no processo da distribuição, o movimento de massa se cinde e explode: reaparecem as divergências de classes no campesinato. A distribuição, efetuada numa base local, *estabiliza ou agrava as desigualdades*: não há proporcionalidade entre lugares mais ou menos favorecidos. Na maior parte das vezes, os kulaks ficam com a parte do leão — às vezes com o consentimento do restante do povoado, às vezes, ao contrário, em meio a conflitos agudos. Do ponto de vista da relação de forças, o avanço da burguesia rural é importante em termos das conseqüências para o futuro. De qualquer forma, não existe mais a unanimidade do outono de 1917, quando todos se coligaram contra os senhores. De um extremo a outro do país, todo um mundo rural se redivide e se recompõe.

Será que os bolcheviques teriam podido ajudar as massas rurais a encontrar um caminho na complexidade das operações da repartição de terras, se as circunstâncias lhes houvessem dado tempo para mergulhar na vida política dos vilarejos? Será que se poderia transformar o descontentamento dos camponeses pobres lesados em força política? Será que se poderia levar a massa dos camponeses a desmascarar a astúcia dos camponeses ricos, assumindo uma identidade própria em meio aos redemoinhos políticos, econômicos, ideológicos? *Seguramente que seria necessário tempo*: mais no campo, sem dúvida, do que nas cidades. Desde o fracasso dos populistas, a repressão czarista não aniquilara, por assim dizer, toda vida política no campo? Só a partir de fevereiro de

1917 é que se começou a discutir abertamente as questões políticas. Como se implantar em alguns meses?

No fundo, é a partir deste momento que o trabalho político no campo poderia conhecer uma nova etapa, liberando novas forças revolucionárias — nos últimos dias de 1917 e no começo de 1918, por ocasião da repartição das terras, houve uma luta de classes rica em conteúdo e, aí poderiam educar-se e se diferenciar politicamente as diversas forças da sociedade rural. *A guerra, a urgência da sobrevivência do proletariado revolucionário das cidades, a fome decidiram as coisas de outra forma.* O tempo de amadurecimento das contradições não era o mesmo nas cidades e no campo.

“O que tornava agora (na primavera de 1918; R.L.) imperativa a intervenção ativa do centro (...) era uma urgência aguda que os bolcheviques não podiam deixar, cada vez mais, de tomar consciência: a fome na capital.” (Carr, *op. cit.* t. 2, pg. 55.)

De fato, a situação agravava-se muito rapidamente. Tomava-se rapidamente consciência que os estoques de grãos escondidos aqui e ali não passavam de um mito. A má colheita do verão de 1917 (os homens estavam nas frentes de guerra), depois, a perda da Ucrânia, celeiro de trigo de todo o país, conjugavam-se com as devastações da guerra para compor um quadro trágico. Era preciso evitar que o campesinato se voltasse para si mesmo, *era preciso repartir a produção com as cidades.* Era preciso conseguir que o campesinato *entregasse todo o trigo que excedesse suas necessidades vitais.* A partir de então, o problema não era mais o de um punhado de “especuladores” ou de “esfomeadores”; tratava-se, no fundo, mesmo que isto não fosse sempre formulado de forma acabada no início, da luta das classes no campo.

Conseguir trigo, o problema aparece como uma obsessão nos textos de Lenin — e na prática das ações do poder soviético — a partir da primavera de 1918. Poderíamos citar cem trechos. Vejam por exemplo *Sobre a fome* (22 de maio de 1918):

“(...) a questão mais importante e a mais grave, a questão do trigo.

(...) Ou os operários conscientes, os operários de van-

guarda vencerão, agrupando em torno deles a massa da população pobre (...), obrigarão o kulak a se submeter, estabelecendo uma distribuição racional do pão e do combustível a nível nacional. Ou então a burguesia, auxiliada pelos kulaks e apoiada diretamente por pessoas sem caráter e por agitadores (...), derrubará o poder dos soviets, instalando um Kornilov russo, alemão (...).

É um ou outro.

Não há meio termo.

A situação é extremamente tensa no país." (O.C., t. 27, pgs. 413-421.)

A questão do pão, em épocas confusas, pode a qualquer momento se tornar a questão política central. Um poder incapaz de garantir o abastecimento das massas corre o risco de ser derrubado de uma hora para outra. A história das revoluções e das contra-revoluções é também a história das revoltas pelo pão contra os esfomeadores, quando as populações exasperadas pelo sofrimento rebentam como ondas, tragando os supostos responsáveis, os incapazes, o poder político vigente. Veja-se a Revolução francesa. A experiência histórica aponta o perigo iminente.

E a convocação de Lenin se desdobra, chegando a atingir tonalidades propriamente religiosas, como se, diante do obscurantismo clerical, a nova fé devesse tomar formas simétricas (veremos de novo este esboço de "contra-religião" no momento das grandes ofensivas de Stalin):

"É preciso organizar uma grande *"cruzada"* contra os que **especulam** com o trigo, contra os kulaks, os vampiros (...). Cada quilo de trigo e cada litro de combustível é verdadeiramente uma *ccisa sagrada*, bem mais do que as coisas com que os padrecos **atulham** o cérebro dos imbecis (...)."

Lenin convoca esta "cruzada", esta mobilização ideológica do proletariado contra os kulaks, na *primavera* de 1918: em 1929, Stalin, convencido de que no fundo a questão se coloca de novo nos mesmos termos, falará, em seus discursos, com tonalidades **semelhantes**...

A convocação para a cruzada não deixa de ser acompanhada **pela análise** política, por medidas táticas. Constatase, de fato,

o aparecimento de uma nova maneira de colocar, teórica e praticamente, a questão camponesa. Se quisermos identificar o sistema de contradições no qual o poder soviético estava preso até a saída brutal da coletivização de 1929, será preciso situar o seu estabelecimento neste preciso momento — primavera de 1918 —, nas análises e nos planos concretos formulados pelos bolcheviques para enfrentar a fome.

Desde abril-maio de 1918 emergem três pontos essenciais da política agrária:

1. A colheita ensinará uma verdadeira *guerra pelo trigo*. 1918 é apenas o início: a guerra se renovará, sob uma ou outra forma, praticamente todos os anos até 1929, e muito depois disto — sob novas condições.

2. A luta junto ao campesinato é uma *luta ideológica* longa e encarniçada contra a mentalidade pequeno-burguesa e pequeno-proprietária. A pequena propriedade rural secreta cotidianamente o capitalismo.

3. Cabe ao proletariado organizar os *camponeses pobres* que são seus aliados naturais no campo. As formulações de Lenin mostram, entretanto, que ele atribuiu ao movimento dos camponeses pobres *um papel subordinado*: o proletariado apóia-se nos camponeses pobres em sua ação nos vilarejos; mas os camponeses pobres não constituem, em si mesmos, uma força dirigente da luta das classes no campo. Isto é muito importante: a partir deste momento, a política agrária soviética não tem mais como fundamento o movimento revolucionário das massas rurais. Tenta suscitar este movimento para apoiar suas próprias ofensivas, o que é muito diferente.

Um quarto ponto se tornará claro mais tarde (em 1919): a teoria do camponês médio, simultaneamente trabalhador e “explorador”. O dispositivo de conjunto do sistema de pensamento agrário dos bolcheviques neste período se completará, mas à custa de novas contradições... Examinemos os quatro componentes desta política agrária, suas razões, suas conseqüências.

1. A GUERRA PELO TRIGO.

Lenin, *Teses sobre a situação atual*, 26 de maio de 1919:

"1. Transformar o Commissariado da Guerra em Commissariado da Guerra e do Abastecimento, isto é, concentrar 9/10 da atividade do Commissariado da Guerra na reorganização do exército tendo em vista a guerra pelo trigo, que se estenderá por um período de três meses: de junho a agosto.

2. Decretar a lei marcial em todo o país, pelo mesmo lapso de tempo.

3. Mobilizar o exército, escolhendo suas partes sãs, e convocar os homens que tiverem completado 19 anos, ao menos em certas regiões, para a realização de ações militares sistemáticas com o objetivo de conquistar, reconquistar, recolher e transportar o trigo e o combustível." (O.C., t. 27, pg. 430.)

Assim, desde a primavera de 1918, a contradição campocidade, que se tornou antagônica pela fome e pelas necessidades de sobrevivência da população urbana, assume a forma mais radical que existe: *a forma militar*. Os destacamentos operários armados enviados para conseguir o trigo na máxima urgência, *sem ter tido tempo para preparar politicamente o campo*, serão identificados como agressores pela imensa maioria do mundo rural. É claro que, em princípio, só a burguesia rural é visada. Pretende-se arrancar o trigo dos especuladores, dos açambarcadores. Mas quando a ofensiva foi lançada não se conseguiu isolá-los — a rigor, nem se começou a fazê-lo —, e as massas camponesas se defenderam em bloco contra os intrusos, passiva ou ativamente. *Duas respostas dos camponeses aos "destacamentos"*. A curto prazo: esconde-se o trigo. A longo prazo: a semeadura se restringirá ao que é estritamente necessário à sobrevivência da família.

De fato, na própria véspera do desencadeamento da intervenção imperialista e da guerra civil — que durará até 1921 — é uma terceira frente militar que se abre. Porque, durante todo este período, *os camponeses lutarão simultaneamente em dois lados*: com o governo soviético contra os Brancos — que devolviam suas terras aos proprietários fundiários; contra o governo soviético para conservar os grãos que os "destacamentos" querem tomar. As tropas de "verdes", guerrilhas camponesas refugiadas nas florestas, combateram os exércitos brancos no sul

da Rússia, e depois o poder dos soviets. Os camponeses dirão: "Fui um Verde até os Vermelhos me tornarem um Branco"¹.

2. A LUTA IDEOLÓGICA NO CAMPO.

É uma situação paradoxal utilizar meios militares para resolver uma contradição que se reconhece ser, em grande parte, de natureza ideológica. Mas é nesta situação, porém, que se encontra, muito rapidamente, o poder dos soviets em relação ao campesinato. Porque, ao mesmo tempo em que convoca a cruzada pelo trigo, organizando praticamente os destacamentos de abastecimento, Lenin começa a analisar a *resistência ideológica* do campesinato ao comunismo, e a colocar o problema *da apropriação dos grãos, num primeiro tempo, e da coletivização das terras, mais tarde, em termos de transformação ideológica.*

Em plena mobilização pelo trigo, Lenin diz, em 4 de junho de 1918:

"Estamos diante das minúsculas e inumeráveis raízes da exploração burguesa, que penetram profundamente em todo o país, através dos pequenos proprietários, por mil e uma ramificações do tipo de vida, dos hábitos, das formas de pensar dos pequenos proprietários e dos pequenos produtores; temos diante de nós o pequeno especulador, a falta de hábito em relação ao novo modo de vida, a falta de confiança neste modo de vida, o desespero." (O.C., t. 27, pg. 457.)

Para arrancar o trigo dos esconderijos, não é preciso, portanto, apenas travar a luta contra os inimigos (os kulaks), mas também contra as ideologias inimigas (os hábitos, a desconfiança, o desespero do pequeno camponês). *Lenin percebe o problema a partir deste momento.* Mas como fazer, quando é vital conseguir resultados em algumas semanas, dissociando as duas batalhas, concentrando os golpes contra o inimigo de classe e tratando de forma específica a *ideologia* inimiga da massa dos elementos intermediários? *Há duas batalhas a serem travadas, mas elas se entrecruzarão*

¹ Elisabeth Drabkina, *Solstice d'hiver, le dernier combat de Lenin*, Paris, 1970, pg. 153.

desde o início, e o encarniçamento da primeira comprometerá as possibilidades da segunda.

Mais tarde, em fins de 1918 e em 1919, Lenin tentará, em meio às transformações ideológicas provocadas pela guerra e pela revolução, encontrar as alavancas de um movimento no sentido do coletivismo no campo. A guerra não mostrou às massas camponesas em uniforme o que a técnica pode realizar? Os camponeses assistiram à prática disto numa gigantesca tarefa de destruição. Por que não pensariam em se apropriar dela para um trabalho positivo? As “maravilhas da técnica” aplicadas à terra lançarão as bases materiais da exploração coletiva... Aparentemente, a demonstração guerreira dos meios técnicos “modernos” não ganhou, por si só, a convicção dos camponeses e sua adesão ao “progresso”.

3. O PAPEL SUBORDINADO DO MOVIMENTO DOS CAMPONESES POBRES.

A “cruzada pelo trigo” começa em maio-junho de 1918. Os “cruzados” se compõem essencialmente dos destacamentos de operários armados que as cidades enviam ao campo... Em 11 de junho de 1918, o poder soviético cria os “comitês de camponeses pobres”. Espera-se que eles apoiem a “cruzada”.

Os “comitês de camponeses pobres”, de junho de 1918, não surgiram do próprio desenvolvimento da luta de classes no campo: são um instrumento, entre outros, no plano geral da luta contra a fome. Organização artificial e não criação das massas. *Desde esta primeira tentativa de 1918, a revolução no campo é uma revolução de cima para baixo, uma revolução importada.* O mesmo caráter encontraremos quando da coletivização de 1929.

Vários textos atestam que na primavera de 1918, se há a **esperança de aliança** com os camponeses pobres, a tendência é **tomar sua passividade como ponto de partida**. A visão é *de ganhá-los através de medidas assistencialistas*. Espera-se que eles sirvam **como fonte de informações** para localizar os estoques de grãos e **identificar os especuladores**. Pretende-se organizá-los. Mas não parece que eles próprios, camponeses pobres, enquanto massa, estejam se colocando em movimento de forma autônoma.

Assistencialismo. Vejam o texto de Lenin, datado de 26 de maio de 1918:

“(Não recuar) diante de qualquer sacrifício para ajudar a população pobre do campo, distribuindo-lhe gratuitamente uma parte dos excedentes de trigo confiscados aos kulaks (...)” (O.C., t. 27, pg. 432.)

E Lenin dá este exemplo a todos os operários do país (em 23 de junho de 1918) no momento em que os previne contra as tentações de pilhagem no campo:

“Quando recebo a notícia de que no distrito de Usman, do governo de Tambov, um destacamento de abastecimento requisitou 6.000 *puds* de trigo, e atribuiu 3.000 aos camponeses mais pobres, digo: mesmo se me demonstrassem que este destacamento é ainda um exemplo isolado na Rússia, eu diria apesar de tudo que o poder soviético trabalha. Porque não existe um só Estado que tenha um destacamento deste tipo!” (O.C., t. 27, pg. 432.)

O poder operário age como uma força de justiça, mas vinda de fora, trazendo uma saída para os camponeses pobres do campo. Estamos longe da situação do outono de 1917, quando os bolcheviques felicitavam-se quando viam os camponeses resolver por sua conta a questão das terras e os encorajavam neste caminho. Sob a pressão da fome, o poder proletário se substitui ao movimento das massas camponesas: a questão das terras foi resolvida quando estava madura para a massa dos camponeses. A questão dos grãos não está madura para esta mesma massa. Tanto pior. É preciso agir ou morrer. A partir de então, subordinada à questão do abastecimento das cidades, a política agrária é importada: não depende mais do ritmo próprio do movimento de massa camponês. *De sujeito do movimento revolucionário em 1917, o campesinato torna-se objeto de uma política agrária decidida nas cidades.* Não se trata de uma sutileza metafísica: é preciso tomar a diferença ao pé da letra, gramaticalmente; ela salta aos olhos quando se comparam os textos escritos por Lenin em 1917 e em 1918.

— Lenin em 1917:

“Os camponeses exigem a abolição do direito privado do solo (...). Estas são as reivindicações dos camponeses, *expressadas*

clara e limpidamente pelos próprios camponeses (...)." (O.C., t. 25, pg. 234-235.)

— Lenin em 1918:

"(...) Nós resolvemos dividir o campo." (O.C., t. 28, pg. 178.)

Quanto aos "comitês de camponeses pobres", não durarão mais do que uma estação do ano. Em novembro-dezembro de 1918, serão fundidos com os "soviets rurais" — o que significa suprimi-los. "*Limitaram-se a desempenhar uma única função prática, segundo Carr, a de fornecer informantes*"¹

Outro historiador, Jan M. Meijer, mostra bem as contradições embutidas na efêmera aventura dos "comitês de camponeses pobres" de 1918².

Estes comitês, segundo ele, desempenharam, simultaneamente, um papel útil no imediato e comprometeram seriamente o futuro. Papel útil: localizar o grão. Mas, desempenhando o papel de dedos-duros, os "pobres" se aliaram ideologicamente à "cidade" (que os ajudava neste período de fome) contra o "campo". Perderam, assim, a partir daí, *credibilidade* enquanto força política (eventualmente dirigente), aos olhos de grande número de camponeses. Entregando o grão escondido, o "bedniak" ("camponês pobre") "dissociava-se da maioria do vilarejo e atravessava a linha de frente do que se chamou a guerra entre a cidade e o campo" (Meijer). Criados apressadamente e com objetivos claramente utilitários, os comitês foram abandonados no fim de alguns meses.

Pouco depois entra em cena o "camponês médio".

Aqui se elabora, um pouco defasada em relação às três anteriores, uma peça essencial da análise e da política agrária de Lenin. Preso numa contradição para o controle da qual não consegue obter os meios, pelo menos tenta assumi-la. De um lado praticou-se violência contra os camponeses — para arrancar-lhes o trigo — e a violência continua. Mas, de outro lado, considera-se, por princípio e por bom senso, que as massas camponesas

¹ Carr, op. cit., t. 2, pg. 161.

² Jan M. Meijer, "Town and Country in the Civil War", in *Revolutionary Russia, a symposium*, editado por Richard Pipes, New York, 1969.

devem ser livres para se convencer e encontrar por sua própria conta o caminho para o socialismo... Como descobrir uma unidade entre os aspectos coercitivos e a vontade de persuasão na política agrária dos bolcheviques? Trata-se, em certo sentido, da quadratura do círculo. A situação engendra uma teoria de circunstância, que terá grande sucesso em seguida, particularmente por ocasião dos debates da NEP. Apoiando-se, é verdade, em *raciocínios* e teses os mais contraditórios.

4. O "CAMPONÊS MÉDIO".

Freqüentemente se disse que Stalin, utilizando a força em relação ao campesinato em 1929, rompeu, por isso mesmo, com a tradição de Lenin, partidário — como Engels — da persuasão em face do campesinato. Não é inteiramente exato. *Lenin era ao mesmo tempo partidário da persuasão e da coerção*. E, na prática, o poder soviético praticou, desde o início, as duas — com resultados desiguais.

O problema concentra-se, essencialmente, no camponês médio. Pequeno cultivador, empregando às vezes um ou dois assalariados, mas normalmente não tendo nenhum assalariado, seria chamado em outros países de camponês pobre. Na Rússia, chama-se este camponês de "médio" para distingui-lo dos sem-terra e dos miseráveis do povoado. E muito rapidamente se chegará à conclusão de que ele é o interlocutor principal. Se ele se aliar com os "ricos" — os kulaks —, é como se todo o campesinato se levantasse, como um muro, diante do poder soviético... Os "pobres", em quem se depositaram esperanças no início, começam a ser tratados na prática como uma espécie de "lumpemcampesinato" (como se chama de "lumpemproletariado" os desempregados e os elementos mais miseráveis do mundo operário das cidades): os kulaks os corrompem com migalhas, com um pouco de vodca. Pode-se contrabalançar isto, distribuindo a eles uma parte dos bens confiscados aos especuladores. Mas não são propriamente os "pobres" que constituem a *força produtiva principal* no campo. A sementeira, as colheitas, a natureza e a importância da produção agrícola não dependem deles, no essencial. Ora, é neste ponto

que reside a questão central. A curto prazo, pode-se tomar o que já foi colhido — e este foi efetivamente o objeto do primeiro plano de luta contra a fome, em 1918. Mas se percebe muito bem que se corre rumo à catástrofe se não se tomam medidas quanto ao ciclo de trabalho agrário que recomeça no outono. Toma-se consciência de que os camponeses responderam maciçamente às requisições reduzindo as áreas semeadas: prevê-se que a colheita de 1919 está comprometida. E nenhuma distribuição aos camponeses pobres resolverá em algumas semanas a questão do trabalho que começa de novo. Quanto a isto, é preciso passar pela massa dos pequenos cultivadores, que são chamados de “médios”. Em 1919, a grande questão é a de “tranquilizar o camponês médio”, separando-o do kulak, e obtendo, tanto quanto possível, sua adesão ativa.

Mas há em relação a isto um dilema espinhoso: a fome espreita sempre, tanto em 1919, quanto em 1918 — a guerra civil e a intervenção imperialista tomaram o lugar das devastações inflingidas pelo exército alemão —, é absolutamente necessário tomar os excedentes de grãos, mesmo quando os camponeses não quiserem entregá-los: *como conciliar o confisco dos grãos e a “aliança com o camponês médio”?* Indo mais longe na questão de fundo, a miríade de pequenas explorações não constitui o verdadeiro freio para o desenvolvimento da produção agrícola? Mas os bolcheviques disseram ao campesinato que a transição para a exploração coletiva se realizaria voluntariamente e esta formulação aparece como um dos termos da “aliança” que eles lhe propõem. Então? Coerção ou não?

Lenin, que hesita e que foi obrigado pelos acontecimentos a medidas radicais (ver acima), formula em novembro de 1919 a teoria do *duplo caráter do camponês médio*, que inaugura a prática do momento — coerção e persuasão:

“O camponês médio produz mais víveres do que tem necessidade, e, dispondo assim de excedentes de grãos, *torna-se um explorador* do operário esfomeado. Esta é (...) *a contradição fundamental*. O camponês enquanto trabalhador, enquanto homem que vive de seu próprio trabalho (...) está do lado do operário. Mas o camponês enquanto proprietário, que dispõe de excedentes de grãos, está acostumado a considerá-los como sua propriedade,

suscetível de venda livre. Todos os camponeses não compreendem absolutamente que o livre comércio de grãos é um crime de Estado. 'Eu produzi o grão, ele é fruto de meu trabalho, tenho o direito de comercializá-lo' — eis como o camponês raciocina, por hábito, à maneira antiga. Quanto a nós, dizemos que se trata de um crime de Estado." (Lenin, textos citados por Carr, *op. cit.*, t. 2, pg. 168.)

O camponês médio cultiva a terra com suas mãos: trata-se portanto de um trabalhador. Não se pode arrancar dele seus meios de trabalho — entre os quais, o principal, a terra — pela força: é preciso persuadi-lo. Não se utilizará a força para formar fazendas coletivas. Mas em épocas de fome, seu produto — o grão — é um tesouro que lhe fornece os meios de especular e, em consequência, de se tornar um "explorador". Contra o camponês "explorador", a coerção é legítima: somos obrigados a lhe tomar os excedentes de trigo pela força!

A diferença pode parecer sutil, mas a teoria aqui reflete apenas as contradições da prática: utilizar a violência contra o aspecto explorador do campesinato, a persuasão em relação ao aspecto trabalhador. Apenas um senão: *trata-se das mesmas pessoas e elas não captam a nuance!* Para estas pessoas, o trigo que produzem é sua propriedade exatamente pelas mesmas razões que todo o resto, e o poder soviético quer tomar o que é delas. De que serviria trabalhar de sol-a-sol para fazer crescer colheitas destinadas ao confisco? Mais vale produzir somente o que se vai consumir consigo mesmo. Resultado: a resistência camponesa concentra-se na produção, reduzem-se as áreas plantadas e, a cada ano, até 1921, o campo produz menos trigo... Pode-se confiscar um excedente que não existe?

Esta semi-aliança proposta aos camponeses é recusada na prática: a prova é dada pelas sublevações agrárias e pelas múltiplas formas de resistência camponesa no decorrer de todo o período chamado de "comunismo de guerra". E quando o poder soviético for acuado à NEP em 1921 (liberdade de comércio para o trigo, no início, ampliada ao conjunto da economia em seguida), poder-se-á indagar se a teoria do "duplo aspecto" não teria se transformado num conto do vigário. O camponês "médio" se com-

portara como um todo, e seu lado “especulador” influíra seriamente no aspecto produtor. Os dirigentes soviéticos tomam consciência do problema:

“O debate no VIII Congresso panrusso dos sovietes deu um passo adiante. Durante os três primeiros anos do regime bolchevique, a fome foi tratada como um problema de colheita e de distribuição, não de produção. O postulado, natural em se tratando de um país que fora até então exportador de grãos, revelava-se agora como um erro trágico.” (Carr, *op. cit.*, t. 2, pg. 175.)

Três meses mais tarde, a NEP recuava nos dois planos: o camponês, dono da sua terra, voltava a ser dono de sua colheita. Mas a retirada do poder bolchevique não resolvia o problema de fundo. *E a lição não seria esquecida.* Quando, em 1929, a ofensiva foi retomada no campo, já não será mais no terreno da distribuição, mas no da produção. *Coletivizar a distribuição não é possível se não se coletiviza a produção.* No fim das contas, os fracassos sucessivos da política agrária bolchevique apenas recolavam, no caso, na ordem do dia uma tese elementar do marxismo: são as relações de produção que determinam as relações de consumo, e não se pode transformar efetivamente as segundas sem transformar as primeiras.

Em janeiro de 1919, no II Congresso panrusso dos sindicatos, um orador já defendera a tese de que “a questão do abastecimento das cidades só pode ser resolvida pela criação de grandes unidades de produção no campo”.¹ Dez anos de desenvolvimento e de tentativas táticas deveriam levar o poder bolchevique a reconhecer esta lei de bronze, determinando a coletivização. Aplicada desde o nascimento da República Soviética à coleta dos grãos, a coerção vai então se estender à transformação do modo de produção. Mas a que preço!

Em relação à questão agrária, o “leninismo” consiste na brutal unidade destas duas posições extremas, separadas por alguns meses: em outubro de 1917, um apoio incondicional — único neste momento na Rússia — dado ao movimento de massa camponês;

¹ Carr, *op. cit.*, t. 2, pg. 158.

na primavera de 1918, a reviravolta incitada pela fome, a questão agrária subordinada ao abastecimento das cidades, a coerção na ordem do dia na prática.

Poderíamos continuar a análise, acompanhar passo a passo as tentativas de Lenin para encontrar, sob a pressão dos acontecimentos, uma saída imediata e para formular uma estratégia a longo prazo. Os últimos artigos de Lenin, em 1923, esboçarão o “plano cooperativo”, baseado simultaneamente na mecanização dos trabalhos agrícolas e na “revolução cultural” no campo. Voltaremos a isto. Mas os poucos meses durante os quais acompanhamos as posições agrárias de Lenin marcaram profundamente em seguida as relações entre camponeses e operários. E o paroxismo da crise revela, de uma forma pura, as determinações do pensamento de Lenin: um profundo apoio à revolução camponesa, e uma reviravolta implacável das prioridades quando a sobrevivência da Rússia soviética parece comprometida pelo “egoísmo” camponês. . .

Quando da morte de Lenin, o debate sobre a questão camponesa permanece em aberto como na época em que fora vivo. Lenin não deixa como herança a seus sucessores um corpo de doutrina — deixa-lhes métodos de análise e reflexões políticas. Mas uma outra herança perpassa a sua e sobredetermina ainda por muito tempo a atitude dos habitantes das cidades, dos intelectuais, dos burocratas: o velho ódio anticamponês, um misto de medo e de incompreensão, misterioso e persistente, vindo não se sabe de onde, mas suscetível de assumir formas quase patológicas. . .

CAPITULO TERCEIRO

O ódio

Ali onde o olhar humano deteve-se, limitado, oh! Revolução, em tuas esfumaçadas sombras, vejo o ano dezesseis que, coroadado de espinhos, se aproxima levando multidões famintas. (...)

Devastei vossos corações onde crescia a doce ternura; cortei o caminho do perdão... É, no entanto, mais duro do que tomar a Bastilha, infinitamente mais duro, trata-se de um profundo trabalho!

Vladimir Maïakovski,

A nuvem de calças, 1914-1915¹

“O eterno silêncio destes infinitos espaços me assusta...” Em seu livro *O camponês russo*, publicado em 1922, Maximo Gorki não cita Pascal. Estas palavras de Pascal poderiam, porém, condensar a “tonalidade afetiva” da relação de Gorki com o camponesinato. Maximo Gorki tem medo dos camponeses, medo do campo. Medo destas imensas solidões geladas, fora do tempo. Medo destes homens rudes e brutais que “não têm memória histórica”, e que, à vista de todos, vieram depositar seus excrementos nos luxuosos objetos de arte dos czares. Medo da “crueldade russa”.

O camponês russo de Gorki reflete o pavor quase religioso de muitos intelectuais russos de sua geração diante do imenso mistério camponês. Paradoxalmente, o terror hostil sentido pelo

¹ Tradução em francês por Katia Granoff, Paris, 1974.

intelectual socialista “racionalista” em relação ao “atraso” camponês não está desligado da atração fascinada do populista. Aquilo do qual um procura fugir, o outro busca num obscuro desejo de se anular. Mas ambos (veremos, aliás, os mesmos homens passarem de uma atitude para a outra) têm, diante desta imensidão — ora percebida como imenso nada, ora como imenso absoluto —, um sentimento irracional da mesma natureza:

“A planície sem limites na qual se amontoam os povoados de casas de madeira cobertos de palha tem a perniciosa propriedade de esvaziar o homem, secando seus desejos. O camponês sai dos limites do povoado, olha o vazio em torno dele e, algum tempo depois, sente que o vazio derramou-se em sua alma. Nas cercanias, em parte alguma percebem-se vestígios duráveis de trabalho e de criação (...). A sua volta, uma planície ilimitada, e no centro um pequeno homem ínfimo, abandonado nesta terra tediosa para cumprir um trabalho de condenado. E o homem se empaturra de um sentimento de indiferença que mata a capacidade de pensar, de lembrar as coisas que já foram vividas e de tirar idéias da experiência.” (Gorki, *O camponês russo*, Paris, 1925, pg. 110-111.)

O conjunto do texto de onde foram tiradas estas linhas é um longo grito de medo diante das massas, estranhas, incompreensíveis e bárbaras — diante das massas enquanto encarnação do desconhecido em face do intelectual isolado. O texto merece uma leitura atenta. Em primeiro lugar, porque nos fornece, numa forma crua, a ideologia de uma parte importante da “intelectualidade socialista” russa da década de 1920, e esta ideologia, nunca criticada a fundo, nem extirpada, será um componente dos reflexos anticamponeses de quadros políticos e administrativos durante este período e nos anos seguintes. Mas também porque, se lido, digamos assim, pelo avesso, revela as profundezas ignoradas do movimento revolucionário do campesinato russo. O que Gorki descreve com ódio ou sarcasmo pode ser visto, de um outro ângulo, como um impressionante testemunho das vagas de barbárie que constituem, também e necessariamente, uma revolução.

Gorki fala do saque voluntário das "obras de arte". Ele presenciou os pobres manifestarem, através de gestos concretos, seu desejo de humilhar o luxo czarista. Para Gorki, trata-se da expressão do "ódio pelo que é belo". Ele não percebe (ou talvez perceba muito bem, a ponto de ficar assustado) a vontade de revanche que leva a pisotear estas "maravilhas" para a produção das quais milhões de homens foram explorados e sofreram séculos e séculos. Vejam como Gorki fala a respeito num artigo intitulado "Lenin", redigido em 1924 por ocasião da morte deste último:

"Lembro-me com amargura do seguinte fato: em 1919, em Petrogrado, reuniu-se o congresso dos "indigentes do campo". Vários milhares de camponeses vieram das províncias do norte da Rússia e algumas centenas ficaram alojados no palácio de Inverno. Terminado o congresso e depois da partida dos hóspedes, percebeu-se que haviam sujado não somente as banheiras do palácio, mas também uma quantidade enorme de vasos preciosos de Sévres, de Saxe e do Oriente, utilizando-os como latrinas. Não fizeram isso por necessidade: os banheiros do palácio foram encontrados limpos, e as canalizações funcionavam. Não, o vandalismo era a expressão do desejo de destruir, de desonrar as coisas belas. Durante as duas revoluções e a guerra, observei centenas de vezes esta tendência obscura e rancorosa de quebrar, desfigurar, achincalhar, envilecer o belo." (*Ibid.*, pg. 69-70.)

Os pobres são "rancorosos". Surpreendente adjetivo que surge da pluma de um intelectual socialista ultrajado.

A soberba insolência dos miseráveis dos povoados que vêm defecar na porcelana dos czares, e a "amargura" de Gorki: dois mundos se enfrentam, duas ideologias se colocam uma diante da outra. Os condenados da terra irrompem na cidade parasita e a ditadura do proletariado não respeita a etiqueta ("A revolução não é um jantar de gala", dirá Mao Tse-tung). Mas quando se suja os "objetos de arte", o herdeiro da "cultura" se sente ameaçado no seu ser intelectual.

O horror de Gorki testemunha a profundidade da "revolução cultural" que transbordava espontaneamente pela Rússia em 1919 — explosão de um "rancor" contido durante séculos.

Que espetáculo! Pelo seu próprio aspecto, São Petrogrado é um símbolo e uma provocação. Para senti-lo é preciso ter visto as

suntuosas fileiras de palácios ao longo do rio Neva, as simetrias aristocráticas mil vezes refletidas na água dos rios e dos canais, as longas e graciosas pontes, a delicadeza das colunas, os azuis-pastéis e os amarelos-esmaçados, a indolente arquitetura absolutamente feita para a ociosidade, o prazer, o desperdício. . . Imaginem, nestas grandiosas réplicas, à escala da imensa Rússia, dos Versalhes e das Venezas do Ocidente refinado, o afluxo repentino do “populacho”, a atividade febril dos comitês de operários e de camponeses, o pesado passo dos marinheiros em armas, o amontoamento dos desertores. . . e enfim, a irrupção dos “indigentes do campo” — os pobres, os sem-terra, os párias dos vilarejos do norte. E como reagem os miseráveis, introduzidos nos palácios mais suntuosos? São presos pelo respeito, demonstram um reflexo de veneração diante do esplendor dos ornatos czaristas? Absolutamente. Defecam e urinam em todos os lugares, como se se tratasse de vulgares galinheiros. Os mais desprezados entre os trabalhadores manuais sentem que o momento não é mais de respeito, que é possível levantar a espinha e cuspir nos símbolos da opressão. E proclamam, com sua atitude, que a arte feudal ou monárquica não vale os sacrifícios e sofrimentos que foram, por ela, extorquidos do povo. Eles transbordam pela cidade arrogante, até então proibida, e seu gesto de insulto diz: *nós somos os donos*. E é isto que aterroriza Gorki. É o que ele não pode suportar.

O intelectual, o artista só podem sobreviver enquanto privilegiados se o conjunto da sociedade — e os trabalhadores manuais — reconhecerem enquanto herança “cultural” um certo sistema de valores, um certo conceito do “belo”, do “estilo”, etc. Na medida em que este reconhecimento desaparece, o seu estatuto social privilegiado vem abaixo. Diante da “barbárie” camponesa, a intelectualidade luta enquanto classe. Desde 1919, já está em marcha algo que se refere à “revolução cultural”, manifestando-se nas ações destrutivas do movimento de massa, e já se manifesta uma resistência à revolução cultural entre os detentores e produtores tradicionais da cultura nas sociedades de classes — os intelectuais.

Lenin sentiu, em 1919, o ranço burguês dos intelectuais, do qual Gorki era o porta-voz. Ele se refere a isto energicamente numa carta a Gorki que tinha acabado de dizer — era um dos seus temas favoritos nesta época — que “os poucos operários sensatos que

sobram dizem que foram entregues em cativeiro ao mujique". Eis a resposta de Lenin:

"Trata-se de uma mentalidade mórbida de ponta a ponta, exarcebada num ambiente de intelectuais burgueses rançosos.

(...) Há divergência de *humor* entre os que estão na prática política ou estão absorvidos pela mais encarniçada luta, e o humor de um homem que se fechou artificialmente numa posição que não lhe permite observar a vida nova, subjugado pelas impressões nascidas do apodrecimento de uma imensa capital burguesa." (*Lenin e Gorki*, Edições de Moscou, 1958, pg. 141, 143.)

E Lenin recomenda a Gorki deixar a cidade e ir para o lado das massas:

"Se se quer observar, é preciso observar de baixo, de onde se pode *captar com o olhar* o trabalho de construção da nova vida, numa cidade operária de província, ou num povoado." (*Ibid.*, pg. 142.)

Gorki não superará seu "ranço", ou, como diz Lenin, sua "*divergência de humor*". Recrutado pelo bolchevismo e promovido ao nível de escritor oficial, Maximo Gorki ("A mãe") preservará sua "divergência de humor", ainda que transforme seu modo de expressão. Na verdade, neste caso, a maneira de ser e de sentir de tipos individuais mergulha raízes nas profundas contradições da sociedade: é entre as classes sociais russas que se manifesta uma "divergência de humor" plena de conseqüências.

Lenin responde pessoalmente a Gorki. Sentiu vivamente a "divergência". Mas, neste momento, em 1919, trata-se de um diálogo individual. Como tratar as "divergências de humor" entre as classes sociais? Lenin ainda não coloca esta questão. Mas pouco antes de sua morte, Lenin falará a respeito como de um problema crucial: seu desaparecimento em 1924 rompe o esboço de uma reflexão sobre a "revolução cultural".

Vimos como Lenin, quase sozinho, apoiou o movimento de massa camponês em 1917, quando de todos os lados, e até na elite política e intelectual do socialismo russo, clamava-se contra a anarquia. Esta prova encontrou Lenin e Gorki em dois campos

opostos. No momento crucial do movimento de massa, o reflexo “conservador” — no sentido próprio — jogou um papel em Gorki. É interessante ver como o próprio Gorki, bem mais tarde, conta suas reticências e sua oposição — principalmente porque ele jamais abandonou suas premissas ideológicas, mesmo quando, em seguida, considerou “errada” sua atitude durante outubro de 1917.

“Em outubro, eu não estava de acordo. Tinha razões para duvidar da vitória do proletariado. Na época, quando reinava a anarquia na massa do campesinato e da população das cidades, anarquia engendrada pela guerra, existiam dúvidas deste tipo. Depois, constatei como as tropas voltavam para seus lugares de origem (...), via o que eles faziam. Era uma tempestade, um furacão: tudo era quebrado, arrancado, algo de inacreditável, e eu pensava como muitos de meus camaradas bolcheviques que a vaga ia varrer a única força verdadeiramente revolucionária, o proletariado, e também a intelectualidade verdadeiramente revolucionária representada pelos bolcheviques... Tinha também uma outra razão para desaproveitar a revolução de outubro (...). Vladimir Ilitch escrevera (...) que cabia a nós, isto é, ao proletariado, recolher o patrimônio espiritual, a herança cultural criada no mundo burguês (...). Ora, quando se começou a quebrar tudo isto, aniquilando toda esta riqueza, era natural pensar que corríamos o risco de perder a herança. Tais considerações explicam porque eu fora contra, e não somente eu, mas um bom número de outros bolcheviques, velhos bolcheviques.” (*Encontros com os correspondentes operários de Moscou*, 14 de junho de 1928, *ibid*, pg. 298-299.)

O fato de que Gorki, em 1928, retome com tal segurança seus argumentos de 1917 contra outubro, é bastante expressivo a respeito dos limites de sua autocrítica, e em geral, da persistência do tema ideológico da resistência à “barbárie” das massas camponesas. No mesmo texto, Gorki conta em seguida como mudou de posição após o atentado contra Lenin em 1918, e como reconheceu que Lenin tinha razão.

Na mobilização geral das forças revolucionárias no começo da guerra civil e na extrema tensão obsidional da Rússia soviética de 1918, assaltada pelas intervenções imperialistas, a adesão de Gorki

— e de toda uma corrente intelectual russa que ele representava — ao poder nascido em outubro, constituía um importante reforço. Havia uma urgente necessidade de competências científicas e técnicas: Gorki contribuiu para obter seu apoio. E a mobilização geral das forças urbanas *contra* o campo (na batalha do abastecimento), imposta a Lenin pelas circunstâncias a partir de 1918, só podia convir às disposições ideológicas de Gorki. A brusca reviravolta da situação objetiva em alguns meses, já referida por mim no capítulo precedente, impediu, de certa forma, o enfrentamento ideológico entre Lenin e Gorki — e as correntes de pensamento que ambos exprimiam.

O fato de que não houve uma grande discussão sobre a questão de fundo, sobre as raízes ideológicas e a significação social da divergência, trouxe conseqüências profundas quanto ao desenvolvimento ulterior da formação soviética. Porque, se uma certa forma de “*luta entre as duas linhas*” continuou, difusa, após a adesão de Gorki (as “divergências de humor” referidas por Lenin em 1919 constituem uma manifestação embrionária do problema), ela não se concluiu — ruptura e eventualmente unidade em novas bases.

Sem dúvida teria sido necessário, para que interviesse uma nova ruptura (após a oposição de 1917 e a adesão de 1918), que amadurecessem as contradições e que aparecessem as condições de uma nova crise exemplar, comparável à de outubro de 1917. Nada menos que uma *revolução ideológica*, o que na China recebeu o nome de “revolução cultural”.

O entrecruzamento dos anos 1918-1920 oferecia condições para um realinhamento de posições de classe claras sobre as questões colocadas pela Revolução nos planos da ideologia e da cultura? Como tratar corretamente as “divergências de humor” entre as classes sociais? Acontece freqüentemente, mesmo quando os interesses “objetivos” de grupos sociais convergem, que suas atitudes subjetivas entrem em conflito. Com muito mais razão pode haver violento enfrentamento subjetivo quando os interesses objetivos imediatos se contradizem — o que é o caso, em 1919, no que se relaciona à questão dos grãos, entre as populações urbanas e rurais.

O que dá toda a sua força à ofensiva *ideológica* anticampesina de Gorki, e o que explica por que uma posição inversa não pôde encontrar imediatamente bases de contra-ofensiva, é a sobre-

determinação e o circuito cruzado das contradições e das alianças do momento. No entanto, o que está em jogo transparece através dos próprios textos de Gorki: lendo-os, pressentimos o embrião de um pensamento camponês radical, cuja emergência na cena política a conjuntura não permitiu, mas contra o qual mobiliza-se já o egoísmo de outras forças sociais.

O campo, nestes tempos de fome, toma consciência de que são as cidades que dependem dele e não o inverso. Gorki vê nisso algo de exclusivamente negativo. De fato, o egoísmo dos kulaks e o desenvolvimento de sua influência, na medida dos fracassos da política agrária dos bolcheviques, vão tornar esta tomada de consciência um perigo para a Revolução. Mas não poderia existir, em germe, nesta idéia nova para milhões de produtores, um fator de revolucionarização, como um esboço de uma concepção diferente do mundo?

Em *O camponês russo*, Gorki descreve os “tormentos” infligidos pelos camponeses aos habitantes das cidades, e particularmente aos intelectuais, que, impelidos pela fome, vêm negociar nos vilarejos a compra de um saco de batatas:

“A maioria dos camponeses, que ganhavam sempre com a troca, esforçavam-se para dar (e o conseguiam) à troca o caráter humilhante de uma esmola concedida de má vontade ao “senhor” arruinado pela Revolução.” (*Op. cit.*, pg. 166.)

Pode-se imaginar de fato que as expedições armadas dos “destacamentos de abastecimento” não haviam preparado os camponeses para acolher favoravelmente os pedidos, mesmo pacíficos, dos habitantes das cidades. Um duplo rancor se estrutura aqui, e as contas serão ajustadas mais tarde, duramente. Mas há, mais profundamente, nesta insolência nova dos camponeses diante dos “senhores”, uma outra coisa que não é a exasperação ligada à “guerra do trigo”. *Como se houvesse uma reviravolta dos valores: quem depende de quem?* O produtor direto do campo descobre sua força. Gorki reparou bem nisso:

“Mas é preciso observar que a humilhação do hábil cidadão diante do campo teve neste último um alcance muito sério e muito

instrutivo: o campo compreendeu muito bem que a cidade dependia dele, enquanto que, até então, ele sentia-se totalmente dependente da cidade.” (Ibid., pg. 170.)

Tais linhas escritas em 1922 exprimem o ponto de vista do intelectual urbano que sentiu passar algo como se fosse o sopro de uma revolução cultural balbuciante. Em 1958, na China do Grande Salto para frente, depois, da Revolução Cultural a partir de 1965, surgirão, abertamente afirmadas, temas semelhantes aos que talvez, se acreditarmos em Gorki, se esboçaram na cabeça dos camponeses russos: as cidades parasitárias deverão desaparecer e as funções da sociedade se dissolver no espaço imenso do campo.

Gorki viu os camponeses formularem o ponto de vista segundo o qual as fábricas deveriam também ser repartidas através do campo. As transformações do início da Revolução russa engendraram uma aspiração espontânea: suprimir em seus próprios fundamentos a diferença cidade-campo. Gorki vê nisso apenas a marca do atraso, mas cita formulações surpreendentes:

“Um camponês de Riazan desenvolveu um dia junto a mim um curiosíssimo plano de economia regional.

— Amigo, não temos necessidade de grandes fábricas: a consequência é sempre revoltas e toda a espécie de vícios. Veja como nós nos organizaremos: uma indústria têxtil de cerca de cem operários, um curtume — também não muito grande — e assim por diante: sempre pequenas fábricas, tanto quanto possível afastadas umas das outras, para que os operários não se amontoem num mesmo lugar; e assim, tranqüilamente, cobriríamos toda a província de pequenas fabriquetas; depois uma outra província faria o mesmo. Dessa forma, cada uma tem o que precisa, e ninguém sente falta de nada.” (Ibid., pg. 174-175.)

Um sonho de “comunas populares”, “contando com suas próprias forças”, de uma certa maneira. . .

O intelectual, o homem da cidade, recusa esta espécie de aspiração difusa ao nivelamento. A violência da reação, apesar de tudo, não deixa de surpreender. Vejam com que palavras começa *O camponês russo* de Gorki: “Pessoas que há muito tempo gozam de

minha estima me perguntaram o que eu pensava da Rússia. *Tudo o que penso de meu país, ou, para falar mais exatamente, do povo russo e dos camponeses que constituem a sua maioria, me causa grande dor.*"

De onde vem o ódio contra o campesinato russo, este rancor do qual Gorki se torna porta-voz? Porta-voz seguramente de uma certa corrente de opinião — senão fica difícil imaginar por que ele publicaria um tal manifesto em 1922. Claro, já se viu, há interesses de classe imediatos que falam: o estatuto do intelectual está ligado à proteção da herança cultural ameaçada pela massa; a batalha do abastecimento, opondo cidades e campos, deixa profundas cicatrizes e o fermento de um recíproco rancor. Mas sentimos em processo, no contexto deste ódio, algo de mais antigo, que teria tido tempo de se consolidar — o resultado de uma longa ruminação repentinamente exacerbada pelas circunstâncias. De onde vem este ódio?

Coloquei a questão a um historiador soviético. Ele recusa o termo "ódio" — como admiti-lo, se Gorki permaneceu um autor oficialmente venerado? —, mas reconhece uma forma de "incompreensão" em relação às massas camponesas: segundo ele, ela reflete a reviravolta de um número importante de intelectuais russos de sua geração que, impelidos pela corrente "populista", foram pregar o socialismo nas regiões rurais mais longínquas, e, sendo mal recebidos, voltaram cheios de amargura em relação ao mundo camponês.

Por ter assistido a fenômenos comparáveis, creio tranqüilamente nesta reviravolta. Passar da adoração mística à repulsa, quase sem transição, é um movimento natural à exaltação da pequeno-burguesia intelectual. Observei na França, pouco antes ou depois de 1968, jovens intelectuais "infiltrarem-se" como operários e entrarem nas fábricas com o fervor religioso de homens a quem a verdade absoluta vai afinal ser revelada. Depois, em virtude de uma experiência difícil ou de fracassos, abandonarem a "infiltração", declarando que os operários estão irremediavelmente aburguesados — e mesmo podres ou fascistas.

Claro, esta não foi a maneira de sentir e de agir da maioria dos "infiltrados", mas a minoria conversa-fiada dos rançosos alimentou toda uma ideologia antioperária em certas correntes do

pós-68. Outros seguiram o mesmo itinerário "economizando", quero dizer, sem passar pela etapa física da infiltração: mais dotados sem dúvida para a arte da retórica do que para qualquer outra, limitaram-se a passar de formulações misticamente pró-operárias a formulações patologicamente antioperárias. A experiência na França me leva a crer que algo de análogo pode ter se passado na Rússia, após o retorno dos missionários intelectuais decepcionados por sua experiência rural. Gorki evoca a forma pela qual a literatura russa refletiu a reviravolta:

"A literatura dos amigos do povo, na medida em que estava a serviço de uma agitação política, idealizou o camponês. Mas em fins do século XIX, a atitude da literatura em relação ao campo e ao camponês mudou radicalmente, tornou-se menos piedosa, mais verídica. A nova atitude foi instaurada por Anton Tchekov em suas novelas intituladas *No barranco* e *Os Mujiks*." (*Op. cit.*, pg. 143-144.)

Gorki dá a entender que ele próprio viveu semelhante itinerário:

"Mas onde está então este camponês russo bom e sensato, este incansável amigo da verdade e da justiça sobre o qual falava a literatura russa do século XIX ao universo em termos tão belos e tão persuasivos?

Na minha juventude, procurei persistentemente um homem deste tipo nos vilarejos da Rússia — e não o encontrei. Encontrei, sim, um realista severo e astuto." (*Ibid.*, pg. 140-141.)

As desilusões da juventude intelectual são muitas vezes vingativas. Existe pior ódio que o que sucede a um amor frustrado? O êxito ou o fracasso da ligação dos jovens intelectuais com as massas operárias e camponesas é, em períodos de ascenso revolucionário, uma questão complexa, mas crucial: se estas forças não encontram um terreno comum, se a ideologia da juventude intelectual (que desempenha um papel importante na produção dos objetos culturais e das superestruturas) se constitui antagonicamente à ideologia difusa das forças profundas do povo, um elo decisivo está antecipadamente minado.

O fracasso, em fins do século XIX, da tentativa de fusão — pelo “populismo” — de uma parte da juventude intelectual russa com a massa camponesa, produziu, em termos imediatos, manifestações de desespero e tentativas niilistas. A longo prazo, o fracasso secretou o veneno de uma ideologia furiosamente anticamponesa em importantes frações da intelectualidade socialista e em muitos dos que se tornariam quadros da Revolução.

Tal herança ideológica constitui um elemento importante da situação objetiva global da luta das classes na Rússia no decorrer do começo do século XX. A linha de um partido pode mudar, decisões do poder central soviético podem ser modificadas em algumas horas, mas as atitudes fundamentais das classes sociais e dos grupos sociais, uns em relação aos outros, não se transformam da noite para o dia. O conflito multiforme entre a cidade e o campo, permanente desde o início da Revolução, carrega também esta marca.

CAPITULO QUARTO

A revolução cultural

Fins de 1922, começos de 1923: Lenin, já praticamente imobilizado pela doença que vai em breve levá-lo, trava suas últimas batalhas políticas e medita sobre a Revolução russa. Como desenvolver a instrução pública e desencadear no campo uma “revolução cultural”? Como lutar contra a monstruosidade burocrática do aparelho de Estado herdado do despotismo czarista? É preciso a todo o custo preservar o monopólio do comércio exterior, ameaçado por manobras políticas no mais alto nível... No fundo, tudo gira em torno do campesinato. Em 1917, as forças proletárias tomaram o poder favorecidas por uma conjuntura excepcional. Depois tudo se encaminhou muito rapidamente no sentido de uma engrenagem, a guerra, as medidas improvisadas; enfim, depois das vitórias militares e diante das sublevações do campesinato em 1921, a retirada na última hora: a NEP. E agora, como continuar?

O *Caderno de anotações das secretárias de Lenin* foi recentemente publicado: a transcrição das últimas atividades políticas de Lenin doente (de 21 de novembro de 1922 a 6 de março de 1923) reflete fielmente suas últimas obsessões. Encontra-se neste *Caderno* um texto extraordinário. Isto se passa no começo do último mês de atividade de Lenin:

“7 de fevereiro, manhã (anotado por M. Voloditcheva).

Fui ver Vladimir Ilitch por volta de 12h30... Ele ditou sobre os seguintes assuntos: 1) Como se poderá reunir as instituições do

Partido e as dos soviets? 2) O estudo é compatível com a atividade profissional dos funcionários?

Chegando nas palavras “e quanto mais esta revolução for brusca...”, ele se deteve, repetiu-as várias vezes, parecendo ter dificuldade em prosseguir; pediu-me para ajudá-lo relendo o que fora dito anteriormente; riu-se e disse: “Creio que aqui me atolei definitivamente; escreva isto: ele se atolou precisamente neste lugar!” (O.C., t. 42, pg. 519-520.)

O “atolamento” de Lenin precisamente no meio daquela frase (“e quanto mais esta revolução for brusca...”) dá melhor do que cem discursos o verdadeiro tom de seus últimos artigos: sob a segurança das indicações práticas, uma interrogação trágica, ansiosa. Algo, de fato, “atolou-se”, não somente no discurso interrompido de Lenin, mas no próprio processo da Revolução russa. Algo ligado à própria natureza desta revolução, à sua “brusquidão”.

Já se disse e se repetiu que os artigos de janeiro de 1923 (*Folhas do bloco de notas* e *Sobre a cooperação*), quase os últimos que Lenin pôde ditar antes do agravamento de sua doença, constituem uma espécie de “testamento político” de Lenin sobre a questão camponesa. Eu os li e reli, desejaria fazer uma síntese deles mas não consigo. Sinto algo de extremamente denso e carregado ao mesmo tempo, uma intuição muito profunda do abismo entre a cidade e o campo — em que Lenin pressente, para o conjunto da Rússia soviética, a ameaça de ser devorada —, a indicação de algo a conquistar, ligado simultaneamente às relações materiais e às relações ideológicas... Mas a extrema tensão do pensamento, em seu esforço para destrinchar uma realidade opaca e complexa que o instinto político capta ainda em bloco, produz como que um objeto indiferenciado. Constatamos que a partir daí pode se desdobrar um sistema de análise, e uma política, e um novo desenvolvimento — por interação — da prática e da teoria... Mas temos sob nossos olhos apenas a alvorada disso, e o olhar luta para diferenciar as formas no claro-escuro. Como não pensar de novo no “atolamento” do *Caderno das Secretárias*?

Muito se falou — particularmente durante os debates e os conflitos sobre a NEP após a morte de Lenin — do *Plano cooperativo de Lenin*. O termo “plano” é evidentemente excessivo, aplicado

aos últimos artigos de Lenin. Só se fosse no sentido de “mapa”, “referências”. Assim como se lança rapidamente no papel alguns riscos que compõem o “plano” de um lugar. Lenin aqui parece um homem que tateia num quarto escuro, esforçando-se por localizar os obstáculos e a disposição dos lugares.

O método de Lenin ao tatear é desconcertante numa primeira abordagem — mas muito lógico do ponto de vista materialista se refletimos melhor: *ele relaciona medidas práticas, às vezes de detalhe*. Fonte de mal-entendidos: estas indicações finais, brutalmente valorizadas pelo desaparecimento de Lenin, serão cristalizadas em “instruções”, depois, em “testamento”. Mas a letra neste caso ameaça o espírito. Não há nenhuma medida comum entre as indicações práticas de Lenin e a amplitude do problema de fundo ao qual ele se dedica. Se quisermos nos ater à estrita significação do que está dito, poderemos, em grandes linhas, resumir tudo da seguinte forma: *“alfabetizar e promover o comércio cooperativo”*. O que se propõe no detalhe: promover o corpo de professores primários, desenvolver a educação primária, organizar o “apadrinhamento da população do campo pelos operários das cidades”, organizar instituições cooperativas e se servir dos laços comerciais para estabelecer relações culturais, etc.

Lenin sabe muito bem que o tempo urge, e do peso da força da inércia dos costumes: lançar um apelo sem indicar ao menos algumas medidas concretas é quase certamente deixá-lo perder-se como um pequeno fio d’água na areia. Falar em política significa propor medidas, mesmo ínfimas. Aliás, não há outra maneira de tatear: as medidas concretas são uma tomada de contacto com a realidade. Encadeiam ao mesmo tempo um processo de mudança prática e um processo de conhecimento. A realidade se transforma e também a visão que se tem dela. O que existe de inadequado nas primeiras medidas propostas aparece na ação. E as forças sociais engajadas no processo produzem novas idéias, formas novas de organização.

Se extrairmos algumas medidas práticas deste processo e lhes atribuirmos um valor de instruções definitivas independentemente do momento em que foram formuladas, estaremos retirando delas toda a sua vida. Acontece que *a morte de Lenin determinou este destino às suas últimas indicações*. No entanto, o orçamento da Ins-

trução pública, a ração dos professores primários¹, o acoplamento de organizações urbanas e rurais, o desenvolvimento da rede de cooperativas são apenas as primeiras pinceladas de um dispositivo de conjunto cujas interligações vão necessariamente — segundo a maneira de pensar e de fazer de Lenin — se estruturar e se transformar no contacto com a realidade. É preciso ir além e tentar captar em torno de que a reflexão se faz.

Nas *Folhas do bloco de notas* (janeiro de 1923), a propósito de um problema que Lenin tenta colocar em termos novos, sente-se quase fisicamente como seu pensamento busca um caminho tateante entre a certeza da urgência e a dúvida sobre os meios.

A urgência e a extrema importância de um avanço ideológico para tentar reduzir o abismo entre as populações urbanas e rurais:

“É preciso começar estabelecendo um contacto entre a cidade e o campo (...) estabelecer contactos entre os operários da cidade e os trabalhadores do campo (...). Será que saberemos “ligar” todas as células urbanas a todas as células rurais de forma que cada célula operária “ligada” a uma célula rural perceba, sempre, todas as oportunidades de satisfazer esta ou aquela necessidade cultural de sua co-célula? Ou então, será que saberemos encontrar outras formas de ligação? Limito-me aqui a colocar a questão a fim (...) de colocar em toda sua amplitude este gigantesco problema cultural de um alcance histórico mundial.” (O.C., t. 33, pg. 478.)

Mas Lenin deixa escapar suas dúvidas algumas linhas acima, no mesmo artigo, sobre a natureza deste avanço ideológico:

“Eu estava documentado para o discurso que não pude pronunciar no Congresso dos Soviotes, em dezembro de 1922, e que deveria tratar do apadrinhamento da população do campo pelos operários das cidades (...). *Trata-se de um problema político essencial, de importância decisiva para o conjunto de nossa revolução: a atitude da cidade em relação ao campo.*

¹ “Não se deve regatear na ração de pão aos professores primários, num ano como este, em que estamos relativamente abastecidos de trigo.” (*Folhas do bloco de notas*, in O.C., t. 33, pg. 475).

(...) Podemos e devemos empregar nosso poder para realmente tornar o operário urbano um propagador das idéias comunistas no seio do proletariado rural.

Disse “comunistas”, mas me apresso em formular reservas com medo de provocar um mal-entendido ou de ser compreendido muito ao pé da letra. Isto não deve ser absolutamente compreendido no sentido de que deveríamos repentinamente levar ao campo idéias pura e simplesmente comunistas.” (Ibid., pg. 477-478.)

Observa-se que Lenin emite aqui um curioso “lapso voluntário”: ele avança o termo de propaganda “comunista” nos vilarejos, mas parece retirá-lo imediatamente. Mas quando redigimos um texto, e surge uma palavra inadequada no papel, não é mais simples riscá-la (ou, quando estamos ditando, mandar suprimi-la), não permitindo que o leitor a perceba? Isto é tanto mais natural quando se trata de um texto político, quando se trata de obter uma compreensão sem a menor ambigüidade. Ora, Lenin prefere neste caso deixar a palavra, e em seguida riscá-la à vista de todos.

Devemos atribuir o procedimento a uma inadvertência? É pouco possível, tendo em vista a importância da questão. Porque, no fundo, trata-se aqui desta “revolução cultural” referida por Lenin várias vezes nos seus últimos textos. Que sentido ele atribui a estas palavras? Se ficarmos numa leitura literal dos textos e se nos ativermos às medidas preconizadas, entenderemos: alfabetização de toda a população, penetração da educação primária no campo, fim do isolamento dos vilarejos com sua incorporação nos circuitos econômicos e comerciais da sociedade soviética. Mas, sob a evidência deste significado, percebemos, em certos momentos, um segundo significado, que está, de certa forma, aguardando sua hora. Como se Lenin entregasse apenas a parte visível, emergente, de uma meditação mais profunda. Daí as indicações fugitivas, palavras empregadas e retiradas, aproximações. Daí o “lapso voluntário”. É igualmente notável uma outra frase do mesmo texto. Lenin diz que não se pode repentinamente “levar ao campo idéias pura e simplesmente comunistas”. Seria uma maneira de dizer que seria útil levar ao campo “idéias comunistas” de uma outra natureza, que não seriam “puras e simples”? Será que Lenin, por conhecer a forma concreta através da qual a propaganda comunista estava sendo, até

então, levada ao campo por missionários "proletários" imbuídos de preconceitos anticamponeses, prefere evitar o desgaste por um movimento? O raciocínio é bastante possível, e de acordo com as frequentes advertências de Lenin, feitas na mesma época, contra a "auto-suficiência comunista". De que serviria sonhar com ofensivas ideológicas para as quais não existem forças políticas preparadas?

Conhecemos também o outro limite, igualmente presente em diversos textos de Lenin, particularmente nesta época:

"Enquanto não tivermos base material para o comunismo nos vilarejos (levar aí idéias comunistas puras e simples), seria, poderíamos dizer, trabalho nocivo, um trabalho nefasto para o comunismo." (*Ibid.*, pg. 478).

Lenin estava convencido de que só se podia demonstrar ao campesinato as vantagens da grande exploração coletiva através de uma mecanização generalizada ("Dêem-me 100.000 tratores..."). Até 1923, ele não pára de apontar como fatores materiais determinantes para uma transformação socialista do campo as máquinas agrícolas e a eletrificação. Baseando-se nas previsões dos especialistas, pensa que o essencial da eletrificação pode estar concluído em uma década. Trata-se, pode-se dizer, de seu "*plano a médio prazo*", formulado a partir de 1920-1921: prevê, portanto, uma reviravolta provável por volta de 1930. Ao mesmo tempo, ele formula também uma espécie de "*plano a curto prazo*", baseado numa dupla "aliança" econômica: no interior com o campesinato, sob a forma de liberdade de trocas; no exterior com o grande capitalismo internacional, sob a forma de "concessões" industriais (abrir condições a grandes firmas estrangeiras de explorar uma parte dos recursos naturais russos em troca de uma parte da produção). Lenin expõe este "plano" do qual espera rápidos resultados (em um ou dois anos) aos X e XI Congressos do partido comunista. A liberação de tendências capitalistas no interior e o apelo à ajuda do capitalismo internacional implicam evidentemente riscos que seriam maciçamente agravados por uma *conjunção* destas duas forças às custas do poder soviético. Daí a extrema importância, para Lenin, de um fechamento rigoroso das fronteiras econômicas da União Soviética, e as batalhas que ele trava pouco antes de sua

morte contra os dirigentes que propõem aliviar o monopólio do comércio externo.

O plano imediato significa: obter por todos os meios produtos industriais para trocar pela parte comercializável da colheita. Se os camponeses, extenuados pela guerra e pela fome, não conseguirem obter nada em troca, não darão “crédito”, não entregarão nada. No momento, as “concessões” às empresas estrangeiras que trouxerem equipamento e técnica são talvez o meio de obter esta produção industrial.

É na base deste raciocínio que Lenin defende a política das “concessões” frente à fração comunista do Conselho central dos sindicatos em abril de 1921:

“Cada produto suplementar (obtido graças às concessões; R.L.) será trocado com os camponeses por trigo, criando assim uma relação estável entre a classe operária e o campesinato.” (O.C., t. 42, pg. 303.)

Seria ainda necessário dizer que esta nova política só pode ser tentada a partir deste momento: a vitória militar sobre as forças intervencionistas estrangeiras torna possíveis acordos econômicos com as firmas imperialistas, impensáveis anteriormente.

De fato, para Lenin, a partir de 1921, trata-se de um novo jogo que se inicia, e só é possível compreender os “planos” que ele começa a formular a partir deste momento, tendo uma visão de conjunto. À luz da experiência chinesa, a posição de Lenin, subordinando a socialização do campo a um salto para frente das forças produtivas materiais, é hoje tranqüilamente taxada de “mecanicista”. Incontestavelmente, Lenin continua nesta questão marcado pela ortodoxia marxista da social-democracia da época — o que os comunistas chineses chamarão em seguida da “teoria das forças produtivas”. Mas todas as suas formulações, e os “planos” que começa a esboçar a partir de 1921 e até a morte, constituem apenas um quadro aproximativo, uma hipótese estratégica sempre suscetível de transgressão em função do desenvolvimento real. Não observamos Lenin transformar muito profundamente sua concepção do “capitalismo de Estado” nas três formulações que ele apresenta a respeito — primavera de 1918, primavera de 1921, outono de 1921?

Com o passar do tempo, o "plano" se cristaliza, o tateamento é obscurecido, e esquecida a abertura para o movimento de massa; só é lembrado o primado da mecanização. No entanto, a atitude política de Lenin era bastante mais complexa.

Um exemplo significativo: em 27 de dezembro de 1920, Lenin responde às perguntas de membros da fração comunista do VIII Congresso dos soviets. A discussão gira em torno de um projeto de lei atribuindo prêmios aos produtores individuais agrícolas que melhoraram sua produtividade. Os delegados exprimem o receio de que os prêmios não acabem indo às mãos dos kulaks e procuram compreender detalhadamente os critérios de premiação. A resposta de Lenin valoriza a capacidade de discernimento das massas camponesas:

"Qual critério definiremos para distinguir o "kulak consciencioso" do camponês médio consciencioso?"

— (...) *Os camponeses o sabem melhor do que nós (...).* Se vocês perguntarem qual o critério que distingue o camponês médio consciencioso do kulak consciencioso, este critério, na prática, os camponeses o conhecem perfeitamente. Não estamos dispostos a redigir uma lei sobre o assunto porque equivaleria a redigir todo um volume sobre a forma como as pessoas se comportam quando são kulaks. Ora, na prática, no terreno, os camponeses sabem perfeitamente tudo isto." (O.C., t. 42, pg. 266-267.)

Em relação a uma pergunta sobre o risco de reforçamento das "bases capitalistas oscilantes na agricultura", Lenin responde, ainda uma vez, chamando a atenção sobre a realidade ideológica das massas camponesas:

"Camaradas, vocês sabem que, em nosso país, as explorações camponesas individuais são, por assim dizer, os fundamentos do capitalismo. É indiscutível, e eu falei disso no meu relatório, dizendo francamente que o mais terrível não era o mercado negro da praça Soukharevskaja, ou o que existe clandestinamente em uma outra praça qualquer, mas o que se esconde na mentalidade de cada camponês individual. Poderemos nos livrar disso em um ou dois anos? Não. Ora, é neste momento que é preciso melhorar a economia." (O.C., t. 42, pg. 269.)

Lenin se convence de que o campesinato *não dará mais crédito* a partir de 1921, precisamente porque analisa atentamente o estado de espírito das massas camponesas. Na nova situação política criada pela vitória militar, e no estado de extrema miséria em que foi jogado pela guerra, o campesinato *exige* um mínimo de produtos industriais em troca dos bens que entrega à cidade. Portanto, a primeira base material de uma política agrária é: ter algo para trocar. E, num prazo mais longo, equipar o campo com meios de produção:

“Se vocês puderam fornecer máquinas ao campesinato, vocês o liberarão, e no dia em que vocês lhe derem máquinas ou a eletrificação, milhares e milhares de pequenos kulaks serão aniquilados. Enquanto isto não acontece, dêem ao menos uma certa quantidade de mercadorias.” (*Relatório ao X Congresso do PC (b)R*, 15 de março de 1921, in *O.C.*, t. 32, pg. 235-236.)

Novamente a ligação entre o material e o ideológico; já analisamos o seu complexo imbricamento e como a questão foi mal dominada quando da luta contra a fome na primavera de 1918. Mas neste caso, é sem dúvida a situação ideológica das massas no fim da guerra que determina o conjunto.

Durante todo o período do comunismo de guerra, o campesinato lutou em duas frentes: contra os Brancos para conservar a terra, contra os bolcheviques para manter o grão. É o perigo principal que determina a contradição principal: até 1921, o risco de uma restauração do antigo regime com o retorno dos proprietários de terra. Seja qual for, então, a violência das batalhas em torno da colheita que, em todos os anos perto da primavera¹, exacerba o enfrentamento sobre as questões rurais, o campesinato permanece

¹ Sobre estas revoltas sazonais, veja-se o discurso de Lenin à assembléia dos militantes do partido de Moscou, em 24 de fevereiro de 1921: “(...) O banditismo e as sublevações de kulaks estão crescendo (...). No banditismo sente-se a influência dos socialistas-revolucionários (...) eles sonham, em cada primavera, derrubar o poder dos soviets (...). Os SRs estão ligados aos incendiários do campo. A ligação é também revelada pelo fato de que as sublevações acontecem exatamente nas regiões onde recolhemos o trigo.” (*O.C.*, t. 42, pg. 278-279.)

Constata-se aqui, novamente, o efeito do ciclo dos trabalhos agrícolas no ritmo da luta das classes no campo.

numa posição de aliança limitada com o poder soviético. Sua participação na guerra civil é um fator importante da vitória. Mas os êxitos militares e o fim da ameaça externa em 1921 transformam a ordem das prioridades para o campesinato. Principalmente por que a contradição em torno da colheita é exacerbada pela fome que grassa novamente. Assiste-se então a verdadeiras sublevações da massa do campesinato, particularmente na província de Tambov:

“Em 1921, após ter ultrapassado a etapa muito importante da guerra civil, e a ultrapassado vitoriosamente, tivemos que enfrentar uma grande — a meu ver, a maior — crise política interna da Rússia dos soviets, crise que se caracterizou pelo descontentamento de uma importante parcela dos camponeses, e também dos operários. Na história da Rússia dos soviets era a primeira e, assim espero, a última vez que se viram grandes massas camponesas voltarem-se contra nós, instintivamente e não conscientemente.” (*Relatório ao IV Congresso da Internacional Comunista*, 13 de novembro de 1922, in O.C., t. 33, pg. 433.)

Lenin e a direção do partido bolchevique conseguem salvar a situação *in extremis*, suprimindo as requisições de grãos, substituídas pelo imposto em gêneros, depois, restabelecendo a liberdade do comércio e, enfim, instaurando o conjunto das medidas de liberalização econômica conhecidas como NEP. Neste momento, pode-se dizer que a situação de degradação das relações ideológicas entre as componentes da sociedade russa está em seu paroxismo. Esteve-se perto da destruição completa, da desintegração. Em 1921, a vida coloca com extrema acuidade a questão das contradições ideológicas entre as forças sociais que compõem a Rússia soviética.

Encontramos nos textos de Lenin de 1922-1923 o primeiro esboço de uma reflexão sobre o tema: *o que fazer para atenuar o abismo ideológico existente entre os diferentes componentes da sociedade russa?* No gigantesco turbilhão da Revolução, as massas procuram um caminho — massas operárias, massas camponesas, massas intelectuais, camponeses, cidadãos, soldados... — e, para que o conjunto avance, é necessário que todo o mundo encontre algo em comum!

Em 1921, houve na Rússia uma vaga de movimentos de massa e de movimentos políticos de diversas naturezas. Camponeses, ma-

rinheiros, operários, anarquistas, socialistas-revolucionários, mencheviques, bolcheviques de oposição, e também restos das forças brancas. Tudo isto se misturou numa efervescência impetuosa — crise política e crise de uma sociedade. Onde houve sublevação armada, como em Kronstadt, a questão foi resolvida militarmente. E, no plano político, ela foi provisoriamente resolvida pelo que Lenin chamou “concessões e uma retirada”: a NEP.

Concessões e uma retirada. Mas e depois? Como extrair do imbricamento dos movimentos políticos e sociais que agitaram o país, para além das insurreições de Tambov, de Kronstadt e de outros lugares, o que o movimento de massa traz de positivo para esta etapa da Revolução? *É exatamente para este problema que o bolchevismo russo não dá uma resposta de fundo.* Os comunistas chineses chamarão este problema, por ocasião da revolução cultural, de “a revolução sob a ditadura do proletariado”. Uma revolta sob a ditadura do proletariado não é necessariamente dirigida contra a ditadura do proletariado: ela pode comportar uma essência revolucionária e manifestá-la se é ajudada a descobrir seus verdadeiros alvos. O problema está no coração da questão camponesa na Rússia a partir de 1921. *De certa forma, é também o problema central ao qual se dedica Lenin pouco antes de sua morte.*

Até 1921, as possibilidades de revolução ideológica no campo estavam limitadas pela batalha do grão. A partir da NEP, o fim dos enfrentamentos armados com os camponeses pela posse da colheita permitia que se colocasse a questão em novos termos. Será que esta pausa poderia dar condições de transformar os movimentos de resistência das massas a certas práticas do novo poder e ao burocratismo do aparelho de Estado, em uma força positiva de revolucionarização da sociedade? Lenin, sem dúvida, pressente isso, e é por isso que concentra sua reflexão sobre o problema da revolução ideológica.

Volto ao artigo em meio ao qual a secretária de Lenin o viu se “atolar”. Ela não fornece o título, mas pode-se identificá-lo pela data e pela citação que é feita a respeito. Trata-se de *Mais vale menos, mas melhor*, o último artigo de Lenin (datado de 2 março de 1923). Lenin critica então violentamente o aparelho de Estado soviético e a herança cultural do passado. Concentra a análise na assustadora defasagem constatada por ele entre as transformações

políticas, sociais e econômicas, de um lado, e, de outro, a transformação da ideologia em sentido amplo:

“A idéia de uma prodigiosa revolução agrária universal era elaborada com uma audácia desconhecida em outros países; e, ao mesmo tempo, faltava imaginação para realizar uma reforma administrativa do pior tipo (...).

(...) O momento atual integra de forma impressionante traços de audácia surpreendente e uma indecisão de pensamento diante das mudanças mais insignificantes.

Creio que isto nunca deixou de se passar nas revoluções autenticamente grandes, porque elas nascem das contradições entre o antigo e a tendência mais abstrata no sentido do que é novo, de tal forma novo que não contém um único elemento de passado.”

E aqui está precisamente a frase onde Lenin “se atola”:

“E quanto mais esta revolução for radical, durante mais tempo subsistirão estas contradições.” (O.C., t. 33, pg. 512.)

“*Observar: foi aqui que ele se atolou. . .*”. Como pensar a emergência do que é radicalmente novo, “abstrato”, a ponto de não comportar absolutamente nada de passado? O pensamento aqui roça o inexistente, o desafia. Os ataques de hemiplegia de Lenin redobrarão de intensidade, a paralisia atinge o cérebro. Em breve, Lenin não poderá mais falar. . . De que ele morreu? *Também* em virtude desta extrema tensão de pensamento, deste extraordinário esforço mental para conceber o impensado até então. Talvez por haver tentado definir esta “revolução cultural” cuja urgência ele advinhava, mas para a qual não encontrava ainda alavancas na realidade russa. “A humanidade só se coloca os problemas que ela pode resolver”, dizia Marx. Será mortal, para um homem político revolucionário, colocar problemas que a sua época não está ainda preparada para resolver?

SEGUNDA PARTE

LENIN E O TAYLORISMO

CAPÍTULO PRIMEIRO

O que é o sistema Taylor?

Quando, depois da assinatura da paz de Brest-Litovsk (3 de março de 1918) estoura um debate sobre a organização econômica do novo regime, Lenin preconiza, entre outras medidas urgentes, visando a estabelecer a disciplina do trabalho e a aumentar sua produtividade, a introdução sistemática de elementos calcados no sistema Taylor¹. Combatida, imediatamente, pelos “comunistas de esquerda” (grupo de Boukharin), os mencheviques e os anarquistas, essa posição tornou-se centro de debates acalorados. Constituiu-se, mais tarde, num argumento muito especial para todos os que tentaram pintar o retrato de um Lenin sistematicamente despótico, sonhando com uma sociedade de autômatos. Uma análise pormenorizada do “taylorismo” de Lenin, das condições em que surgiu e de seu esquema específico há de permitir, penso eu, colocar a coisa

¹ “É preciso organizar, na Rússia, o estudo e o ensino do sistema Taylor, sua experiência e sua adaptação sistemáticas.” (*Les Tâches immédiates du pouvoir des soviets*, publicado a 28 de abril de 1918, em O.C. t. 27, p. 268.)

Em sua intervenção na direção do Conselho central de Economia nacional de 1.º de abril de 1918, Lenin tinha insistido em que o decreto sobre a disciplina do trabalho falasse do sistema Taylor. A ata diz: “A discussão trata do projeto referente à disciplina do trabalho, levado a cabo pelo Conselho dos Sindicatos da Rússia. O camarada Lenin propõe uma série de emendas e de fórmulas mais precisas de determinados pontos. Propõe que se concretize o projeto (...). “O decreto deve se referir especificamente à introdução do sistema Taylor, em outras palavras, à utilização de todos os processos científicos de trabalho contidos nesse sistema (...). Na ocasião em que se aplicar esse sistema, convidar engenheiros americanos (...)” (O.C., t. 42, p. 72.)

em suas devidas proporções. Deve-se notar, entretanto, que a referência explícita ao taylorismo, na política de organização do trabalho, a partir de março de 1918, marcou de modo profundo o sistema de produção soviético, desde sua origem.

Antes, porém, de qualquer consideração, *o que é o sistema Taylor*¹?

Chama-se assim o modo de organização do trabalho (*scientific management*) planejado e experimentado nos Estados Unidos, a partir de 1890, pelo engenheiro, mais tarde “engenheiro-conselheiro em organização” Frederic Winslow Taylor.

Taylor toma como ponto de partida (de experiência própria: ele foi operário e, em seguida, contramestre) a constatação que todos os operários usam a prática da indolência ou, por outra, uma produção sistematicamente inferior à que é fisicamente possível. Ameaças, recompensas, ordens, gratificações nada adianta e todos os sistemas “clássicos” de direção revelam-se impotentes. Como enfrentar este *freio* da produtividade?

Em última análise, segundo Taylor, trata-se de um problema de relação de forças e de saber. Mais precisamente, de relação de

¹ Hoje, o que se chama crítica da divisão capitalista do trabalho (parcelamento das tarefas, separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, etc.) tornou-se lugar-comum na opinião pública revolucionária, talvez mesmo entre as correntes reformistas mais comuns. A Revolução cultural chinesa e as revoltas dos O.S.* dos países capitalistas destruíram, totalmente, a divisória que separava processo de trabalho de cenário político.

Aliás, do próprio ponto de vista do capitalismo, cinquenta anos de prática levaram o taylorismo a um relativo fracasso. Os “managers” capitalistas, atualmente, fazem cálculos sobre as perdas causadas pelo tédio, a desatenção, a repulsa, e o absenteísmo: medem a força enorme desta *resistência passiva* que, presa ao sistema do trabalho em cadeia e à interminável repetição de gestos idênticos *mina a produtividade e a qualidade da produção e, portanto, o seu sacrossanto lucro*. Os capitalistas de vanguarda, com base em experiências “novas” de organização do trabalho, questionam eles próprios o taylorismo e esperam retomar, sob aparências modernas, a ofensiva ideológica do produtivismo.

A idéia que se faz do taylorismo, em 1975, incorpora necessariamente esta história, mesmo que não seja de modo explícito. Neste capítulo, apresento um taylorismo clássico, tal como é encontrado nos próprios textos de Taylor (1911-1912). Mas uma leitura de Taylor, feita hoje, comporta uma decantação retrospectiva: lê-se Taylor, pensando no trabalho em cadeia, e nos desenvolvimentos práticos do parcelamento. Não era coisa tão evidente para o leitor da época, apesar de constar do “texto”. Adiante veremos como Lenin os lia.

* N.T. — Os trabalhadores não qualificados.

forças, no saber. No fundo, os operários sentem-se livres para frear a produção porque os patrões e os dirigentes de empresas os deixam praticamente livres para usar os métodos de trabalho que consideram bons, que lhes foram transmitidos por seus camaradas mais experientes. O *know-how* profissional é, de certa forma, um capital nas mãos dos operários: os patrões compram o uso deste capital mas não dispõem dele diretamente e, por conseguinte, ignoram de que modo o trabalho deve ser feito, qual o tempo “justo” que deve ser designado para cada tarefa, etc. Contando com esta ignorância de seus empregadores, os operários impõem suas próprias normas, inferiores à produtividade possível. Troquemos esta posição de monopólio dos operários em termos de *know-how* profissional e eles ficarão em nossas mãos, no que diz respeito a normas de tempos e de rendimentos: esta é a conclusão de Taylor, o objetivo explícito de todo o seu sistema de “direção científica do trabalho”.

O sistema Taylor tem como função essencial dar à direção capitalista do processo de trabalho os meios de se apropriar de todos os conhecimentos práticos, até então, monopolizados, de fato, pelos operários. Não há, ou há muito pouca produção de conhecimentos novos; mas há a apropriação, pelo capital e seus agentes, do saber operário, na maior *parte dos casos, perfeitamente adequado.* O método Taylor se considera “científico”, baseado em sua única atividade de classificação e sistematização.

O próprio Taylor reconhece que não está inovando, de modo geral, no plano técnico, em termos do saber-fazer operário pre-existente:

“A primeira destas obrigações (de uma direção científica) é a coleta deliberada, feita por aqueles que fazem parte da direção, *da grande massa de conhecimentos tradicionais que, no passado, estava na cabeça dos operários* e que se exteriorizava pela habilidade física que eles tinham conseguido pelos anos de experiência. Esta obrigação de coletar a grande massa de conhecimentos tradicionais, de registrá-la, de classificá-la e, em numerosos casos, de reduzi-la finalmente, a leis e regras, até mesmo expressas por fórmulas matemáticas, é assumida voluntariamente por diretores científicos. (Este princípio) pode ser considerado como o desenvolvimento de uma ciência que substitui o velho sistema de conhecimentos empíricos

dos operários, conhecimentos que os operários têm e que, em numerosos casos, é tão exato como aquele ao qual a direção chega finalmente, mas que os operários, em novecentos e noventa e nove casos em mil, conservam unicamente no próprio espírito, mas do qual não existe texto explícito, permanente e completo.” *La Direction scientifique des entreprises*, F.W. Taylor, Verviers, 1967, p. 80.

Esta é uma confissão de importância primordial, a partir da qual “a organização científica do trabalho” revela seu verdadeiro significado: Taylor reconhece não dispor de muitos conhecimentos para ensinar aos operários, no que diz respeito ao processo de trabalho. Seu “sistema”, no fundo, não visa, de modo essencial, à divisão técnica do trabalho (pelo menos numa fase inicial): em compensação, ele transforma e aperfeiçoa a divisão social do trabalho introduzida pelo capitalismo. Codificando e “classificando” os conhecimentos adquiridos no processo de trabalho, o taylorismo pretende abertamente constituí-los em um corpo de doutrina “exterior” aos produtores diretos e que possa lhes ser imposto, de fora, pela direção capitalista do processo de trabalho, propriedade privada, de certa forma, de todos os conhecimentos relativos ao processo de trabalho.

Praticamente, é o exército de enquadramento instituído pelo capital (serviços de direção, organização de métodos, chefia) encarregado de tomar, monopolizar e dispensar, *no varejo*, por assim dizer, os conhecimentos, aos poucos e na medida do desenrolar do processo de trabalho, de modo a fazer do operário um *executante*, no mais completo sentido do termo. É uma operação decisiva que poderia ser qualificada de “expropriação de massa no plano do saber”. Assim, ao fazer do enquadramento social uma necessidade *técnica* de cada momento, a intenção é assegurar-lhe definitivamente a autoridade incontestável, dando-lhe o poder de quebrar a famosa “indolência” — ou limitação voluntária da produtividade —, impondo, finalmente, aos operários, o ritmo do trabalho escolhido pelo capital.

Daí, a consequência mais visível da aplicação do sistema Taylor, *uma enorme hipertrofia do aparelho de enquadramento do processo de trabalho*, engenheiros da seção de metodologia, contra-mestres, “monitores” encarregados do cálculo e da aplicação dos

tempos, do "treinamento" dos operários, contadores trabalhando, à noite, (nas primeiras experiências taylorianas) nos cálculos de rendimento e de gratificações para que, pela manhã, os operários possam saber exatamente em que ponto se encontram, em relação à produção imposta, etc. A organização social do trabalho, já agora dotada de um álibi e de uma função técnica, divide-se e subdivide-se como os incontáveis fios de uma teia de aranha gigantesca em que cada gesto fica cercado por estreitos limites e toda possibilidade de iniciativa e autonomia operária se torna reduzida. É uma *burocratização* gigantesca do processo de trabalho. O crescimento da produtividade (da mais-valia cotidiana extorquida) tornará possível o financiamento dessas coortes da vigilância e os capitalistas ainda terão larga margem de lucro, cujo valor será pago pelos operários, com base numa intensidade de trabalho elevada ao extremo limite do possível. O trecho da "Exposição diante da comissão do Congresso americano" (1912), no qual Taylor descreve esta reestruturação da divisão do trabalho, levado a cabo por seu sistema, merece ser citado:

"O quarto princípio da direção científica talvez seja o de mais difícil compreensão por parte da média das pessoas. Consiste em uma divisão quase igual do trabalho na empresa, entre o operário de um lado e a direção do outro.

(...) Tomemos um exemplo concreto, observado na indústria mecânica que fabrica máquinas de tipos muito diferentes. Esta empresa, que não só fabrica mas também planeja o que fabrica, deve dispor de um membro da direção para três operários.

(...) Quando se dirige a empresa pelo novo sistema, não há, numa oficina, praticamente ato algum executado pelo operário que não seja precedido e seguido por um ato executado por alguém do lado da direção. As coisas se passam deste modo, no espaço de todo um dia. O operário faz alguma coisa, depois alguém que pertence à direção faz alguma coisa e vice-versa..." (*Ibid.*, p. 89.)

Um membro da direção para três operários: esta plethora tende para o processo do trabalho ideal, segundo Taylor, no qual tudo aquilo que, no decurso da produção, viesse a exigir um esforço de reflexão, por mínimo que fosse, estaria a cargo de representantes

da direção — sendo assim considerado perfeito o operário que não passasse de mero executante destituído de cérebro e podendo ser treinado para alcançar o ritmo da máquina. A própria base do “freio” da produção, que não é outra coisa se não o livre arbítrio técnico do produtor direto, seria então, esperava Taylor, definitivamente anulada. E, a nível da sociedade inteira, os capitalistas poderiam esperar, deste condicionamento, os mais felizes resultados para a paz social. Este é um detalhe igualmente acentuado por Taylor, várias vezes, sustentando que seu “sistema” evita as greves.

O Taylorismo encarna assim, num programa concreto de reorganização, o que meio século antes, Karl Marx descrevia como sendo a tendência do modo de produção capitalista, no que concerne o processo de trabalho:

“Não só o trabalho é dividido, subdividido e repartido entre diversos indivíduos; o indivíduo, ele próprio, é dilacerado, metamorfoseado em mola automática de uma operação exclusiva, de modo que se torna realidade a absurda fábula de Menenius Agrippa, representando um homem como fragmento de seu próprio corpo.

(...) Os conhecimentos, a inteligência e a determinação que o camponês e o artesão independentes desenvolvem, em pequena escala, mais ou menos como o selvagem pratica a arte da guerra, sob forma de astúcia pessoal, passam a ser solicitados somente para o conjunto da fábrica. As potências intelectuais da produção desenvolvem-se de um único lado porque desaparecem em todos os outros. O que os operários parcelários perdem concentra-se, à face deles, no capital. A divisão manufatureira lhes opõe as potências intelectuais da produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esta cisão (...) completa-se (...) na grande indústria que faz da ciência uma força produtiva independente do trabalho e a engloba a serviço do capital.” (*Le Capital*, livro I, coll. da Pléiade, p. 903.)

Esta análise de Marx aplica-se, palavra por palavra, à grande indústria taylorizada (“racionalizada” como se dizia na Europa, entre as duas guerras mundiais). Este modo de organização do trabalho leva ao próprio paroxismo — ao ponto em que parece quase um “tipo ideal” — a essência da divisão capitalista do tra-

balho: separação do trabalho manual e do trabalho intelectual, da concepção e da realização, do comando e da execução.

Em uma análise do modo de produção capitalista "puro", a "organização científica do trabalho" de Taylor é a que está em melhor posição para encarnar o processo de trabalho capitalista, levado à sua essência.

Como foi possível que este modo de organização do trabalho fosse tomado como modelo para a indústria soviética, nos primeiros anos que se seguiram à revolução de outubro?

CAPÍTULO SEGUNDO

Limites da crítica de Taylor por Lenin antes da revolução de outubro

“Qual é seu trabalho atual?” perguntaram ao Sr. K. O Sr. K respondeu: “Tenho um trabalho pesado; estou preparando meu próprio erro.”
Bertolt Brecht, *Histórias de almanaque*.

I. ANÁLISE DOS TEXTOS

Em março de 1913 e em março de 1914, Lenin publicava, no *Pravda*, dois breves artigos de crítica ao sistema Taylor. O taylorismo começava a ser introduzido na Rússia como nos outros países da Europa. Durante o inverno 1912-1913, estourara na França, nas usinas Renault, uma greve importante contra a adoção do sistema Taylor e da cronometragem. Mesmo nos Estados Unidos, onde tinha sido adotado havia apenas uma década, o sistema Taylor se chocava contra uma séria resistência dos sindicatos e de uma parte dos meios patronais o que determinara, em 1912, a criação de uma comissão de inquérito do Congresso americano. Na Rússia, a existência de grandes empresas industriais nas mãos do capital estrangeiro ou controladas por ele e a utilização maciça de mão-de-obra recém-chegada do campo e não qualificada e também as condições terroristas de exploração da classe operária são outros tantos fatores favoráveis ao desenvolvimento do sistema Taylor¹.

¹ “O equipamento industrial, em seu conjunto, vem do exterior. Frequentemente, é bastante moderno mas, mesmo isso (num certo sentido), se torna prejudicial: preocupados em garantir um rendimento imediato, tão satisfa-

Uma conferência sobre o taylorismo no Instituto de engenheiros de vias e comunicações, em Petersburgo, suscitou o primeiro artigo de Lenin: *Um sistema "científico" para esmagar o operário*². O artigo critica muito violentamente o sistema Taylor que esgota fisicamente os operários e constitui uma das causas do desemprego. O segundo artigo apareceu exatamente um ano depois (*O Sistema Taylor é a sujeição do homem pela máquina*)³; este é mais pormenorizado. Aí já aparece a dupla apreciação do sistema Taylor que Lenin irá aprofundar mais tarde.

O artigo de 1914 começa por retomar os ataques do ano precedente contra o sistema Taylor: de início, o sistema aumenta a exploração e esgota fisicamente os operários; em seguida, agrava o desemprego. Desta vez, porém, a descrição dos métodos taylorianos é mais precisa e sente-se, no inventário que Lenin faz, a busca de uma *racionalidade* da organização do trabalho capitalista: utilização da fotografia, do cinema, eliminação dos movimentos supérfluos, nova disposição das construções industriais de modo a minimizar os transportes, transformação dos instrumentos de trabalho e da ordem das operações. Partindo daí, a crítica de Lenin desloca-se e se concentra na contradição entre uma organização mais "racional" do trabalho no interior da fábrica e a "anarquia" econômica que reina na sociedade capitalista:

"Todos esses aperfeiçoamentos desenvolvidos são feitos *contra* o operário; visam a esmagá-lo e a sujeitá-lo ainda mais, sem ultra-

tório quanto possível, os empresários apelam para os estrangeiros, no que diz respeito aos trabalhos qualificados, deixando, para os operários russos, os trabalhos de aprendizes.

Esta tendência se torna mais acentuada pela concentração industrial. As grandes empresas têm maiores possibilidades de êxito: nela, a *divisão do trabalho, muito desenvolvida, permite um emprego predominante de aprendizes. A classe patronal russa e estrangeira inclina-se, acentuadamente, para a vanguarda do "fordismo" que toma como base tornar inúteis as qualidades profissionais adquiridas na aprendizagem.*" (Marcel Anstett, *La Formation de la main-d'oeuvre qualifiée in Union Soviétique*, Paris, 1958).

O "fordismo" é uma aplicação do sistema Taylor, na fabricação em massa: em 1913, Henry Ford introduziu a primeira cadeia de montagem, na construção de automóveis, em Detroit.

² O.C., t. 18, p. 618-619.

³ O.C., t. 20, p. 156-158.

passar os limites de uma distribuição racional e pensada do trabalho no interior da fábrica.

De início, surge naturalmente um problema: e a distribuição do trabalho no interior da sociedade inteira? Que massa de trabalho é feita inutilmente, no momento atual, por culpa da incoerência, do estado caótico em que se acha mergulhada a totalidade da produção capitalista!" (O.C., t. 20, p. 157.)

Lenin analisa, portanto, a partir de 1914, o sistema Taylor como uma "racionalização" do processo de trabalho industrial (*"uma distribuição racional e pensada do trabalho no interior da fábrica"*): na verdade, é assim definido, conforme a apresentação ideológica que o próprio Taylor fez de seu sistema (uma "atividade científica de classificação"), que o taylorismo irá se desenvolver na Europa, nos anos 1925-1930 — e, na própria União Soviética (onde inúmeros discursos e artigos serão consagrados a distinguir entre a "racionalização socialista" e a "racionalização capitalista").

Lenin acusa o taylorismo e o capitalismo em geral do erro de limitar a racionalização ao processo de trabalho e, daí, reduzi-la ao papel de uma arma suplementar, no arsenal da exploração. O objetivo que transparece aqui, na análise de Lenin, é *dissociar o taylorismo de sua função de exploração capitalista e estender seus princípios a toda a economia*. A "racionalização" da organização do trabalho fornece o modelo de uma racionalização do organismo econômico da sociedade inteira:

"Apesar de seus autores e contra a vontade deles, o sistema Taylor prepara o tempo em que o proletariado há de tomar em suas mãos toda a produção social e há de designar suas próprias comissões, comissões operárias encarregadas de repartir e regulamentar judiciosamente o conjunto do trabalho social. A grande produção, as máquinas, as estradas de ferro, o telefone são coisas que oferecem mil possibilidades de reduzir a quatro vezes menos o tempo de trabalho dos operários organizados, garantindo-lhes, ao mesmo tempo, quatro vezes mais conforto do que têm atualmente." (*Ibid.*, p. 158.)

Estas indicações do artigo do *Pravda* encontram-se confirmadas e completadas nos cadernos de notas que Lenin escreverá pouco depois, para preparar o *Imperialismo, fase suprema do capitalismo*.

Essas notas constituirão a trama das considerações sobre o taylorismo e a organização do trabalho que Lenin há de manter quase idêntica, até à primeira versão (redigida em março de 1918, não publicada, na época) sobre as *Tarefas imediatas do poder dos soviets*.

Depois desses dois artigos muito curtos, de 1913 e 1914, Lenin não publica mais nada sobre Taylor, até a revolução de outubro e, mais precisamente, até a primavera de 1918, data em que ele passará a *preconizar a introdução sistemática do taylorismo na Rússia*.

Em 1917, Lenin publica dois textos teóricos fundamentais que passarão a constituir o programa de princípio da estratégia revolucionária dos bolcheviques, na segunda Revolução russa: *O Imperialismo, fase suprema do capitalismo* e *O Estado e a Revolução*. Em nenhum desses trabalhos encontra-se menção de Taylor. No entanto, os *Cadernos de Lenin*, nos quais ele reúne, principalmente em 1915-1916, o material para *O Imperialismo, fase suprema do capitalismo*¹, mostram que o taylorismo continua a atrair sua atenção, durante os anos que precederam imediatamente a Revolução de 1917 e que até mesmo *conserva um lugar de destaque em seu raciocínio e em sua concepção da Revolução socialista, como um todo*. Repetidas vezes, nas notas dos cadernos preparatórios, fica evidente que Lenin tencionava concluir o *Imperialismo*. . . referindo-se a Taylor e à “racionalização técnica” como *forma transitória que preparasse o socialismo na época do capitalismo monopolista*. É assim que se encontram, em um dos “planos” do trabalho, bem no fim, as seguintes notas:

“*Saint-Simon e Marx (Schulze-Gaevernitz):*
Rapidez de crescimento. . .

Progresso da técnica e tortura (Quälerei) Taylor e o “Estudo do movimento”

¹ Este material foi publicado na URSS a partir de 1933. Constitui, sob o título *Cahiers de l'impérialisme*, o volume 39 das O. C. de Lenine (Moscou 1970, em francês).

Avaliação e conclusões. O imperialismo e o socialismo (...) (O.C., t. 39, p. 246 — trecho enquadrado por Lenin.)

Depois, um pouco adiante, sob o título “*Acréscimos ao plano do trabalho*” (acréscimos riscados, em seguida, por Lenin), encontra-se a indicação seguinte:

“(capítulo X) III. Imbricação *versus* socialização. *Saint Simon* e Marx. *Riesser* sobre a rapidez do crescimento.

— Transição em que sentido?...

Taylor aqui?” (*Ibid.*, p. 248.)

Esta idéia é anotada sob forma interrogativa: de fato o texto final do *Imperialismo* ... deixa de lado o taylorismo: trata unicamente da “racionalização” econômica pelos cartéis e pelos grandes bancos (fornecimento sistemático de subsídios e matérias-primas, controle da indústria pesada, divisão dos mercados...). Por que motivo Lenin terá assim reconsiderado? Sem dúvida, a guerra mundial e o estabelecimento de economias de guerra centralizadas na Europa, particularmente na Alemanha, despertavam maior interesse sobre a organização econômica do conjunto do capital monopolista. É também fora de dúvida que havia dificuldade para uma análise rigorosa, dentro do sistema Taylor, da dialética *tortura-progresso* (o termo “tortura”, aplicado ao emprego do sistema Taylor pelo capitalismo, é de Lenin). Seja como for, Lenin não inclui o taylorismo na análise sistemática do imperialismo que publica em 1917: temos portanto que recorrer aos materiais preparatórios para reconstituir sua análise sobre a questão, na época.

Encontra-se, nos *Cadernos do imperialismo*, uma apreciação pormenorizada de três obras de análise do taylorismo.

Lenin anotou, primeiramente, com detalhes, uma tradução alemã de *A gestão da empresa*, de Taylor, publicada em 1912 e apresentada por um alemão que visitara as empresas americanas e particularmente a fábrica de aço de Bethlehem, uma das primeiras fábricas “taylorizadas” nos Estados Unidos. Lenin anota um certo número de citações relativas à luta de Taylor contra o “freio” operário. Anota, com todo o cuidado, os dados que descrevem a nova divisão entre o trabalho de direção e o trabalho de execução, no sistema tayloriano. Esta transformação da estrutura do trabalho atrai sua atenção porque *ela reforça o papel da aristocracia operá-*

ria que ele denuncia com veemência, na mesma época, em seus outros textos sobre o imperialismo. Lenin anota, partindo deste ponto de vista, o papel muito importante, reservado pelo sistema Taylor, aos contramestres e a todo o pessoal de enquadramento do trabalho. Ele comenta:

“Há um interesse em despertar a cobiça e a ambição dos operários, promovendo-os a contramestres.” (O.C., t. 39, p. 153.)

Outras citações sobre a questão do enquadramento do trabalho e da divisão entre tarefas de direção e de execução são feitas sem comentários (ou com uma simples anotação “N.B.”): é, portanto, impossível saber se Lenin tencionava somente incorporá-las à sua crítica *social* do taylorismo, como reforço da aristocracia operária pelas novas formas de organização capitalista, ou se ele também via aí um componente da “racionalização” e do “progresso técnico” que ele evoca, mais adiante:

“É um erro pensar que uma fábrica trabalha tanto melhor quanto os trabalhadores “improdutivos” que lá se encontram são menos numerosos (produtivos = trabalho manual; “improdutivos” = vigias, etc., contramestres, etc.). Acontece o contrário. (...) Wallich (o apresentador alemão de Taylor) encontrou 1 empregado para 3 operários, na excelente “Tabor manufacturing company” (...) (*ibid.*, p. 153).

Das citações posteriores, depreende-se que Lenin está atento à resistência dos sindicatos ao taylorismo. Ele anota o caráter ainda *limitado* do taylorismo, nos Estados Unidos. Ele destaca a frase: “Ao todo, não haveria, na América, mais que 60.000 operários trabalhando segundo os princípios dos estabelecimentos reorganizados” e comenta, na margem:

“N.B.: sob o capitalismo, “suplício ou façanha”, somente 60.000 operários.” (*Ibid.*, p. 155.)

Do livro de um engenheiro alemão, Seubert (*Uma aplicação prática do sistema Taylor*, Berlim, 1914), Lenin extrai, novamente, a correlação entre taylorismo e desenvolvimento da “aristocracia operária”: “aburguesar!!”, comenta ele, referindo-se à menção de

aumentos de salários, na base de um terço, colocando os operários no mesmo nível econômico dos comerciantes ou dos técnicos. Ele sublinha, uma vez mais, a nova relação numérica entre operários de um lado, empregados e chefia de outro, assim como indicações sobre cronometragem.

De modo geral, é sobretudo a crítica social, concentrada na superexploração e o desenvolvimento da aristocracia operária que dominam os comentários de Lenin sobre esses dois livros consagrados ao sistema Taylor. Nota-se diferença, no tocante ao terceiro livro, que ele examina a seguir: *Estudo do movimento, do ponto de vista do crescimento da riqueza nacional*, 1915 (livro de Gilbreth, discípulo americano de Taylor). Aqui, o ponto de vista se inverte e a conclusão final coloca em evidência o “progresso técnico” resultado dos métodos taylorianos.

Depois de ter acentuado, no livro de Gilbreth, as recentes descobertas feitas nos Estados Unidos, com o auxílio de fotografias, sobre os “micromovimentos”, Lenin reproduz o seguinte trecho:

“Esses estudos interessam a toda a sociedade (...). Um resultado característico é que a distância entre a escola e a fábrica será progressivamente vencida. O estudo intensivo dos movimentos demonstra que há muito mais semelhança entre os ofícios, e mesmo entre as profissões, do ponto de vista mecânico, do que seria de imaginar. (Lenin, na margem: “N.B.”). O mundo industrial exigirá sempre mais, dos jovens operários formados na agilidade dos dedos (...). É preciso ensinar isso nas escolas públicas (...). Atualmente, há um “enorme desperdício”, causado pelas “buscas” dispersas, repetidas, etc. É de responsabilidade do governo dos Estados Unidos organizar como que uma secretaria de standardização dos ofícios mecânicos. Os padrões que fossem adotados e reunidos seriam considerados propriedade pública e os pesquisadores independentes poderiam inventar novos padrões, partindo dos primeiros.”

Comentário final de Lenin, enquadrado:

Excelente exemplo de progresso técnico sob o capitalismo, levando ao socialismo. (Ibid., p. 159.)

É fácil adivinhar, pela leitura deste texto e comentário entusiasta, o que Lenin esperava do taylorismo, desde 1915-1916 (e mesmo um pouco antes, se considerarmos o artigo do *Pravda* citado mais acima. *Taylor pretende "normalizar" o trabalho manual para torná-lo mensurável, controlável pelo capital.* Mas, ao mesmo tempo, não será também essa "normalização" uma etapa em direção a uma eventual generalização do trabalho manual para toda a sociedade? É o que parece deixar entrever o texto de Gilbreth e a aproximação escola-fábrica que ele preconiza segue a mesma direção. Haveria, então, um esboço de uma dialética implícita das relações trabalho intelectual-trabalho manual: o sistema Taylor faz crescer a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual mas, simplificando o trabalho manual, ele prepara o momento em que, nele, todos hão de tomar parte. A experiência posterior mostrou que semelhante ponto de vista subestima o empobrecimento intelectual do processo de trabalho e a sobrecarga burocrática deste processo levado a cabo pela aplicação do sistema Taylor. Voltaremos a esse aspecto. Não devemos esquecer que Lenin não critica a concepção da técnica contida no sistema Taylor: ele vai mais além: *considera a "estandardização" do trabalho manual um importante progresso em direção ao socialismo.*

Uma segunda função positiva do sistema Taylor, aos olhos de Lenin, esboça-se no mesmo período: *o aumento da produtividade do trabalho.* Ora, este aumento de produtividade ocupa, no dispositivo teórico-político de Lenin, em 1917, *um lugar central* — mesmo antes que as circunstâncias fizessem disto, em breve espaço de tempo, uma questão de vida ou de morte.

Em *O Estado e a Revolução*, Lenin escreve:

"O que garante a possibilidade desta destruição (da velha máquina de Estado) é que o socialismo reduzirá a jornada de trabalho, elevará as massas a uma vida nova, colocará a *maior parte* da população em condições que permitam a todos, sem exceção, exercer as "funções públicas". E é o que há de levar à *extinção completa* de todo Estado em geral." (O.C., t. 25, p. 528.)

E o que é que garante a redução da jornada de trabalho? Justamente, o uso generalizado e "racional" das forças produtivas

e, em primeiro lugar, da força de trabalho humana que o capitalismo, pensa Lenin, preparou, mas freia. O taylorismo lhe parece ser um desses métodos.

Um novo sistema político irá nascer, com esta base: *a jornada de trabalho reduzida*, tornada possível pela “racionalização” legada pelo capitalismo e desembaraçada do desperdício com que ele a onerou. *Liberar o tempo das massas populares para a direção do Estado*, as tarefas políticas e administrativas: assim seria, pensava Lenin em 1917, a transformação principal do processo de trabalho nesta etapa e que tornaria possível o exercício da democracia pelas massas.

Mas esta jornada de trabalho, reduzida do ponto de vista quantitativo, será transformada qualitativamente? Esta é, para Lenin, uma outra questão que deve ser adiada para uma outra etapa: a mudança na *natureza* do trabalho e a supressão da divisão do trabalho legada pelo capitalismo eram coisas que deviam fazer parte de um programa a muito mais longo prazo, para além da ditadura do proletariado (quando a sociedade atingisse a “fase superior da sociedade comunista”):

“A base econômica de extinção total do Estado é o comunismo levado a um tão alto grau de desenvolvimento que toda oposição desaparece entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e, por conseguinte, desaparece uma das principais fontes da desigualdade social contemporânea (...).

A expropriação dos capitalistas há de acarretar, necessariamente, um desenvolvimento prodigioso das forças produtivas da sociedade humana. Mas, qual será a rapidez desse desenvolvimento, quando chegará ele a uma ruptura da divisão do trabalho, à supressão da oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, à transformação do trabalho em “primeira necessidade vital” isso é o que nós não sabemos e nem *podemos* saber.” (*Ibid*)

Nota-se, portanto, que as etapas estão, aqui, rigorosamente separadas. Lenin não encara a possibilidade de aparecimento de embriões de uma nova divisão do trabalho, na etapa da ditadura do proletariado, preparando a etapa seguinte.

Esta estrita separação é uma característica da dialética leninista, de método específico pelo qual Lenin assume e pretende

resolver um sistema de contradições. A partir do momento em que um objetivo central é determinado para a etapa em curso, tudo lhe fica subordinado, mesmo que o preço a pagar sejam as contradições suplementares e os obstáculos suplementares para o desenvolvimento posterior. E, desse modo, vai-se aceitar, na realidade, o agravamento da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual e que seja reforçada a estrutura autoritária do processo de trabalho, se isto se apresentar como condição de uma eficiência bastante superior do trabalho produtivo e, portanto, da diminuição do tempo de trabalho e, sendo assim, da participação do proletariado nas tarefas políticas e nos negócios de Estado, objetivo principal do momento.

Deste 1917, antes da revolução de Outubro, o sistema de raciocínio de Lenin está pronto para aceitar a taylorização do trabalho industrial. Alguns meses depois, as circunstâncias não lhe iam deixar outra opção. Na primavera de 1918, defendendo as medidas de urgência para a instituição de uma disciplina do trabalho industrial contra os "comunistas de esquerda", Lenin não estará rompendo com os princípios de base que tornara explícitos em *O Estado e a Revolução*.

Este é o ponto essencial: para Lenin, a supressão da oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual é o produto final do desenvolvimento das forças produtivas. *Não é o resultado de uma ação deliberada do proletariado.* No momento imediato, a ditadura do proletariado terá como função liberar o impulso das forças produtivas e reduzir o tempo de trabalho das massas populares para que lhes seja possível gerir os negócios de Estado. Nessa etapa, *o centro de gravidade da tomada do poder pelas massas é o Estado e não o processo de trabalho produtivo.* Para Lenin, este princípio há de permanecer como diretriz, até sua morte.

II. RAÍZES NA REALIDADE SOCIAL

Tomando como base esta concepção de conjunto, compreende-se que Lenin tenha podido destacar elementos positivos no sistema Taylor, nas vésperas da Revolução de 1917. Mas o caráter limitado da crítica do taylorismo, feita por Lenin, teve conseqüências

tão profundas, no posterior desenrolar da Revolução soviética, que é importante analisar sua posição e seu contexto histórico.

As indicações dos *Cadernos do imperialismo*, de Lenin, mostram sobre que pontos se concentrava sua crítica do taylorismo: superexploração produtivista, desemprego, fortalecimento da aristocracia operária pelos aumentos dos salários e o número e maior importância dada ao papel dos contramestres. Em nenhum momento Lenin contesta a eficiência técnica do sistema. Sobretudo, *ele não critica a liquidação de qualquer iniciativa técnica operária*. E não menciona a supressão de toda atividade intelectual do operário no correr de seu trabalho. Não se deixa impressionar pelo objetivo de desqualificação do trabalho operário contido no taylorismo. Por quê?

Poder-se-á dizer que este aspecto do taylorismo ainda não era evidente, na época? Duas respostas:

— Primeiramente, os textos do próprio Taylor, que Lenin leu atentamente, são perfeitamente explícitos quanto à separação radical entre concepção e execução que ele pretende introduzir no processo de trabalho industrial;

— em segundo lugar, a resistência operária ao taylorismo, manifestada, nesse momento, nos Estados Unidos e na Europa, acentuava, veementemente, esta desqualificação e o “embrutecimento” e a desintelectualização do trabalho manual.

Em fevereiro-março de 1913, muitos milhares de operários das usinas Renault, na França, puseram-se em greve contra a instituição do sistema Taylor e da cronometragem. Um artigo do jornal *A batalha sindicalista*, publicado a 13 de fevereiro de 1913, mostra que o taylorismo, que tinha acabado de ser introduzido na França, chocava-se contra uma crítica radical do movimento operário organizado:

“A cronometragem deve ser extirpada. O proletariado não pode deixar que se aclimate o odioso método de Taylor. Esta é a vontade unânime dos grevistas dos estabelecimentos Renault...”

Em seguida, sob o título expressivo “A fábrica roubada aos operários”, o jornal prossegue:

“A classe patronal quer introduzir o sistema da cronometragem para aumentar a produção, em proporções incriveis. Este é apenas seu alvo imediato. O método Taylor lhe dá a possibilidade de visar mais alto.

Seu objetivo é privar os operários de qualquer iniciativa, em seu trabalho. Seu objetivo é arrancar-lhes qualquer sombra de influência na marcha da produção.

Como procede o método? É muito simples! Não permite ao operário *pensar*; é no escritório da cronometragem que o esforço cerebral necessário é feito, por ele. Quanto ao operário, não tem mais que executar, rápida e interminavelmente, um dos numerosos e elementares movimentos dos quais se compõe cada operação.

E aí está de que modo a classe patronal espera abaixar o nível mental dos trabalhadores, implantar neles a aversão pelo trabalho e, ao mesmo tempo, privá-los de todo ideal!”

E o artigo conclui:

“É possível aplicar estes princípios a todas as indústrias e Taylor diz que seu método é uma verdadeira máquina de guerra contra o sindicalismo operário. Ele tem razão! Não deixemos que ela se implante neste país!”

O taylorismo, considerado como estratégia a longo prazo, do patronato na luta das classes, está aqui perfeitamente definido. Os operários qualificados e organizados perceberam o perigo e o *sindicalismo sentiu-se diretamente ameaçado*. Em 28 de fevereiro de 1913, num comício dos grevistas da Renault, Merrheim, secretário da CGT, tenta responder, no próprio terreno da classe patronal, e questiona a necessidade, a utilidade econômica do taylorismo, para o bom funcionamento do capitalismo:

“Se a indústria automobilística americana está inferior é exatamente porque, nos Estados Unidos, se aplica o método Taylor. Os operários, transformados em autômatos, perdem toda a iniciativa e, com ele, todo seu valor técnico.”

Discurso significativo: o dirigente sindical protesta, *também*, em nome da qualidade da produção. Esta atitude não é des-

vinculada da posição dos sindicalistas americanos da mesma época, que se servem do "rótulo" sindical concedido aos produtos industriais, como forma de pressão reivindicante.

É a parcela experiente da classe operária que se exprime, consciente da própria competência, decidida a conservar *seu papel técnico*, no processo de trabalho. O patronato compreende que a elite profissional da classe operária é que se opõe, mais decididamente a ele, nesta questão; mas segue adiante, pensando em substituir uma parte de seu pessoal por um proletariado "novo". É assim que Louis Renault declara, a 11 de março de 1913, aos delegados dos grevistas:

"Não faço nenhuma concessão (...). Reconheço que os *bons operários estão fora*. O que posso fazer? Os que pensam que devia haver um carrinho de mão para trazê-los até aqui podem procurar trabalho em outro lugar."

Realmente, no fim da greve, que fracassou, muitas centenas de operários, entre os quais se contava um número apreciável dos mais experientes, abandonaram a usina e foram procurar trabalho em outro lugar¹.

Nos Estados Unidos, a situação ainda é mais gritante. A resistência mais firme à implantação do taylorismo é feita pelos sindicatos de ofício da Federação Americana do Trabalho — organização corporativista e egoísta de operários qualificados², que exclui e esmaga a massa dos proletários sem qualificação. O taylorismo ataca duplamente o poder sindical: minando a qualificação operária, que os sindicatos negociavam a alto preço com os empregadores, e eliminando, através da produção em massa

¹ Sobre a introdução do taylorismo, particularmente nas usinas Renault, pode-se encontrar documentação no dossiê minucioso apresentado por A. Héron, em *Les temps modernes*, de agosto-setembro de 1975 (p. 220 a 278: "Le taylorisme, hier et demain").

² Dispostos a qualquer concessão para comprar alguma segurança para os trabalhadores qualificados, em detrimento dos trabalhadores sem qualificação e não organizados, numerosos sindicatos de ofício da Federação assinaram acordos com as respectivas empresas, neles incluindo o compromisso de se abster de organizar os trabalhadores não qualificados cujos interesses sacrificavam, em troca de um mínimo de direitos sindicais para eles próprios e de diferenças de salário, relativamente importantes, em favor da mão-de-obra qualificada." (Philip S. Foner, *History of the Labor Movement in the United States*, New York, 1964, vol. 3, p. 176.)

dos bens de consumo corrente, a eficácia do "label syndical" ("Union labelled goods"), importante meio de pressão econômica dos sindicatos sobre as empresas.

O desenvolvimento do capitalismo americano no início do século XX, o desejo de dar novo impulso à produção em massa, de intensificar a concentração, as transformações tecnológicas e a produtividade do trabalho incitam uma parte do patronato, com Taylor, a explodir as barreiras corporativistas, a retornar às formas caducas de aliança com a aristocracia operária — que vai se reconstituir em novas bases. O poder sindical, atacado de frente, e uma outra parte do patronato, não tão bem colocada, na guerra econômica que se trava, opõem-se ao taylorismo e conseguem mesmo obter uma interdição parcial (e provisória) que se segue ao inquérito do Congresso, em 1912. Isso não impedirá o sistema de se generalizar, depois da Primeira Guerra mundial.

Taylor refere-se explicitamente, sem rodeios, à função anti-sindicalista de seu sistema:

“Em 1903, em sua comunicação (intitulada “*Shop Management*”: A gestão da empresa”) a uma reunião da Sociedade Americana de Engenheiros Mecânicos, Taylor explicou como tinha conseguido, com seu sistema, *eliminar os operários qualificados e minar, na base, seus sindicatos de ofícios*. Imediatamente, os patrões pediram a Taylor que os aconselhasse, quanto aos métodos que seriam convenientes adotarem suas empresas para conseguir idêntico resultado.” (Foner, *op. cit.*, p. 180.)

Gompers, diretor da American Federation of Labor, que se tornou famoso como encarnação típica da burocracia sindical e do corporativismo estreito da aristocracia operária, toma posição violentamente:

“O fim único do ‘Scientific Management’, escrevia Gompers, é reduzir o número dos operários qualificados ao mínimo possível e impor baixos salários aos qualificados que serão jogados no exército dos não qualificados.” (*Ibid.* p. 180-181.)

E é assim que a *resistência ao taylorismo apresenta um duplo aspecto*. Movimento de defesa do saber operário e da autonomia

operária. Mas há também um reflexo conservador e elitista das frações mais favorecidas da classe operária ocidental e dos sindicatos: contra a produção em massa e contra o surgimento de um proletariado sem qualificação, sem “capital” de conhecimentos técnicos.

O naufrágio do movimento operário europeu, em 1914, é uma síntese de tudo isso... Estes mesmos dirigentes sindicais que, pouco antes da Guerra de 1914, mobilizavam a classe operária contra o taylorismo, estarão unidos a suas respectivas burguesias, na grande matança internacional. A crise mundial coloca em evidência as estruturas ideológicas dominantes nas diferentes classes operárias. No ocidente, *o encarniçamento na defesa do “ofício” irá mostrar o seu avesso, ou seja, o apego aos valores burgueses do “patriotismo”*. De modo inverso, na Rússia, as características da industrialização, a fraca qualificação da classe operária, a extrema miséria das massas proletárias oferecem apenas uma base muito limitada ao “social-patriotismo” e, do mesmo modo, ao sindicalismo considerado como ideologia corporativista. Paralelamente — e, aqui, fica evidenciado, em sua raiz, o limite da crítica de Lenin ao taylorismo — *a resistência ao taylorismo, na Rússia, tem uma base fraca, porque os operários, como massa, não têm sequer uma qualificação para defender*. E, quando na primavera de 1918, Lenin propuser a introdução sistemática das medidas taylorianas, a oposição mais decidida virá da pequena minoria de operários qualificados, influenciados pelos mencheviques — mais particularmente, ferroviários e tipógrafos.

A Guerra de 14, a falência das direções sindicais, incapazes de se oporem à matança, colocaram em evidência os aspectos reacionários da ideologia sindicalista no movimento operário ocidental e Lenin irá denunciar esta ideologia, com extrema violência, muitas vezes, no decurso da guerra civil, na Rússia:

“Na Rússia, os mencheviques tinham (e ainda têm, em parte, em muito pequeno número de sindicatos) apoio nos sindicatos, precisamente graças a esta estreiteza corporativista, a este egoísmo profissional e ao oportunismo. Os mencheviques do ocidente se “incrustaram”, muito mais solidamente, nos sindicatos, e lá apareceu uma *“aristocracia operária”, muito mais poderosa que a*

nossa, corporativista, estreita, egoísta, sem entranhas, assalariada e corrompida pelo imperialismo (sublinhado por Lenin). A luta contra os Gompers, contra M. Jouhaux, Henderson, Merrheim, Legien e companhia, na Europa ocidental, é muito mais difícil que a luta contra nossos mencheviques que representam um tipo político e social *perfeitamente análogo*. (*A doença infantil do comunismo: o esquerdismo*, em O.C., t. 31, p. 46-47.)

Foram precisamente os “mencheviques” do ocidente, como os denomina Lenin, que se colocaram na primeira linha da luta contra a introdução do taylorismo, no início do século XX. E os mesmos fatores que limitaram a influência do menchevismo na Rússia explicam a fraca resistência à taylorização, tal como é, expropriação do saber operário.

Sobre o taylorismo na Rússia, há um ponto de vista dialético que se impõe. O taylorismo foi definido, nos Estados Unidos e na Europa ocidental, como *uma gigantesca operação de expropriação do saber operário, em benefício do capital*. Deve-se salientar que, para que haja expropriação, é preciso que este saber exista, no proletariado industrial. E de onde poderá vir este saber, senão da incorporação, em vagas sucessivas, da pequena produção artesanal à manufatura e, em seguida, à grande indústria? Desta maneira, o “companheiro” perpetua, por um certo tempo, no seio da grande produção capitalista, uma parte do *know-how* e da ideologia do artesão independente. Até que surgisse o taylorismo, o patrão industrial “sub-empreitava”, na realidade, uma fração global do trabalho na fabricação que ficava organizada como uma pequena empresa autônoma, sob a direção do contramestre de obra.

O taylorismo, como expropriação, toma toda sua dimensão de ofensiva estratégica no plano social, quando ataca classes operárias poderosas, experimentadas, qualificadas, herdeiras de séculos de ofícios, de corporações, de artesanato. Não há nada de semelhante na Rússia. O nascente proletariado industrial russo *não acumulou este capital de conhecimentos e de práticas técnicas*.

Encontram-se indicações precisas sobre a qualificação muito fraca dos operários de indústria russos, no momento da Revolução, no livro de Marcel Anstett, *La formation de la main d'oeuvre*

qualifié en Union Soviétique (Paris, 1958). Entre outras explicações, Anstett atribui esta característica a uma particularidade da formação social russa: *o atraso do artesanato que, nos países capitalistas, é uma das fontes principais da mão-de-obra qualificada.*

“Apenas em raras grandes cidades, como Kiev ou Novgorod, encontram-se artesões peritos, formados numa sólida tradição profissional... Por outro lado, nos campos e na maior parte das cidades... os artesãos russos típicos, os “koustari”, meio camponeses, utilizam instrumentos de trabalho e técnicas extremamente rudimentares.” (Anstett, *op. cit.*, p. 21.)

A Rússia, explica Anstett, só conheceu muito tarde a economia monetária que permite a especialização e o aparecimento do trabalho qualificado: “(...). O artesão russo do século XIX está na fase social técnica que só é encontrada, na história dos países ocidentais, retornando aos artesãos-servos dos latifúndios latinos ou aos feudos da Idade Média.”

Outro fator desfavorável à qualificação da classe operária russa: *a industrialização imperialista pelos capitais europeus* que tende a fazer com que a Rússia se especialize em produtos semi-acabados exportáveis. As indústrias mecânicas e químicas são muito pouco desenvolvidas (enquanto, nos outros países capitalistas, são um viveiro de operários qualificados). O equipamento industrial vem, geralmente, do exterior: o que se espera da classe operária russa é que sirva, passivamente, uma tecnologia importada, concebida pelo estrangeiro¹; apela-se, aliás, freqüentemente, para os estrangeiros, no tocante aos trabalhos qualificados e à manutenção da maquinaria, deixando para os operários russos os empregos de aprendizes. O grande desenvolvimento se dá, sobretudo, nas grandes empresas onde se começa a aplicar o taylorismo e o fordismo, onde se encontram reunidas as condições para o parcelamento das tarefas. Não há, na Rússia, esse desabrochamento de pequenas e médias empresas capitalistas industriais que,

¹ Em 1913, 37% dos equipamentos técnicos e mais de 50% das máquinas ainda são importadas. (Yves Barel, *Le développement économique de la Russie tsariste*, Paris, 1968).

em outros países, formam, no plano local, uma importante mão-de-obra qualificada¹.

Essas características da classe operária russa, do início do século XX, evidentemente permanecerão reais, na época que se seguiu, imediatamente, à revolução de Outubro. E ainda mais: depois da guerra civil, a antiga classe operária russa será minoria na nova força de trabalho que, vinda dos campos, terá como encargo restabelecer uma grande produção industrial. Mas, a partir de 1918, a desorganização econômica e a amputação do território anexado pela Alemanha, agravando o esgotamento da Guerra de 14, tornarão vital o uso mais eficiente possível dessa indústria moderna, em grande parte paralisada.

A partir daí, começa-se a pensar que, aquilo que no Ocidente se apresentava como expropriação do saber operário (redução a tarefas parcelárias, tão simples e padronizadas quanto possível) talvez pudesse, na Rússia, *transformar-se em uma apropriação coletiva, a mais rápida e a mais econômica que se pudesse conceber,*

¹ Em seu estudo sobre o desenvolvimento econômico russo, antes de 1917, Yves Barel contradiz, de certo modo, o ponto de vista de Anstett, no que concerne à primeira vaga de industrialização que vai até 1890; ele concorda com Anstett, no que diz respeito ao essencial, na análise das características da segunda vaga de industrialização — a partir de 1890, mais ou menos — com base na siderurgia e na indústria pesada moderna.

Barel acentua a importância da indústria kustary, entre 1861 e o fim do século, e sua contribuição para a indústria manufatureira; lembra que, no fim do século XIX, em numerosas regiões, os kustary existiam em maior número que os operários de fábrica e conclui: "Estamos longe dessa passagem direta para a grande indústria que muitos historiadores e economistas julgaram perceber no desenvolvimento russo. Estamos, na realidade, diante de uma espécie de "fase inferior" do capitalismo, que se traduz por uma combinação provisória da agricultura e de um tipo de indústria a nível de aldeia (...)" (*Op. cit.*, p. 189.)

Mas Barel mostra, em seguida, de que modo, no início do século XX, a grande indústria mecanizada rompe com o desenvolvimento progressivo da indústria kustary e da manufatura. Diferentes dados atestam a importância, cada vez maior, da indústria pesada e da concentração industrial. "*Esta concentração foi particularmente incrementada na Rússia. A partir de 1897, as usinas de mais de 500 operários ocupam 42% da mão-de-obra contra 15,3% na Alemanha, por exemplo. Em 1910, esta percentagem irá atingir 54,3%.*" (*Ibid.*, p. 202.)

Constata-se, portanto efetivamente, o aparecimento brutal de uma grande indústria, excepcionalmente concentrada para a época, onde se vai encontrar reunido um vasto proletariado que acabava de ser arrancado do campo e desprovido de experiência técnica da produção mecanizada "moderna".

para uma força operária completamente nova e inexperiente, em situação de penúria de técnicos e engenheiros. Esta será, muito breve, a partir de 1918, a idéia de Lenin, concretizada pela famosa palavra de ordem “*aprender a trabalhar*” e a proposta de introduzir sistematicamente os métodos taylorianos na indústria.

Realmente, na aurora da revolução de Outubro, as condições objetivas e subjetivas de uma profunda subversão do processo de trabalho industrial estão longe de se encontrarem reunidas, na sociedade russa. A crítica do taylorismo é limitada, como acabamos de ver. Mas, mesmo além dessa crítica, o raciocínio dos bolcheviques sobre o processo de trabalho permanece sumário. Sua concepção filosófica do trabalho produtivo não ultrapassa os dados básicos da filosofia marxista. E fica mesmo, muitas vezes, aquém da riqueza de certos textos de Marx. Ver os *Cadernos filosóficos* de Lenin. A edição francesa tem um índice das matérias cuja diversidade mostra a amplitude das leituras e da reflexão de Lenin, entre 1914 e 1916: coisa em si, silogismo, átomo, éter, elétrons, linguagem, etc. No termo “trabalho”, encontra-se: “rude, mas fortificante escola do —”, expressão de Lenin, comentando *A santa família* de Marx e Engels. Ponto final. De um modo mais geral, os textos de Lenin, entretanto tão concretos quando tratam dos múltiplos aspectos da vida política, social, econômica, mantêm-se, por assim dizer, no limiar, quando o assunto possa abordar, ainda que de longe, o conteúdo concreto das operações de trabalho. O trabalho operário é tomado como referência para a análise de alguma outra coisa (a organização ou algum aspecto da vida social) e a conotação do exemplo é, quase sempre, a escola ou a disciplina. Aprendizagem, referência, modelo, *mas não objeto de análise e de crítica em si mesma*.

Poder-se-á responsabilizar por este silêncio as condições concretas em que se formou o movimento revolucionário russo, o mundo político de que faziam parte os bolcheviques: acuados pela polícia czarista, ameaçados com o exílio no exterior ou a deportação na Sibéria, a prisão ou a atividade clandestina, *os quadros bolcheviques tiveram raramente a possibilidade de viver, de maneira contínua, a prática produtiva das massas*: daí que, as condições de seu trabalho intelectual são mais orientadas para as sínteses econômicas do que para a reflexão sobre os gestos cotidianos

do produtor direto. Tudo será diferente, quando chegar a vez dos intelectuais revolucionários, nas bases rurais da revolução chinesa.

Explicando de modo mais profundo, os bolcheviques, cuja corrente ideológica tinha-se formado em oposição a qualquer forma de *"trade-unionismo"*, eram inclinados a pensar que, para a classe operária, *o essencial não era jogado no interior das fábricas mas no terreno político*. De certo modo, era lógico que eles não fossem arautos de uma nova concepção do processo de trabalho. A conjunção que tiveram com o movimento de massa dos operários, em 1917, também não contribuiu para transformar esse estado de coisas. A classe operária russa, superexplorada e submetida ao terrorismo czarista, lutava por sua sobrevivência e, quando suas reivindicações puderam exprimir-se, eram relativas a problemas bem mais elementares — e vitais para ela, na ocasião — que o sistema de organização do trabalho. Antes de fevereiro de 1917, os sindicatos, perseguidos, só contavam com alguns milhares de membros. Quando a queda do czar liberou o movimento reivindicatório e as exigências operárias puderam se exprimir livremente, *a jornada de oito horas veio, evidentemente, em primeiro lugar*¹.

¹ Uma petição dos operários de Moscou, em março de 1917, declara: "Oito horas de trabalho, oito horas de sono, oito horas de tempo livre garantem aos trabalhadores a possibilidade de participar da vida pública; e o movimento exige deles uma efetiva participação." (Citado em Ferro, *La Révolution de 1917*, Paris, 1967, t. 1, p. 173.)

CAPÍTULO TERCEIRO

Complexidade da posição "tayloriana" de Lenin em 1918

Para quem lê os textos de Lenin, nos primeiros meses do poder soviético, e os compara aos textos de Taylor, é impossível não notar uma comum ressonância. *Há uma certa homologia entre o princípio tayloriano de levantamento e classificação dos movimentos de trabalho e a palavra de ordem "levantamento e controle" martelada, durante todo este período, por Lenin.*

Há, entretanto, uma importante diferença de sentido: o controle e o levantamento da produção do ponto de vista *econômico* (gestão, contabilidade, registro dos estoques e dos produtos) baseiam-se, segundo Lenin, num prodigioso impulso democrático, numa participação das grandes massas nas tarefas de administração e de contabilidade econômica (iniciação das massas a uma nova prática social de direção do Estado e da economia) enquanto a organização *técnica* do processo de trabalho será em breve (abril de 1918) apresentada como tendo necessariamente por base uma *concentração extrema da autoridade* e uma *submissão* das massas a uma direção do processo de trabalho que lhe é *exterior* (o que reencontra, num ponto essencial, o espírito do sistema Taylor).

Há, portanto, uma certa homologia entre o econômico e o técnico (classificação, levantamento, controle, cálculo, racionalização são igualmente considerados indispensáveis, num e no outro plano), mas também um *claro rompimento* nos métodos: no primeiro caso, democracia de massa e controle, de baixo para cima;

no segundo, estrita concentração da autoridade e controle, de cima para baixo.

O problema de uma democracia "técnica" desaparece.

O rompimento entre um plano e outro fica bastante evidente em *As tarefas imediatas do poder dos soviets*, texto publicado em 28 de abril de 1918¹. Toda uma parte da brochura é dedicada a demonstrar a necessidade de extirpar das massas a atitude de passividade face ao Estado e aos dirigentes da economia. Toda uma outra a demonstrar que é preciso inculcar-lhes uma atitude de submissão face aos técnicos e dirigentes do processo de trabalho. Vejamos os dois textos:

1. *Democracia econômica:*

"(...) é justamente a organização soviética que, passando da democracia inteiramente formal da república burguesa para a *participação efetiva das massas laboriosas nas tarefas da gestão*, dá, pela primeira vez, à emulação, toda sua amplitude. É muito mais fácil fazê-lo, no terreno político do que no econômico. Para o êxito do socialismo, o segundo é que importa.

(...) O poder soviético aboliu o segredo profissional e se engajou em um novo caminho; mas não fizemos quase nada para colocar a publicidade a serviço da emulação econômica. Devemos trabalhar com método para que (...) haja um esforço, no sentido de criar uma imprensa que (...) *submeta (ao julgamento das massas) as questões econômicas cotidianas e as ajude a estudar seriamente essas questões.*

(...) Quanto a nós, devemos levar (a estatística) às massas, popularizá-la, *para que os trabalhadores aprendam, pouco a pouco, a ver e compreender, por eles mesmos, como e quanto é preciso trabalhar, como e quanto se pode descansar*, para que a comparação dos resultados práticos da gestão econômica das diferentes comunas se torne objeto do interesse geral e seja estudada por todos (...". (*Les Sâches immédiates*. . ., in O.C., t. 27, p. 269-270.)

¹ Os textos precedentes conservam uma certa tonalidade democrática na descrição dos processos técnicos; voltaremos ao assunto, quando se tratar da primeira versão das *Tarefas imediatas*...

2. Ditadura técnica:

“(...) toda a grande indústria mecânica, que constitui justamente a fonte e a base material de produção do socialismo, exige uma *unidade de vontade* rigorosa, absoluta, regularizando o trabalho comum de centenas, de milhares e de dezenas de milhares de homens. No plano técnico, econômico e histórico, esta necessidade é evidente e todos os que meditaram sobre o socialismo sempre a consideraram como uma de suas condições. Mas, de que *maneira uma rigorosa unidade de vontade pode ser garantida?* Pela submissão da vontade de milhares de pessoas a de uma única pessoa.

(...) a submissão, sem reserva, a uma vontade única é absolutamente indispensável para o sucesso de um trabalho organizado no modelo da grande indústria mecânica. Ela é duas vezes e mesmo três vezes mais indispensável nas estradas de ferro. E é esta passagem de uma tarefa política para uma outra, *na aparência* totalmente diferente da primeira, que constitui toda a originalidade do momento atual. A revolução acaba de quebrar as mais antigas, as mais sólidas e as mais pesadas cadeias impostas às massas pelo regime do bastão. Isso era ontem. Mas hoje, a mesma revolução exige (...), justamente no interesse do socialismo, que *as massas obedeçam, sem reserva, à vontade única dos dirigentes do trabalho*. É claro que semelhante transição não se faz de uma assentada.” *Ibid.*, p. 278-279.

A diferença de tom das duas passagens deste *mesmo* texto é marcante. Justapostas, elas indicam um *limiar*, uma barreira que o movimento de massa não ultrapassa. E este limiar é apresentado como uma característica imanente da produção moderna, *uma irreduzível necessidade técnica*.

Governantes de Estado, contadores improvisados, cidadãos livres chamados a participar, de diferentes modos, na organização da vida social, *os trabalhadores da indústria soviética ficam, durante o período do trabalho, dedicados a representar o papel de engrenagens inteiramente subordinadas a um processo de conjunto* que lhes é supostamente ordenado pelas exigências técnicas — por intermédio dos “especialistas” e quadros “dirigentes do trabalho”.

Cada proletário é, assim, submetido a uma espécie de desdobramento, *uma divisão, materializada no tempo*; Lenin o demonstra, de maneira marcante, fazendo apelo a:

“(. . .) conciliar as tarefas dos comícios sobre as condições de trabalho com as da submissão sem reserva à vontade do dirigente soviético, do ditador, durante o trabalho.” (*Ibid.*, p. 280.)

É justamente porque a vaga de fundo democrático tem aí seu limite, no limiar do “tempo de trabalho”, que o *taylorismo* encontra seu lugar no sistema, como modo de organização centralizado deste tempo de trabalho. E é efetivamente ao sistema Taylor que Lenin se refere para dar um conteúdo concreto a esta “ditadura” cuja aplicação ele reclama no processo de trabalho:

“(. . .) O sistema Taylor alia (. . .) a crueldade sofisticada da exploração burguesa às conquistas científicas mais preciosas no que se refere à análise dos movimentos no trabalho, à supressão dos movimentos supérfluos e inúteis, à elaboração dos métodos de trabalho mais racionais, à introdução dos melhores sistemas de levantamento e controle, etc. A República dos soviets deve fazer suas, custe o que custar, as conquistas mais preciosas da ciência e da técnica neste domínio. Poderemos realizar o socialismo, justamente na medida em que tenhamos conseguido combinar o poder dos soviets e o sistema soviético de gestão com os mais recentes progressos do capitalismo.” (*Ibid.*, p. 268.)

Este texto, assim como os que cito mais acima, é tirado da versão definitiva das *Tarefas imediatas* . . . , publicadas em 28 de abril de 1918. Ora, foi publicada mais tarde uma primeira variante da *Tarefas imediatas* . . . inédita na época — tendo Lenin preferido retomar o conjunto para entregá-lo ao público, numa versão bem diferente¹.

¹ Os capítulos X a XIII desta primeira versão foram publicados, pela primeira vez, em abril de 1929. Podem ser encontrados no volume 27 das *O. C.*, p. 209-225.

Os capítulos IV a X, muito ricos e prolixos sobre as questões da organização do trabalho e do sistema Taylor, só foram publicados muito mais tarde, em 1962. Serão encontrados no volume 42, p. 52-69.

A primeira versão tem um aspecto muito interessante: ela desenvolve, de modo ao mesmo tempo mais detalhado e mais geral que a versão definitiva, a concepção do taylorismo soviético, segundo a idéia de Lenin no momento; ela torna possível apreender o pensamento de Lenin sobre essa questão, nos anos que precederam a revolução, em 1917 (ver *O Estado e a Revolução*) e até março de 1918, antes da curva determinada pela deteriorização rápida da situação econômica (caos e fome).

Esta primeira versão das *Tarefas imediatas*... ainda encara, a curto prazo, uma redução radical da duração do trabalho graças ao sistema Taylor — liberando assim, em parte, os produtores diretos para uma participação sistemática na vida pública. Ela insiste na descrição do taylorismo sob o aspecto “análise dos movimentos” e evoca a idéia de uma *apropriação coletiva do sistema pela massa dos produtores*. Lenin se preocupa muito mais do que o fará, na segunda redação, em diferenciar o taylorismo soviético de seu modelo americano. Estes pontos diferentes aparecem, de modo especial, na seguinte passagem da primeira versão:

“O que há de negativo no sistema Taylor é que ele era aplicado no quadro da escravidão capitalista e servia para extrair dos operários o dobro ou o triplo da quantidade de trabalho, pelo mesmo salário, sem se preocupar absolutamente em saber se os operários eram capazes de fornecer, sem prejuízo próprio, esta quantidade de trabalho dobrada ou triplicada, no espaço imutável de horas de trabalho.”

Portanto, segundo Lenin, a característica essencial do sistema, nos Estados Unidos, é a intensificação do trabalho, enquanto sua duração global permanece a mesma; a redução da jornada de trabalho já constitui uma mudança na natureza do sistema Taylor:

“A tarefa de que se deve incumbir a República socialista soviética pode ser rapidamente resumida, do seguinte modo: devemos introduzir, em toda a Rússia, o sistema Taylor e o aumento científico, à moda americana, da produção do trabalho, fazendo com que ela seja acompanhada da *redução da jornada de trabalho*,

da utilização de novos processos de produção e de organização do trabalho, sem que isso cause o mínimo prejuízo à força de trabalho da população laboriosa.”

Ainda aí, não há mais que uma correção dos excessos por meio de disposições de proteção do trabalho. Lenin, porém, vai mais longe. Continuando, no mesmo texto, seu esforço de especificação do taylorismo soviético, ele acentua a função liberalizante do sistema que, ele espera, há de se tornar propriedade dos trabalhadores:

“Ao contrário, a introdução do sistema Taylor, *orientado corretamente pelos próprios trabalhadores, se eles forem suficientemente conscientizados*, será o meio mais seguro de garantir, no futuro, uma redução considerável da jornada de trabalho obrigatória para o conjunto da população trabalhadora; será o meio mais seguro, para nós, de realizar, num lapso de tempo relativamente curto, uma tarefa que pode ser formulada mais ou menos assim: seis horas de trabalho físico, por dia, para cada cidadão adulto e quatro horas de trabalho de administração do Estado.” (O.C., t. 42, p. 64-65.)

“Se eles forem suficientemente conscientizados”: reserva significativa. Em breve tempo, as tendências autárquicas e egoístas (transportes fluviais, estradas de ferro), a desmoralização de certas camadas operárias hão de levar Lenin a abandonar esse sonho de auto-organização tayloriana. E, na realidade, a introdução do taylorismo coincidirá com a colocação na ordem do dia da *direção individual* e de medidas autoritárias no que concerne à disciplina do trabalho, eclipsando as características especificamente “soviéticas” do taylorismo pregado por Lenin.

Façamos porém uma pausa para considerar a filosofia desta primeira versão: muito rapidamente repelida, porque a situação se deteriorou, conservará, apesar de tudo, uma forma de presença implícita na definição soviética do processo de trabalho ideal.

Já se viu que, segundo Lenin, o taylorismo se prende a uma **intensificação da produtividade do trabalho por meio de economias de movimentos e de emprego, de processos novos de produção e**

de organização do trabalho. O sistema se choca contra uma violenta resistência operária, nos países capitalistas, porque ele propicia ao capital os meios de extorquir duas ou três vezes mais trabalho operário pelo mesmo salário. Lenin não se refere à separação pensamento-ação, à desqualificação, ao fortalecimento da função de direção, do papel da burocratização dos métodos, etc. Fundamentalmente, *duas condições lhe parecem suficientes para "promover a reviravolta" do sistema Taylor e desembaraçá-lo de suas características capitalistas:*

— PRIMEIRA CONDIÇÃO: ele será orientado pelos próprios trabalhadores. Idéia muito importante, rapidamente eclipsada, mas que reaparecerá diversas vezes. Segundo Lenin, a coletividade operária pode e deve se apropriar do saber tayloriano, para reorganizar seu modo de trabalho: o sistema Taylor, portanto, não lhe parece, neste momento, implicar necessariamente uma direção autoritária do processo de trabalho. Por que motivo os operários não poderiam se apoderar desta "ciência" para concretizar, eles próprios, do modo mais econômico e "racional" possível, sua força de trabalho? Semelhante inversão transformaria, evidentemente, a própria essência do sistema Taylor: ele não seria mais expropriação de saber mas apropriação coletiva de saber. Na realidade, a direção única, o fortalecimento autoritário da disciplina do trabalho, o papel dos especialistas bloquearão esta abertura, a partir de abril de 1918, como veremos mais adiante. Não desaparece, entretanto, a idéia de uma difusão maciça da "ciência do trabalho", entre as massas, a fim de que elas a assimilem e conquistem um papel ativo no domínio da técnica. Testemunha disso é o texto (inacabado) escrito por Lenin, em fim de agosto-início de setembro de 1922, elogiando um livro soviético, pouco antes publicado, sobre o sistema Taylor¹. Lenin o censura, somente por não ser suficientemente *popular*, já que era volumoso demais e muito repetitivo. Mesmo assim, ele recomenda que esse livro seja introduzido nas escolas, como manual, e o que ele preconiza, quanto a uma coletivização do saber "tayloriano" não exclui as formulações da primeira versão de *Tarefas imediatas*...

³ *Une goutte de fel dans un tonneau de miel*, in O. C., t. 33, p. 375-376. Este texto foi publicado pela primeira vez em 1928.

“Este livro nos dá uma exposição muito detalhada do sistema Taylor contendo, o que é particularmente importante, seus aspectos positivos e negativos (sublinhado por Lenin), assim como os principais dados científicos sobre as receitas e as despesas fisiológicas da máquina humana. No conjunto, é perfeitamente conveniente, na minha opinião, como manual obrigatório para todas as escolas profissionais e para todas as escolas do segundo grau, em geral. *Aprender a trabalhar é, no momento, a tarefa principal da república dos soviets, uma tarefa que diz respeito ao povo inteiro.*” (O.C., t. 33, p. 375.)

Encontra-se o mesmo estado de espírito em um outro texto de 1922 — publicado na época —, prefaciando um livro sobre a eletrificação, cuja difusão maciça Lenin preconiza:

“(...) É preciso proceder de modo (e nós chegaremos lá!) que toda biblioteca de distrito (...) possua vários exemplares deste “manual”; que em cada central elétrica, na Rússia, (e há mais de 800) não somente exista este livro mas que, além disso, *sejam organizadas, obrigatoriamente, palestras populares acessíveis a todos, sobre a eletricidade, a eletrificação da RSFSR e a técnica em geral*; que cada mestre-escola, em cada escola, leia e assimile este “manual” (...) e saiba expô-lo, em forma simples e compreensível, para os alunos e a juventude camponesa em geral.” (O.C., t. 33, p. 248.)

Assim, pouco antes de sua morte, Lenin insiste nessa idéia: deve-se quebrar o monopólio do saber técnico, as massas devem ter acesso a ele. A eletricidade não deve tornar-se um mistério a mais, no repertório mágico das superstições... O ideal de um “taylorismo proletário”, baseado no papel ativo das massas nas transformações técnicas, sobrevive a Lenin e o “stakhanovismo” apresenta-se como uma concretização deste ideal — pelo menos no que diz respeito à exposição ideológica.¹

¹ “Em 1.º de setembro de 1935, Alexei Stakhanov tornou-se célebre. Este jovem abatedor das minas de Donbass decidira estabelecer um recorde, em honra ao Dia Internacional dos Jovens. Na noite de 31 de agosto, ele entregou, em seu período de trabalho, 102 tonéis de carvão, perfazendo assim, quatorze vezes, a norma estabelecida. A potência de trabalho do

— SEGUNDA CONDIÇÃO: para dar uma reviravolta no sistema Taylor: o crescimento da produtividade permitirá reduzir consideravelmente a jornada de trabalho e, portanto, desenvolver as atividades propriamente políticas dos operários. Lenin, como já vimos, chega a propor números: “seis horas de trabalho físico, por dia, para cada cidadão adulto e quatro horas de trabalho de administração do Estado.” Este trecho (da versão não publicada das *Tarefas imediatas*...) é um dos raros em que (depois da tomada do poder) Lenin encara, com esta precisão, a divisão das tarefas “físicas” e políticas. Pode-se entrever aqui, novamente, a

mineiro não se devia à sua força muscular. Havia muito tempo, os mineiros de vanguarda tinham intenção de aperfeiçoar a organização do trabalho na mina. Antes disso, o mesmo operário abatia a hulha, consolidava os esteios e voltava ao martelo picador. *Surgiu a idéia de dividir o trabalho*. Alexei Stakhanov, que conhecia perfeitamente seu ofício, conseguiu ajudantes que executavam o escoramento e a produtividade do trabalho aumentou consideravelmente.” (*Histoire de la société soviétique*, Moscou, 1972, p. 236.) Estes resultados espetaculares, reivindicados pela nova organização do trabalho, nos levam a considerar os números vitoriosamente apresentados por Taylor, quando ele descreve sua experiência com a pá “científica” e os resultados do “scientific management” na Bethlehem Steel. Será o “proletarian management” de Alexei Stakhanov de natureza diferente? Em todo caso, a frase do livro soviético “surgiu a idéia de dividir o trabalho” dá o que pensar. E ainda falta resolver se, nas sucessivas encarnações do “taylorismo soviético” (entre as quais o stakhanovismo foi a mais marcante, sem dúvida) a influência tayloriana não vence irredutivelmente a influência soviética: e se as funções de direção e de concepção, definidas por Taylor, não são simplesmente açambarcadas por uma nova aristocracia (soviética) do trabalho, aliada à *intelligentsia* técnica, em prejuízo da massa proletária. Ou, ao contrário, o stakhanovismo representou, como o afirmam os textos da época, um movimento revolucionário de uma parte das massas operárias contra o conservadorismo dos engenheiros e quadros técnicos? Stalin, na primeira conferência stakhanovista (novembro de 1935): “(...) este movimento começou (...) quase espontaneamente, de baixo para cima, sem que nenhuma pressão tenha se exercido pela administração de nossas empresas. Mais ainda. Este movimento nasceu e se desenvolveu, até certo ponto, contra a vontade da administração de nossas empresas, até mesmo em luta contra ela.” (*Les Questions du léninisme*, Éditions sociales, Paris, 1947, t. 2, p. 202.) Stalin apresenta o movimento stakhanovista como uma espécie de revolução cultural, um salto para frente, no sentido da supressão da diferença trabalho manual-trabalho intelectual: “É fora de dúvida que somente este impulso cultural e técnico da classe operária pode minar as bases da oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual (...). O movimento stakhanovista (...) contém os primeiros germes (...) deste impulso cultural e técnico da classe operária de nosso país.” (*Ibid.*, p. 200-201.) A análise de classe do movimento Stakhanov ainda está por se fazer...

audaciosa dialética construída por Lenin, a propósito do taylorismo: a intensificação do trabalho — ainda que empobrecido: não é o termo “físico” significativo? — permitirá reinvestir as forças proletárias em outras esferas da vida social. Continua a mesma obsessão de Lenin: *permitir aos operários participar concretamente da direção dos negócios de Estado*. Isto há de ser, até o fim, a base de sua luta contra o *burocratismo* de que ele via crescer a ameaça¹.

Em sua essência, porém, o taylorismo é a burocratização do processo de trabalho, a multiplicação das funções de controle e registro do mínimo gesto, o aparecimento das tarefas multiformes para contadores, funcionários, cronometristas etc. Lutar contra o burocratismo apoiando-se no taylorismo, como Lenin espera, não será jogar pela janela aquilo que se reintroduz pela porta principal? A longo prazo — e, para um observador atual — é talvez uma das questões centrais da Revolução soviética. Lenin lutou contra a burocratização das “superestruturas” sendo, ao mesmo tempo, levado — pela própria lógica deste combate — a instalar o germe do burocratismo, bem no coração das relações de produção — *no processo de trabalho*.

Seja como for, de modo imediato, o sonho das “seis horas-quatro horas” não consegue sobreviver face à urgência da situação. O texto final das *Tarefas imediatas*. . . evidencia um grande recuo; uma formulação de princípio muito mais prudente:

“Nosso objetivo é fazer com que *todos* os trabalhadores preencham, gratuitamente, as funções de Estado, uma vez que tenham terminado suas “tarefas” na produção: é particularmente difícil consegui-lo mas esta é nossa garantia única de consolidação definitiva do socialismo.” (O.C., t. 27, p. 283.)

Não é esta a única diferença do primeiro projeto, na versão publicada. A segunda variação insiste muito sobre a *estrutura autoritária* do processo de trabalho. Evidentemente a tese de uma

¹ Ver *Comment réorganiser l'inspection ouvrière et paysanne?*, proposição feita ao XII Congresso do Partido, em 23 de janeiro de 1923. Um dos últimos textos de Lenin (O.C., t. 33, p. 495-500).

disciplina relativa aos “dirigentes do trabalho” já estava presente no primeiro texto mas a conotação decididamente autoritária só aparece no segundo. Vejamos estas duas passagens:

— *Extrato do primeiro esboço*: “As massas podem agora, os soviets lhes dão esta garantia, tomar em suas mãos todo o poder e consolidá-lo. Para atenuar, porém, a multiplicação dos poderes e a irresponsabilidade de que sofremos, de maneira incrível, no momento atual, é preciso que nos inteiremos, com precisão, quanto a cada função executiva, quais as pessoas que foram eleitas para postos de direção e quem é responsável pelo funcionamento do organismo econômico, em seu conjunto (...). É preciso que as ordens desse dirigente individual sejam executadas, com inteira boa vontade (...).” (O.C., t. 27, p. 285.)

— *Extrato do texto publicado*: “Quanto mais devamos nos afirmar resolutamente, hoje, por um poder forte e sem piedade, pela ditadura pessoal em *determinados ramos do trabalho* (sublinhado por Lenin), em determinado exercício de funções de *pura execução* (sublinhado por Lenin)¹ e tanto mais devem ser variadas as formas e os meios de controle, a partir de baixo, a fim de paralisar a mínima deformação possível do poder dos soviets, a fim de extirpar, ainda e sempre, a cizânia do burocratismo.” (O.C., t. 27, p. 285.)

Por que este endurecimento de tom? Enquanto Lenin redige as *Tarefas imediatas*..., os acontecimentos se precipitam. As consequências da amputação de território (como as ricas terras de trigo da Ucrânia e importantes fontes de matérias-primas) imposta pelos alemães, em Brest-Litovski, e as devastações causadas por quatro anos de guerra se fazem desde logo sentir. A fome, o agravamento do caos econômico, o enfrentamento na rede ferroviária determinam uma concepção mais rigorosa da disciplina do trabalho, o recurso à prática de direções individuais, as medidas coercitivas. Como consequência imediata, o sonhado taylorismo libertador

¹ O que vem a ser, exatamente, uma “pura execução”? Lenin aceita, aqui, a idéia de uma separação radical do pensamento e da ação, numa parte da prática produtiva.

(economia de movimentos e "racionalização", permitindo que a massa economizasse sua própria força de trabalho e se liberasse para as tarefas de administração) é eclipsado por um taylorismo mais clássico (centralização autoritária do processo de trabalho).

O que propomos, agora, analisar são as condições *concretas* desta virada.

CAPÍTULO QUARTO

Rede Ferroviária: emergência da ideologia soviética do processo do trabalho

Já vistes
Correr pela estepe...
Sobre suas patas de ferro, o trem?

E atrás dele
No capim alto...
Galopar o potro de crina vermelha?

Querido louco, querido ridículo,
Mas para onde, para onde corre ele?
Não sabe ele que os cavalos vivos
Foram vencidos pela cavalaria de ferro?
(...)
O destino, nos leilões, pintou de novo
Nossas águas profundas que o rangido despertou,
E hoje compra-se uma locomotiva
Por tonéis de carne de cavalo.

Serge Essénine, 1920¹.

Exatamente do mesmo modo como o novo poder soviético foi lançado num enfrentamento prematuro no campo, *a fome* determina, a partir da primavera de 1918, *uma virada autoritária na questão da organização do trabalho*.

Lutar contra a fome? Este é um problema que coloca imediatamente, na ordem do dia, a questão da *distribuição* — corolário da coleta que já foi tratada em outra parte. Numa situação

¹ Traduzido da tradução francesa de Nikita Struve, Paris 1970.

de extrema penúria, em vasto território, onde as produções agrícolas e as concentrações de população encontram-se diversamente repartidas e longe de coincidir, o *abastecimento* só é possível com base numa estrutura global que comporte instrumentos de produção e serviços: colheita, estocagem, transportes. Em outras palavras, uma armadura estatal ou qualquer outra forma de centralização de suas atividades. Realmente, antes mesmo que a guerra civil, estourando em junho de 1918 e rapidamente se estendendo, pela intervenção dos exércitos imperialistas, concentrasse todas as forças do proletariado no aparelho de Estado, no sentido estrito, (exército e aparelhagem da luta armada), a devastação e a fome, conseqüências da Guerra 14-18, colocaram na ordem do dia, de forma urgente, o funcionamento dos aparelhos de Estado que constituem a trama das ligações econômicas. É o que se apresenta como questão central, logo que foi assinada a paz de Brest-Litovski (3 de março de 1918).

A ofensiva "tayloriana" está ligada a esta virada concreta. Seu primeiro — e, durante muito tempo, principal — ponto de aplicação é uma prova disto. É exatamente onde se misturam, de modo essencial, atividades produtivas e aparelho de Estado, que Lenin lança a ofensiva "tayloriana". Este ponto de impacto é a rede ferroviária.

Na periferia do aparelho de Estado, no ponto de junção da produção, dos serviços, da administração, um certo número de setores encontram-se desorganizados ou constantemente ameaçados:

- a rede ferroviária,
- os transportes marítimos e fluviais,
- os correios,
- a imprensa.

Como técnicos da insurreição ("uma arte", diz Lenin), os bolcheviques têm experiência concreta desta interpenetração estreita, delicada, vulnerável, do Estado e de seus instrumentos materiais. Estão atentos, quase que por instinto, a tudo o que é comunicação, fluxo, circuito. Ora, é exatamente nesses setores de atividade, reunindo características da grande produção industrial moderna, dos serviços e da administração e onde os operários e os técnicos, desde o tempo do czarismo, já eram funcionários, ou pelo menos trabalhadores empregados pelo Estado, que as correntes sindicalis-

tas corporatistas, mencheviques ou mais raramente anarquistas, são mais poderosas. Estes trabalhadores são relativamente mais favorecidos que o proletariado da grande indústria capitalista e seus meios de pressão são mais importantes. Daí que surge uma tensão contraditória, entre o impulso mais determinado e mais organizado de setores de "autonomia operária" e as exigências dos pontos nevrálgicos do novo Estado em formação.

A questão da rede ferroviária se coloca de forma intensa, a partir da revolução de outubro. Desde o primeiro dia, o Vikjel ("Comitê executivo panrusso dos ferroviários") resolveu exercer deliberadamente uma pressão política, e ao mesmo tempo sindical, sobre o governo soviético — impondo-lhe, no dia seguinte da insurreição, a participação de ministros não bolcheviques. Esta organização agrupava operários, empregados e técnicos, o que era excepcional, para a época, na Rússia. Os mencheviques eram majoritários na direção.

No início de 1918, a rede ferroviária se encontrava extremamente desorganizada. Cada estação funcionava como uma pequena república independente, decidindo a passagem ou a parada de uma ou outra composição. Um relatório da época diz:

"Os regulamentos atuais garantem os salários dos operários. Um operário se apresenta para seu trabalho; faz o trabalho ou não o faz, conforme resolve. Não há ninguém que o possa controlar, porque os Comitês das oficinas de reparação são impotentes. Se o Comitê de oficina tenta exercer algum controle, é imediatamente dissolvido e elege-se um outro comitê." (Citado por Schapiro, *Os bolcheviques e a oposição*, Paris, 1957, p. 126.)

Esta situação concreta levará Lenin a preconizar, em março-abril de 1918, o pagamento por peças (ou proporcional aos resultados do trabalho), uma estrita disciplina e a responsabilidade pessoal de dirigentes, nomeados pelo Estado, representando o interesse da coletividade inteira, neste setor determinado.

A declaração da autonomia da rede ferroviária — e secundariamente, de outros setores de transportes ou de transmissões — leva a seu ponto de ruptura o esfrelamento da atividade econômica. Não se trata aí, exatamente, de produção específica (senão de reparações de locomotivas, de vagões ou a manutenção do material

e das vias férreas que se pode assimilar a uma produção). Os ferroviários não podem, como outros operários, negociar um conjunto limitado de produtos — têxteis, calçados, aço... — mas o quase monopólio de encaminhamento de que eles dispõem lhes permite determinar suas condições à fabricação desses produtos e seu escoamento. Este “controle” se estende aos produtos agrícolas colocados em circulação. *De maneira que, qualquer tentativa autogerencial, neste setor, se reveste, direta e espetacularmente, do aspecto absurdo de uma chantagem econômica de uma pequena minoria sobre a grande massa.* Isto é verdade igualmente, ainda que de modo menos crucial, no tocante a todos os outros componentes do sistema de escoamento e de comunicações: é o próprio excesso de seu poder que condena, aqui, o dobramento autogerencial.

Os ferroviários podem, efetivamente, ameaçar Petrogrado de estrangulamento, impedindo a passagem dos trens que transportam cereais e pode acontecer que eles o façam. Em período de fome, como no caso da primavera de 1918, a situação assim criada torna-se intolerável.

De fato, a partir do momento em que decidiu apresentar seus ultimatos e funcionar como *proprietário coletivo* das redes ferroviárias russas, o Vikjel confiscou, em proveito próprio, uma *função estatal*. É em nome e no interesse urgente dos outros componentes do proletariado e das massas populares que o poder dos soviets ataca este monopólio. Os bolcheviques, apoiando-se nos ferroviários de base, entre os quais contam maior número de partidários, criam de início uma organização rival do Vikjel, o Vikjedor. Isso, porém, não é suficiente. A anarquia continua. Há uma pausa, consequência da paz de Brest-Litovski e que permite haver uma concentração sobre as tarefas mais urgentes: luta contra a fome e levantamento das produções e atividades econômicas vitais. Os transportes são uma das chaves para esses objetivos. Lenin avalia a essência da contradição e assume a orientação de uma ofensiva da ditadura proletária contra as resistências desta fração de operários e de técnicos que, a seus olhos, usam na prática uma política de aristocracia ou de burguesia operária. *Lenin se decide a quebrar o “freio” da rede ferroviária.* Como atingir este objetivo? Submetendo o conjunto do processo de trabalho a uma *direção unificadora*. E, para que esta direção seja real e não apenas formal, será preciso que ela estabeleça *uma análise e um controle rigoroso das tarefas.*

Deverá fixar *normas* e contabilizar estritamente os trabalhos efetuados e as remunerações.

Reencontram-se aqui, assumidas por um poder proletário, as funções que Taylor definia, em sua ofensiva em proveito do capitalismo, contra o que ele chamava "o freio operário". Não é uma simples coincidência o fato de que, precisamente neste momento, na primavera de 18, Lenin fala, sistematicamente, do sistema Taylor, para preconizar sua adaptação. *A batalha para o funcionamento da rede ferroviária esboça, pela primeira vez, os traços do "taylorismo soviético"*.

Quebrando a autonomia operária que subsistia no processo de trabalho capitalista, Taylor tinha empreendido a expropriação dos monopólios e dos feudos operários, baseados no ofício. Pela lógica de Lenin, o proletariado expropria, de modo em parte análogo, uma fração dele próprio que se tornou autônoma, submetendo-a a uma direção estrita, até entrar em contradição com os interesses vitais da classe.

A 26 de março de 1918, um decreto do Sovnarkom dá ao comissariado do Povo para as Comunicações "poderes ditatoriais", para tudo o que concerne a rede ferroviária.

Este decreto provoca imediatamente críticas muito contundentes, de parte dos "comunistas de esquerda"¹, dirigidos por Boukharin, que acusam Lenin de quebrar a iniciativa operária na produção, introduzindo a disciplina do trabalho, a direção pessoal e o salário por peças. Naturalmente, o decreto é atacado também pelos mencheviques, porque atinge um de seus pontos fortes na classe operária.

Estas circunstâncias dão origem a um debate que proporciona a Lenin a ocasião de explicitar, em toda a sua nudez, a lógica de sua política de "disciplina do trabalho".

Na sessão de 29 de abril de 1918, do Comitê Executivo Central dos Sovietes, Lenin resume a situação, usando esta constatação, tão clara quanto intolerável: "(...) *O povo está esfomeado, no centro*

¹ O grupo dos "comunistas de esquerda" tinha-se formado em fevereiro-março de 1918, no interior do partido bolchevique, com base na oposição à assinatura de um tratado de paz com a Alemanha: os "comunistas de esquerda" preconizavam o "levantamento das massas" e a guerra revolucionária.

da Rússia, enquanto há trigo, mas seu transporte se torna difícil, pela desordem."

Os argumentos da oposição quebram-se contra esta evidência: é preciso encontrar, imediatamente, soluções concretas para lutar contra a fome e fazer com que os transportes voltem a seu funcionamento; os opositores discutem, no plano dos "princípios", e não propõem nenhuma saída concreta para a circunstância imediata:

"Os camaradas Bukharin e Martov repisam seu cavalo de batalha: o decreto da rede ferroviária, e lavam-se em água de rosas. Falam da ditadura de Napoleão III, Júlio Cesar, etc. Sem rede ferroviária, não só não se poderá mais falar de socialismo como também vamos morrer simplesmente de fome, tendo trigo ao lado.

O que é que se pode construir sem rede ferroviária?" (O.C., t. 27, p. 321.)

A guerra (contra a Alemanha), depois a fome, depois novamente a guerra: durante todos esses primeiros anos da Revolução, o problema da rede ferroviária permanece vital. *"Não se pode fazer guerra sem estradas de ferro"*, dirá Lenin. Trens de abastecimento e de combustíveis; transportes de tropas; trens do comando (o célebre trem blindado de Trotsky, verdadeiro estado-maior ambulante, em movimento constante nas diversas frentes da guerra civil). E também os trens de propaganda, com cinema, gráfica, vagões pintados com motivos revolucionários. Durante todo este período, as estradas de ferro são a circulação sanguínea, a inervação: *o Estado em movimento*. A fome e a guerra exigem que se reponha em movimento o Estado: a disciplina e a centralização se difundem através do mundo da produção, por este intermediário.

No fundo, desde março-abril de 1918, a questão central é exatamente esta: *Deve haver um Estado soviético?* E a oposição dos "comunistas de esquerda" não deixa de ter sua coerência: eles aceitam a "perda do poder dos soviets", no interesse da Revolução mundial. Em outras palavras, eles dizem abertamente que esperam melhor efeito de um martírio inatacável, no plano dos princípios, que de uma vitória conseguida ao preço de compromissos. "Coisa estranha e monstruosa" responde Lenin: se o poder dos soviets desaparece, perde-se alguma coisa de real e nada prova que isto há de acelerar o curso da Revolução mundial — o massacre

dos *communards** não teve efeito imediato, no sentido de encorajar as lutas de classes. . . Romper resolutamente com a tradição do martírio revolucionário, também é um dos aspectos essenciais da novidade do leninismo, no pensamento revolucionário do seu tempo; Victor Serge o faz notar, justamente a propósito da polêmica entre Lenin e Boukharin, em 1918:

“Alguns, entre os melhores revolucionários, deviam se sentir inclinados a continuar, por um sacrifício da fecundidade do que eles tinham razão de não duvidar, a tradição das derrotas heróicas do proletariado. Mas foi também uma das grandes virtudes de Lenin impor a ruptura com esta tradição.” (*L’An I de la Révolution Russe*, Paris, 1971, t. 1, p. 234.)

Duas lógicas se defrontam e a de Lenin implica uma reposição em movimento, a qualquer preço, da rede ferroviária e dos outros serviços vitais. O momento o exige e, seja como for, sustenta Lenin, é um passo adiante no sentido do socialismo que ele considera um funcionamento eficiente da “máquina econômica”, em proveito da coletividade.

“E, quando homens práticos, engenheiros, negociantes, etc. dizem que, se este poder conseguir, por pouco que seja, pôr ordem na rede ferroviária, eles concordarão que é um poder, esta apreciação é mais importante que tudo. *Porque a rede ferroviária é uma coisa capital*, uma das manifestações mais brilhantes da ligação entre a cidade e o campo, entre a agricultura e a indústria, ligação sobre a qual repousa integralmente o socialismo.” (*O.C.*, t. 27, p. 322.)

De fato, se, a partir do verão de 1918 e, depois, em 1919 e 1920, este estatuto de produção vital é estendido a todas as indústrias e regido pelo “comunismo de guerra”, a rede ferroviária há de permanecer como setor chave por excelência e daí *tenderá a funcionar como modelo e terreno de experiência privilegiado para a organização do trabalho*. Componente essencial da “cruzada contra

* *Communards*: militantes que participaram do movimento insurrecional, realizado em Paris, França, entre março e maio de 1871 e que se tornou conhecido, historicamente, como Comuna de Paris.

a fome" e do "exército do abastecimento" ela é objeto de múltiplas campanhas naquela ocasião e primeiro terreno das principais mudanças, em termos de política do trabalho. *Não é por acaso que, na rede ferroviária, aparecem os "sábados comunistas", em abril de 1919.* Desde janeiro de 1919, um apelo de Lenin faz prever, neste setor, um novo esforço de mobilização, na tentativa de ultrapassar a etapa do estímulo material. O artigo de Lenin, no *Pravda*, intitulado "Todos ao trabalho para o abastecimento e os transportes", já contém os temas do que serão os "sábados comunistas", alguns meses mais tarde:

"Milhões de *pouds* de trigo encontram-se já armazenados, na região oriental. É o mal estado dos transportes que os retém lá.

(...) Devemos estender todas as nossa forças, estimular, ainda e sempre, a energia das massas operárias. É preciso romper resolutamente com a rotina da vida habitual e do trabalho habitual (...). É preciso que nos atrelemos à *mobilização revolucionária* dos trabalhadores para o abastecimento e os transportes, *sem nos limitarmos* ao trabalho "de costume", mas ultrapassando seus limites (...)." (O.C., t. 28, p. 461-462.)

Ultrapassar os limites do trabalho habitual. Lenin apela para um grande *movimento ideológico*, contra a fome e esgotamento: "Devemos nos sacudir", diz ele no mesmo texto. E a mobilização geral civil, nas tarefas vitais do momento, já deixa entrever os traços das duas tendências contraditórias e complementares que se vão esboçar, pouco depois: o voluntariado dos "sábados comunistas" e a "militarização do trabalho", tornado "obrigatório". Lenin apela aos trabalhadores para que reflitam sobre questões, em todos setores da produção e da administração, visando a um reagrupamento refletido (voluntário se possível, obrigatório se necessário) da força de trabalho:

"Que podemos nós fazer para estender e fortalecer a cruzada de todo o país contra a fome? (...)

Não poderemos substituir o trabalho dos homens pelo das mulheres e designar cada vez mais homens para os trabalhos mais pesados dos transportes e do abastecimento?

Não podemos enviar comissários para as oficinas de reparação de locomotivas e vagões?

(...) Scrá que não devemos escolher, em nosso meio, em nosso grupo, em nossa fábrica, etc., um homem em cada dez, ou em cada cinco, e enviá-lo para o exército do abastecimento ou para um trabalho mais difícil e mais penoso, nas oficinas das redes ferroviárias, do que a sua ocupação habitual?" (O.C., t. 28, p. 462.)

E, mais adiante, esta conclusão que resume o sentido geral do artigo: *"Podem-se salvar milhões e dezenas de milhões de homens da fome e do tifo."* A tentativa que Lenin esboça aqui é muito importante, no sentido em que ela toca na questão dos estimulantes que já tinham sido objeto de debates acalorados, na primavera de 1918: a solução dos estímulos materiais, tentado neste momento é, pouco depois, perturbada e esvaziada em seu conteúdo, pelas condições do comunismo de guerra (particularmente pela inflação e a depreciação rápida da moeda, como também pelas quantidades extremamente reduzidas dos bens de consumo disponíveis para remunerar o trabalho) e o caminho fica aberto para dois tipos de estímulo que hão de marcar este período: voluntariado e coerção — já que o estrito interesse, imediato, material, passa a desempenhar papel secundário.

Assim como o ano de 1919 foi marcado pelo aparecimento dos "sábados comunistas", o de 1920 o foi pelas tentativas de "militarização do trabalho". E, ainda desta vez, a ofensiva começa na rede ferroviária. A 20 de maio de 1920, Trotsky, encarregado de reorganizar os transportes — sempre em estado desastroso, o que significa, entre outras coisas, que os "sábados comunistas" só têm resultado limitado —, lança sua famosa "ordem 1042", plano de restauração, em cinco anos, do parque de locomotivas para todo o país e primeira experiência prática de planificação em grande escala. Mas é sobretudo o método administrativo, posto em prática para o fortalecimento da "disciplina do trabalho", que marca este período. Em setembro de 1920, Trotsky cria o Tsektran (Comissão Central de Transportes) pela fusão forçada do comissariado dos Transportes, dos sindicatos de ferroviários e dos "departamentos políticos" do Partido na rede ferroviária. Com apoio nesta política,

ele irá desenvolver, no fim de 1920, suas teses sobre a questão sindical: absorção dos sindicatos pelo aparelho de Estado, "militarização do trabalho"¹.

A experiência do Tsektran e da ordem 1042 tornou-se um exemplo típico de concepção autoritária da planificação e assim ressurgirá, por ocasião dos debates da NEP².

É igualmente nos transportes e por iniciativa de Trotsky que aparecem, em 1920, os "udarniki", "trabalhadores de choque" (termo emprestado da terminologia militar: "tropas de choque"), equipes de trabalhadores que conseguiram realizar tarefas particularmente urgentes ou difíceis.

Assim, os três primeiros anos da Revolução russa vêem, a cada primavera, reaparecer, de forma acentuada, a questão da rede ferroviária; é um verdadeiro ciclo que faz com que, periodicamente, se iniciem novas tentativas em matéria de organização do trabalho, a partir deste setor:

— 26 de março de 1918: decreto da rede ferroviária ("poderes ditatoriais" do comissariado dos Transportes e primeira aplicação da "direção individual");

— 12 de abril-10 de maio de 1919: primeiros "sábados comunistas", na linha Moscou-Kazan;

¹ Trotsky se apóia, igualmente, na efêmera experiência dos "exércitos do trabalho", constituídos na ocasião da primeira desmobilização de uma parte do Exército Vermelho, no início de 1920: em 15 de janeiro de 1920, um decreto transformava o terceiro exército do Ural em "primeiro exército revolucionário do trabalho". (Ver Carr, *op. cit.*, t. 2, p. 218.) Pouco depois, o exército de reserva de Kazan foi transformado em "segundo exército revolucionário do trabalho" e designado para a linha das estradas de ferro Moscou-Kazan. (Cf. W. H. Chamberlin, *The Russian Revolution*, t. 2, p. 295.)

"Os comandantes dos exércitos do trabalho apresentavam seus relatórios sobre o trabalho feito, no estilo militar habitual. Tudo foi posto em prática para dar a esses exércitos um estilo atraente e romântico; (...) às vezes, até se providenciavam bandas tocando marchas, na ida e na volta para o trabalho. Mas os resultados não corresponderam às expectativas. A organização militar revelou-se inadequada, mesmo para simples tarefas não qualificadas." (Chamberlin, *ibid.*)

² Lenin sustentou a reorganização autoritária da rede ferroviária. Mas, desde o fim de 1920, ele critica as teses de Trotsky sobre a incorporação de sindicatos ao aparelho de Estado, ao mesmo tempo que combate a "Oposição operária" que propõe confiar a gestão das empresas aos sindicatos.

— 20 de maio de 1920: "ordem 1042" — plano de reparação do material ferroviário.

Esta periodicidade, correspondente às estações, não é obra do acaso: ela mostra até que ponto o problema da organização do trabalho está, no calor deste período, ligada antes de mais nada, aos mais elementares problemas da *sobrevivência* — o encaminhamento dos víveres e também dos combustíveis. A primavera é a época da "preparação", o período em que se prepara a safra e sua colheita, o início de uma nova campanha de requisições. É, portanto, naturalmente, um momento de forte tensão no setor dos transportes¹.

De certo modo, os ferroviários assim como os camponeses são os sacrificados, no encarniçamento da "*cruzada do trigo*".

Diz-se que os primeiros anos de desenvolvimento do indivíduo são decisivos: aquisição de reflexos, capacidades psicomotoras, especialização. Um certo número de coisas fica nitidamente definida na criança desde os dois anos de idade.

Assim também, a dupla coerção da guerra e da fome, ao mesmo tempo, forjou e deformou a República soviética, desde seus primeiros anos.

É um fato carregado de conseqüências que a rede ferroviária, que se tornou para os bolcheviques, dadas as circunstâncias, uma verdadeira obsessão, tenha servido de *terreno privilegiado para as experiências de organização do trabalho* e, freqüentemente, de termo implícito de referência, sempre que se tratava do processo de trabalho. Consideremos, um instante, as características deste setor.

Se é fato que existe uma atividade devendo, por sua própria natureza, funcionar como um *mecanismo único*, perfeitamente regu-

¹ Sobredeterminação e conjunção das tempestades: a tensão na rede ferroviária coincide, muitas vezes, também, com momentos de crise no desenrolar das operações militares. Os "sábados comunistas", de abril de 1919, têm como primeiro objetivo declarado fazer face à ofensiva de Koltchak. A criação do Tsektran, em fim de agosto-início de setembro de 1920, intervém no momento em que o Exército Vermelho sofre sérias derrotas para as tropas polonesas (tomada de Brest-Litovski, em 19 de agosto de 1920; de Bialystok, em 23 de agosto; derrota da cavalaria de Boudienny em Zamoste, em 27 de agosto) ao mesmo tempo em que recomeçam as operações de guerra civil lançadas pelo barão Wrangel.

lado, estandardizado e unificado, através de todo o país, é sem dúvida a rede ferroviária.

Pode-se, em numerosos setores da produção industrial, considerar uma seleção entre pequenas, médias ou grandes unidades de produção — e, freqüentemente, as etapas do desenvolvimento econômico fornecem, a esse respeito, uma espécie de mosaico. É possível imaginar relações mais ou menos flexíveis, entre as diversas unidades. Pode-se imaginar que cada uma encontre seus métodos e seu ritmo próprio de funcionamento. Nada disso é concebível na rede ferroviária.

Além disso, a rede ferroviária se presta, de modo excepcionalmente favorável, à *normalização* do material e das tarefas: os tipos de material são muito limitados (essencialmente, locomotivas e, depois, vagões e vias férreas) e os reparos e trabalhos de manutenção, de modo essencial, são os mesmos, de um extremo ao outro do país.

Horários precisos, regularidade, manobras, coordenação... Trabalho em contínuo, repetição dos mesmos trajetos e das mesmas paradas... É exatamente isso, o “mecanismo de relojoaria” a que Lenin se refere, em as *Tarefas imediatas do poder dos soviets*.

A essas características técnicas vêm se juntar as especificações políticas e sociais da batalha da rede ferroviária russa. Ponto ao mesmo tempo vital e sensível, condição de sobrevivência para a população inteira, ela é também o feudo de correntes sindicalistas e políticas antibolcheviques. Fica evidente que *organizar a rede ferroviária é também quebrar a resistência sistemática de uma parte de seu pessoal*. Aí, como nos campos, a extrema penúria da primavera de 1918 determina a concretização de métodos administrativos e expeditivos.

Condições especialmente particulares: a ideologia soviética da organização do trabalho e da “disciplina do trabalho” ficou, por muito tempo, marcada pelo período de crise dos primeiros anos e pelos modelos que daí surgiram. E é assim que, no grande período de ofensiva industrial do 1.º Plano quinquenal, Stalin dirá, em um discurso aos dirigentes da indústria, a 23 de junho de 1931:

“Vocês sabem qual foi a consequência da ausência de responsabilidade pessoal na rede ferroviária. O mesmo resultado deu-se na indústria. Conseguimos remediar os efeitos da ausência de respon-

sabilidade na rede ferroviária e melhorar seu trabalho. Devemos fazer o mesmo na indústria, a fim de elevar seu trabalho a um grau superior." (*Les questions du léninisme*, Ed. Sociales, Paris, 1947, t. 2, p. 47.)

Sempre a lembrança da rede ferroviária, que funciona como referência central, desde 1918. Foi dela que o "taylorismo soviético" tirou seus traços essenciais.

O cineasta Dziga Vertov foi um dos mais ativos criadores e propagandistas de uma visão soviética do mundo e, em particular, de uma visão soviética do trabalho produtivo. Vejamos seu *Projeto de cenário, destinado a uma filmagem, durante a tournée do trem de propaganda "o Cáucaso soviético"*.

Passa-se durante a guerra civil:

"Nádia vem lhe contar uma novidade: "nosso trem parte para o Cáucaso." Ogarev quer fazer parte da viagem (...).

O trabalho nos poços de petróleo de Grozny liberado (mostrar o ritmo rápido do trabalho; os homens, os trabalhadores que crêem ardentemente na utilidade e na necessidade de seu trabalho). O oleoduto é reparado. Carrega-se o petróleo. Os comboios de mercadorias (...).

Anuncia-se, nos poços, a chegada do trem de propaganda que vem do centro. O comissário propõe que se receba "o Cáucaso soviético" dobrando os esforços. Os operários fazem sua esta proposta." (Dziga Vertov, *Articles, journaux, projets*, Paris, 1972, p. 371-372.)

É evidente que o trem funciona, aqui, como símbolo do movimento: sua vinda desencadeia uma aceleração geral de todos os circuitos e ritmos de produção, um "redobramento de esforços", diz Vertov. Portador de um impulso político, ele põe em movimento outros trens, comboios de mercadorias, de combustíveis, marca o compasso de toda a atividade produtiva da coletividade operária local e, em seguida, nacional. De fato, imediatamente depois da descrição da chegada do trem e do comício que o recebe, o cenário de Vertov mostra uma enumeração concisa de imagens breves que se sucedem num ritmo intenso — o próprio ritmo do trabalho. Na concepção de Vertov, esta demonstração cinematográfica entre-

cortada, arquejante, é investida de uma função fundamental: *ela educa o olho do espectador*, lhe impõe novos reflexos de visão e novos modos de associação que ela produz de modo sistemático. Afastando o intermediário dos modos tradicionais de expressão e da linguagem habitual, esse “bombardeio” garante “fluxos de pensamento”. A partir de 1918, os textos de Dziga Vertov entregam ao cinema a tarefa de fabricar “cientificamente” uma ideologia nova, por meio de associações sistemáticas de idéias e de imagens. Seus cenários são um testemunho extraordinariamente precioso: instrumentos de laboratório, destinados a produzir um “pensamento das massas”, eles evidenciam aquilo que, em outras manifestações da ideologia soviética da mesma época, é deixado implícito — uma articulação, uma temática, um conjunto de imagens de base. No cenário do “Cáucaso soviético”, a imagem que segue a chegada do trem, na região petrolífera, estabelece uma relação íntima, entre atividades de transporte e gestos produtivos, trem e trabalho, movimento e matéria, velocidade e eficiência. É oportuno reproduzir esta longa citação visual:

“Apoteose: a poesia do trabalho em movimento.

(...) Os operários dos poços de petróleo em seu posto de trabalho.
O oleoduto é reparado.

A ponte da via férrea é reparada.

A via férrea também.

(...)

As cisternas de petróleo desfilam num cortejo sem fim.

Os barcos petrolíferos.

Em plano maior: um motor de combustão interna gira.

Um camponês lubrifica, com petróleo, o eixo de uma roda.

Um ferroviário encarregado da lubrificação.

Os trens partem em busca do petróleo.

(...)

Um operário dando uma martelada.

Um camponês atrás de seu arado.

Um entalhador de pedra.

Um maquinista, na frente de sua locomotiva.

Um mineiro trabalhando em seu ofício.

As serras da serraria cortando freneticamente as achas negras e molhadas.

As rodas de um trem girando.

Os eixos da locomotiva, em movimento.

A locomotiva (correndo, a todo vapor, em direção à câmara.)

Os trilhos que correm.

A circulação desenfreada dos veículos, motocicletas, bondes, no centro de uma grande cidade.

O martelo batendo, em cadência, o ferro em brasa.

As chaminés das fábricas e usinas expelindo fumaça que se eleva, no horizonte, a perder de vista. (...)

(Dziga Vertov, *Ibid.*, p. 372-373.)

O que dizem essas imagens? De início, que o trabalho é um fluxo de comunicação regular, ininterrupto: as atividades produtivas são estreitamente interdependentes — extração, transporte de combustível, primeira transformação da madeira, do aço... Mas dizem também que uma “análise visual” (e é, explicitamente, a intenção de Dziga Vertov realizar uma análise assim) pode decompor o trabalho em *elementos simples*, idênticos, num processo de trabalho como em outro. Filmemos um ferreiro, um mineiro, um lenhador: escolhendo uma fração adequada do trabalho de cada um, conseguiremos captar o *mesmo* movimento. Um trabalhador, focalizado num curto instante, está segurando um objeto, ou batendo em alguma coisa, ou puxando alguma coisa, ou exercendo uma pressão... A gama dos gestos elementares é limitada.

Dziga Vertov tira um excelente partido desta redução ao elemento simples, tanto no que diz respeito ao homem, quanto aos objetos (sempre apresentados em movimento). *Um camponês lubrifica um eixo de roda; um ferroviário lubrifica um eixo de locomotiva: é o mesmo gesto.* Da mesma maneira, poder-se-á focalizar o maquinista e o mineiro, em posição idêntica. Um homem dá uma martelada: a imagem evoca milhões de marteladas idênticas que são dadas no mesmo momento. As serras mecânicas cortam achas, as rodas do trem correm sobre os trilhos: mesmo movimento.

A câmara filma “trabalho”, mas indiferenciado: ela não registra um trabalho concreto, determinado. *Este modo de proceder não*

visa, evidentemente, a restituir uma lógica e uma complexidade própria de cada processo de trabalho: ao contrário, ele o quebra, o esmigalha até extrair dele uma poeira quase homogênea, de ínfimos elementos; a lógica é a do conjunto e se liberta da simultaneidade.

Esta decomposição extrema do trabalho, esta tentativa para focalizar sua unidade última e o princípio de normalização — gesto simples, fração de movimento, atividade tipo —, *não será uma orientação idêntica à de Taylor?*

E, na verdade, como dar outro qualificativo que não seja ultratayloriana à ideologia que inspira o *Manifesto dos Kinoks* (grupo de cineastas de Dziga Vertov), publicado em 1922:

“O ‘psicológico’ impede o homem de ser tão preciso quanto um cronômetro; entrava sua aspiração a se aparentar a uma máquina.

(...) A incapacidade dos homens, para saber se conduzir, nos envergonha diante das máquinas; mas, o que se pode fazer, já que os modos infalíveis da eletricidade nos tocam mais fundo que o atropelo desordenado dos homens ativos e a moleza corruptora dos homens passivos.

(...) Iremos, pela poesia da máquina, do cidadão indolente ao homem elétrico perfeito.

(...) O *homem novo*, liberado de seu desajeitamento e da inépcia, e que terá os movimentos precisos e ligeiros da máquina, será o nobre protagonista dos filmes.

Caminhamos, de cabeça erguida, para o reconhecimento do ritmo da máquina e das maravilhas do trabalho mecânico.

(...) A cinematografia, que está com os nervos à flor da pele, tem necessidade de um sistema rigoroso de movimento precisos.” (Dziga Vertov, *Op. cit.*, p. 16-18.)

1922: ano da publicação do *Camponês russo*, de Máximo Gorki. Diferentes, no seu objeto e no seu estilo, os dois textos têm a mesma força de testemunho do estado de espírito — os estados de espírito — da época. O *Manifesto dos Kinoks*, assim como o livro de Gorki, é publicado no momento em que a União Soviética se instala na NEP, em que Lenin vive seus últimos meses de atividade política, em que uma sociedade, provisoriamente estabilizada, emerge do turbilhão da guerra e da revolução.

O apelo exaltado de Dziga Vertov não tem nada de um texto oficial¹. Grande admirador de Maiakovski, aproximando-se frequentemente dos "futuristas" — e assimilando-se a eles em várias polémicas —, Vertov exprime *espontaneamente* as aspirações e enfoque de toda uma corrente de pensamento e de percepção, gerados pela guerra civil².

Este fragmento bruto e incandescente de ideologia mostra uma concepção do trabalho produtivo e do "homem novo", exatamente como ela acaba de brotar das próprias condições do nascimento da União Soviética — concepção que há de ressurgir, com força, na época do primeiro quinquênio... e que há de produzir também, mais tarde, acúmulos de estereótipos! E, indo além da diferença dos temperamentos e dos modos de expressão, encontram-se neste texto de Vertov temas que são também os de Lenin, quando ele descreve o "mecanismo perfeito" da grande produção industrial "moderna" e faz apelo para que se rompa com a "*moleza russa*". . .

Mas ainda se pode notar mais a aproximação. O extremismo "tayloriano" de Dziga Vertov atinge o ponto em que ele se inverte — dialeticamente. E a visão do cineasta encontra, ainda aqui, a busca do homem de Estado, tal como era considerada em 1918: a esperança de um taylorismo que seria possuído pelas massas.

Taylor quer simplificar o trabalho mas, também, arrancar-lhe a *visão de conjunto*, de cada operário, para reservar sua exclusividade à direção (capitalista) do processo de trabalho.

¹ Dziga Vertov, por diversas vezes, tem conflitos com o conservadorismo dos meios artísticos cujo ressentimento ele provoca, por sua negativa intransigente em fazer "cinema representado": a narrativa detalhada de seus atritos com a administração cinematográfica soviética e as críticas de cinema podem ser encontradas em seus "diários".

² Vertov sempre insistiu sobre o papel do período da guerra civil, no surgimento e no estilo de cinema soviético. Em 1939, dirigindo-se a uma assembléia de cineastas, reunidos para comemorar o vigésimo aniversário do cinema soviético, ele insiste veementemente: "Há alguma coisa que me parece estranha e incompreensível. Por que motivo a época da guerra civil permanece ausente das recordações de vocês? E, no entanto, não é neste época que foi gerado, em meio a bem-aventuradas dores, um setor muito importante da cinematografia soviética? Não foi a partir de 1918, que nós aprendemos a cine-escritura, quero dizer, a arte de escrever com uma câmara?" (*Op. cit.*, p. 196.)

Ora, é exatamente o contrário que Dziga Vertov espera realizar, por meio da simplificação visual das operações de trabalho: *entregar a cada trabalhador a visão do conjunto, mostrar, ao metalúrgico, o que o camponês faz; ao ferroviário, os gestos do mineiro.*

Aqui, o cinema é posto a serviço de um vasto ideal de *transparência do sistema produtivo*; ele se torna uma ligação direta entre os produtores. É o que Dziga Vertov explica, num texto de 1925 ("Kinopravda e Radiopravda"):

"O operário têxtil deve ver o operário de uma fábrica de construção mecânica ocupado em fabricar uma máquina, necessária ao operário têxtil. O operário da fábrica de construção mecânica deve ver o mineiro, que fornece à fábrica o combustível necessário, o carvão. O mineiro deve ver o camponês que produz o trigo que lhe é necessário.

Todos os trabalhadores devem se ver, mutuamente, para que se estabeleça, entre eles, um laço estreito e indestrutível." (*Op. cit.*, p. 77.)

Este ideal de transparência é exatamente o que Lenin exprimia: no fundo, para Lenin, a coletivização do processo de trabalho não se baseia, essencialmente, em uma nova distribuição dos escalões de decisão (pode-se acomodar, se as circunstâncias o exigirem, às decisões autoritárias) mas na transparência do trabalho, sua "publicidade".

Vê-se, claramente, as manifestações a esse respeito, nos primeiros esboços de planificação, no correr do ano de 1920.

No final do ano de 1920, a *eletricidade* irá render em seu posto a rede ferroviária; ou melhor, vai a ela se sobrepor, para *condensar a ideologia produtiva*. Pontos comuns evidentes: fluxos regulares, através de todo o país, possibilidade de normalização e de simultaneidade dos impulsos. Além disso, num e noutro caso, não há produção direta de objetos, mas um serviço permanente que deve ser fornecido a todas as formas de produção. Uma imensa máquina, *simples em seu princípio*, é posta à disposição das massas para suas diversas atividades produtivas. Mas, da máquina ferroviária à máquina elétrica, há um salto qualitativo, no sentido da regularidade, da continuidade e, também, da simplicidade e da homogeneidade.

A rede ferroviária transporta o trigo que alimenta a energia humana e o combustível (madeira, carvão, turfa, petróleo) que fornece energia para as máquinas: este funcionamento, por entrega de produtos, não pode ser perfeitamente contínuo. A eletricidade é que permite uma *difusão regular* da energia, através de todo o território, sob forma diretamente utilizável, homogênea, perfeitamente mensurável.

Conotação suplementar: a luz.

Em dezembro de 1920, o Plano de Eletrificação (GOELRO) é apresentado ao VIII Congresso dos soviets. Na vasta sala gelada do teatro Bolchoi, onde se realiza o Congresso, os delegados de toda a Rússia, encapotados, se defendem, como podem, do frio. Mas, na cena, à medida que Krjijanovski expõe os projetos de centrais elétricas, de linhas, de alimentação em termos de energia da agricultura e da indústria (a própria indústria, em grande parte, ainda em projeto), um imenso mapa elétrico se acende, lâmpada após lâmpada, desenhando os contornos de uma Rússia nova, imaginada para alguns dez anos mais tarde. . .

Simultaneidade, publicidade, luz: uma energia igual, difundida para todos, conhecida e dominada por todos, unificando o sistema de produção do país inteiro, era esse, então, um dos componentes essenciais do ideal produtivo.

Lenin, neste mesmo VIII Congresso:

“Tive ocasião, recentemente, de assistir a uma festa camponesa, numa localidade retirada da província de Moscou, no distrito de Volokalamsk, onde os camponeses dispõem de iluminação elétrica. (...) Um camponês se apresenta e faz um discurso, para se congratular por este novo acontecimento da vida dos camponeses. Ele dizia: Vivíamos na obscuridade, nós, os camponeses, e eis que, agora, temos a luz, “uma luz não natural que irá dissipar nossa obscuridade camponesa” (...). Para a massa dos camponeses, sem partido, a luz elétrica é uma luz “não natural” mas, o que não é natural, para nós, é que, durante centenas, milhares de anos, os camponeses e os operários tenham podido viver nesta obscuridade, na miséria, escravizados aos proprietários territoriais e aos capitalistas. Já vai tarde o momento de nos livrarmos de semelhante obscuridade. É preciso, portanto, conseguir neste momento que cada

estação elétrica que tenhamos construído sirva, efetivamente, de base para a instrução; que ela se ocupe, por assim dizer, da instrução elétrica das massas.” (O.C., t. 31, p. 538-539.)

“A instrução elétrica das massas”: esta energia nova, à disposição de todos, Lenin a concebe como um centro de atração, a partir do qual será difundido, nas grandes massas, um saber técnico “moderno”. Lenin retornará, muitas vezes, a este ponto: *quebrar o mistério que envolve a técnica, aos olhos das massas*. Para elas, a técnica não é “natural”: é necessário que ela se torne natural. A difusão maciça dos conhecimentos científicos e técnicos é, aos olhos de Lenin, muito mais decisiva, para uma utilização democrática do sistema produtivo do que a transformação dos escalões e processos de decisão. *Ideal último*: uma imensa máquina produtiva, unificada, cujo domínio o povo possa igualmente conseguir, dispondo do poder de Estado e por seus próprios conhecimentos. Lenin torna esta idéia explícita, nessa mesma época, em uma conferência do Partido Comunista de Moscou (21 de novembro de 1920):

“(. . .) O sucesso econômico só poderá (ser garantido) no dia em que o Estado proletário russo tenha efetivamente concentrado em suas mãos *todas as engrenagens de uma grande máquina industrial*, construída sobre as bases da técnica moderna. Isso, portanto, quer dizer: eletrificação; mas, então, é preciso *conhecer as condições essenciais da aplicação da eletricidade e, por conseguinte, a indústria e a agricultura.*” (*Ibid.*, p. 436.)

Daí a célebre fórmula: “O comunismo é o poder dos soviets mais a eletrificação de todo o país.” (*Ibid.*, p. 435.)

Para além das exigências imediatas do crescimento industrial aparece, aqui, a esperança de Lenin, de uma transformação profunda do estado de espírito das massas. A eletrificação será o pólo da revolução técnica, no povo. Notas de Lenin, escritas em fevereiro de 1921, confirmam essa orientação. Sob o título *Importância da eletrificação*, Lenin indica:

“3. Centralização ao máximo.

4. Comunismo = poder dos soviets + eletrificação.

5. Plano geral e único: *centralização da atenção e das forças do povo.*" (O.C., t. 42, p. 286.)

O Plano de eletrificação reunirá "*a atenção e as forças do povo*"; sua função ideológica é essencial; Lenin enumera alguns meios concretos de concretizá-la, na segunda parte da nota intitulada *Para a eletrificação*:

"2) Mobilização das forças técnicas.

Reunir as forças eletrotécnicas e operárias.

Utilizar as centrais.

Agitação e propaganda.

Ensino dos conhecimentos teóricos e práticos sobre a eletricidade." (Ibid., p. 287.)

Graças às características da eletricidade e ao aspecto ao mesmo tempo espetacular e diretamente eficaz de suas realizações, o Plano da eletrificação parece, então, para Lenin, particularmente bem colocado para condensar o objetivo de uma *transparência do sistema produtivo*. Este objetivo a longo prazo é, para ele, central, incluindo o ponto de vista da extinção das formas transitórias da coerção e da emergência de um "*trabalho comunista*". Lenin se refere a isso, concretamente, várias vezes, e é possível reconstituir a ordem implícita das razões que se esboça através de numerosos textos seus.

A ciência e a técnica, largamente dominadas pelas massas, estenderiam o campo das evidências, estabelecendo-se, cada vez mais facilmente, um consenso sobre aquilo que é *racional*, na ordem da produção e do trabalho. Como a motivação do serviço comum seria interiorizada e assimilada, a ponto de se tornar insensível, *o duplo jogo da evidência racional das tarefas e do hábito de executá-las sem constrangimento reduziria o lugar e a importância da decisão propriamente dita.*

O trabalho produtivo, em todos os seus aspectos — concepção e execução — tornar-se-ia, assim, no final de um longo processo, uma atividade natural e espontânea, como as atividades instintivas dos animais ou, no que diz respeito ao homem, a respiração; com esta diferença que todos os aspectos dessas atividades seriam perfeitamente conhecidos dos executantes.

Nota-se o aparecimento do tema do "hábito", muitas vezes, a propósito do "trabalho comunista".

As descrições dos "sábados comunistas", que Lenin apresenta, mostram que ele dá mais importância a este processo de transformação ideológica e à aquisição de *hábitos novos* pelos agentes do processo de trabalho do que à transformação dos modos de decisão e da distribuição da tarefas, na própria estrutura do processo de trabalho.

CAPÍTULO QUINTO

Os “sábados comunistas”

“A dialética materialista considera que as causas externas constituem a condição das mudanças; que as causas internas são sua base (...) O ovo, que recebeu uma quantidade apropriada de calor, transforma-se em pinto; mas o calor não pode transformar uma pedra em pinto, porque suas bases são diferentes.”

Mao Tse Tung, *Da Contradição*

I. CAUSAS E LIMITES EXTERNOS

Em junho de 1919, Lenin descreve, pela primeira vez, o aparecimento, na União Soviética, de formas de trabalho “comunista”. O texto *A Grande Iniciativa*¹, consagrado aos “sábados comunistas” é, quanto a este ponto, um testemunho precioso, essencial; Lenin reproduz aí descrições concretas de “trabalho comunista” publicadas na imprensa soviética; ele torna explícita, assim, a determinação “comunista” aplicada ao trabalho, o que permite compreender, com base em exemplos concretos, seu alcance e seus limites. Voltaremos a comentar este texto, para analisá-lo detalhadamente.

Várias vezes, no correr do ano de 1919 e no início de 1920, Lenin aponta os “sábados comunistas” como o germe do trabalho comunista, na sociedade em transição. Mas, no correr do ano de 1920, um outro tema é mais acentuado: o trabalho obrigatório e a

¹ 28 de junho de 1919, O. C., t. 29, p. 415-438.

disciplina coercitiva. Lenin, aliás, não opõe uma coisa à outra; apresenta-as como fatores complementares. Entretanto, o conteúdo ideológico de cada um é diferente. Veremos, além disso, que em maio-junho de 1920, as formulações de *A doença infantil*... sobre a divisão e a organização de trabalho parecem contradizer — pelo menos até um certo ponto —, aquela de *A grande iniciativa* de um ano antes.

Mais tarde, os sábados comunistas, embora conservando seu lugar no sistema ideológico soviético, deixarão de desempenhar o papel imaginado de início, uma alavanca para a transformação em grande escala da natureza do trabalho produtivo. Não atuarão, de maneira profunda, no modo de organização do trabalho industrial¹.

Esta fragilidade, estes eclipses — que prenunciam um fim decepcionante — são produto, de um lado, de uma hesitação teórica e ideológica e, de outro, de uma situação concreta extremamente movediça e instável, característica do “comunismo de guerra”. Embora pareça paradoxal, os princípios de organização do trabalho ficam seriamente perturbados pelas reviravoltas da situação militar, *que transformam a composição social da Rússia Soviética, modificando a extensão e a natureza das populações controladas pelo exército*. Com alguns meses de diferença, a política econômica do poder soviético aplica-se a territórios e populações variáveis: como se admirar que ela própria varie?

O paradoxo é que as vitórias militares, englobando vastos territórios, principalmente no campo e onde o peso da burguesia rural se faz sentir mais acentuadamente, aumentem os perigos inerentes à estrutura social interna. A ameaça exterior, provisoriamente afastada, é substituída por (ou toma a forma de) uma ameaça interior. Apresentando, de modo inverso, uma proposição que,

¹ Carlos Bettelheim faz notar, muito justamente, que os “sábados comunistas”, que ainda existem hoje na União Soviética, são um rito obrigatório que torna possível arrancar trabalho suplementar dos trabalhadores. (*Op. cit.*, Paris, 1974, p. 181.) Ele também faz notar que, a partir do fim da guerra civil, o trabalho comunista se enfraquece, porque entra em contradição com as relações sociais de conjunto, então existentes. Bettelheim constata que o “trabalho comunista” permaneceu marginal em relação ao processo de produção industrial, cuja organização do modo de divisão ele não chega a atingir.

muitas vezes, será usada na época de Stalin: "Quanto melhor forem as coisas, pior será"¹.

Na primavera de 1919, os "sábados comunistas" aparecem em uma Rússia Soviética com território relativamente reduzido² e onde o peso numérico do proletariado é, portanto, mais importante — apesar de sua dispersão em numerosas atividades militares e estatais ser um obstáculo local. É de uma extrema tensão de todas as forças proletárias cercadas que brota este voluntariado do trabalho, criado inicialmente para deter Koltchak.

Na primavera de 1920, o trabalho obrigatório e uma versão mais coercitiva da disciplina produtiva passam para o primeiro plano: o problema é que o território soviético se estendeu consideravelmente e que sua composição social se encontra, por isso, modificada, em detrimento dos operários e antigos operários. O discurso de Lenin, no III Congresso dos Sindicatos (7 de abril de 1920), aborda justamente a questão da "disciplina do trabalho" e da "direção pessoal" sob este ângulo, insistindo, acentuadamente, sobre a ligação entre as proporções "estatísticas" da população controlada e as tarefas em matéria de organização do trabalho:

"É mais difícil, para nós, administrar o país justamente devido a nossas vitórias (...). Quando falamos em ditadura, não é por um capricho de centralizadores. As regiões que retomamos estenderam consideravelmente o território da Rússia Soviética. Vencemos a Sibéria, o Don, o Kuvan. O proletariado, lá, representa apenas uma

¹ Carr faz notar a contradição, sem entretanto explicá-la: "A mobilização do trabalho atinge sua maior intensidade nos primeiros meses de 1920 — no momento em que, graças à derrota de Denikin e Koltchak, é afastada a urgência aguda (*acute emergency*) que a fizera necessária." *Op. cit.*, t. 2, p. 213.)

² Em abril-maio de 1919, a ofensiva de Koltchak; depois, no verão de 1919, a de Denikin arrancam, provisoriamente, vastas superfícies da República Soviética.

"No meio do mês de abril de 1919, a tensão na frente leste tinha chegado ao ponto culminante. As tropas de Koltchak, na ocasião do ataque de primavera, tinham se apossado de um território de 300.000 Km². Era, mais ou menos, o equivalente a um país europeu como a Itália. Os guardas brancos se aproximavam do Volga. Uma centena de quilômetros separavam seus destacamentos da vanguarda de Kazan, Simbirsk, Samara." Nesta época é que apareceram os "sábados comunistas", exatamente na linha Kazan-Moscú, diretamente ameaçada e quase em contato com o inimigo. (*Histoire de la société soviétique*, Moscou, 1972, p. 91-92.)

percentagem ínfima da população, menor que entre nós. Nosso dever é ir, direto, ao operário e dizer-lhe, francamente, que a situação se complicou. É preciso que aumente a disciplina, a direção pessoal e a ditadura.

(...) A anexação de territórios povoados de camponeses e de kulaks impõe uma nova tensão das forças do proletariado." (O.C., t. 30, p. 527-528.)

É nesta época (primavera de 1920, mas um pouco mais tarde: maio-junho) que Lenin escreve *A doença infantil do comunismo*, o *esquerdismo*. Aí se nota a marca da mesma reviravolta, ao ponto que suas formulações, rejeitando veementemente qualquer tentativa utópica em matéria de organização do trabalho, podem parecer contraditórias em relação às aberturas de *A grande iniciativa*¹.

¹ — *A Grande Iniciativa*:

"A organização comunista do trabalho social, cujo primeiro passo é o socialismo, repousa e repousará, cada vez mais, sobre a disciplina consciente e livremente consentida dos próprios trabalhadores (...)" (t. 29, p. 424).

"Os sábados comunistas são infinitamente preciosos, considerados como início efetivo do comunismo" (t. 29, p. 431).

— *A Doença Infantil*...

"Por intermédio destes sindicatos de indústria, será suprimida, mais tarde, a divisão do trabalho entre os homens; passar-se-á à educação, à instrução e à formação de *homens universalmente desenvolvidos, universalmente preparados e sabendo fazer tudo*. É para lá que vai, deve ir e chegará o comunismo; mas somente ao cabo de longos anos. Tentar, hoje, antecipar praticamente esse resultado futuro do comunismo plenamente desenvolvido, solidamente constituído, no apogeu de sua maturidade, é querer ensinar altas matemáticas a uma criança de quatro anos.

"Podemos e devemos começar a construir o socialismo, não com material humano imaginário ou que nós teríamos formado, especialmente para esse efeito, mas com o que nos foi legado pelo capitalismo" (t. 31, p. 45).

Essas duas citações não se referem exatamente ao mesmo ponto, mas abordam realidades vizinhas, e vê-se bem que o estado de espírito dessas duas aproximações da questão do *trabalho* (organização, disciplina, divisão do trabalho) é diferente. Não se consegue imaginar a apreciação sobre o "material humano" nas passagens entusiastas de *A grande iniciativa*. O discurso aos sindicatos, citado mais acima, e que coloca em novos termos a questão da organização do trabalho, em função da situação militar, possibilita a compreensão desta variação. Essas comparações minuciosas podem parecer excessivas. Entretanto não há outro caminho para apreender o pensamento de Lenin considerado como movimento de *contradições*. O modo de proceder — infelizmente, de uso corrente —, que consiste em alinhar trechos de textos de Lenin, abstraídos de seu contexto e indeterminados, do ponto de vista da situação concreta, é um absurdo: este método torna possível, há muito tempo já, sustentar, com pequeno esforço, todas as va-

É claro que essas reviravoltas estão longe de serem mecânicas. São, antes, variações — às vezes sutis — da dominante, em uma estrutura complexa. Na primavera de 1919, quando aparece o voluntariado dos “sábados comunistas”, a política soviética do trabalho já comporta o “trabalho obrigatório” (que surgiu, a partir do ano de 1918, mas foi, de início, aplicado às antigas classes proprietárias). O apelo do Comitê central, *Avante para combater a crise do combustível* (novembro de 1919), justapõe os dois tipos de medidas:

“O Comitê central do PCR propõe a todas as organizações do Partido as seguintes medidas principalmente:

(...)

5. O *trabalho obrigatório* para toda a população ou a mobilização de determinadas classes para os trabalhos de extração e de transporte do carvão e xisto, para a derrubada e carregamento da madeira até as estações das estradas de ferro; tudo realizado com o máximo de celeridade e rigor (...)

6. Os *sábados comunistas* devem ser mais freqüentes, dirigidos com mais energia, método e espírito de organização, especialmente nos trabalhos que dizem respeito ao abastecimento e combustível. Os membros do Partido devem ir sempre adiante, no tocante à disciplina e à energia do trabalho.” (O.C., t. 30, p. 137-138.)

Assim também, o texto de *A grande iniciativa* já inclui o tema que se há de desenvolver, mais tarde, da estrutura social de con-

ciações possíveis do revisionismo e do dogmatismo. Ele liquida, evidentemente, a *própria essência* do pensamento de Lenin: pensamento dialético, perpetuamente em luta contra a realidade e contra si mesmo, realizando e destruindo adequações sempre provisórias. A esse respeito, a obra publicada de Lenin constitui um trabalho ideológico e teórico *em movimento*, único em relação a todas as produções contemporâneas que lhe possam ser comparadas. Sua especificidade é devida justamente à sua extrema sensibilidade quanto às variações do real — e suas variações próprias são um índice dessa sensibilidade, muitas vezes espetacular. Nada se encontra de semelhante nos outros pensadores e dirigentes revolucionários da mesma época, incluindo os mais brilhantes, no plano teórico. Rosa Luxemburgo se contradiz menos que Lenin; mas a insurreição espartaquista, que ela dirigiu com heroísmo, foi varrida em poucas semanas. E Lenin manteve a existência da República Soviética, contra ventos e marés.

junto como determinante e limite da organização do trabalho. Nesse texto, Lenin faz notar que não se pode abstrair a questão da organização e da disciplina do trabalho, nas relações de forças concretas que existem em determinado momento, entre diversas classes da sociedade. O entusiasmo não deriva para a utopia:

“Os que pretendem resolver o problema da transição do capitalismo para o socialismo, usando lugares-comuns sobre a liberdade, a igualdade, a democracia em geral, *a igualdade da democracia do trabalho*, etc. (...) só conseguem evidenciar sua natureza de pequenos-burgueses (...). *A solução justa desse problema só pode ser encontrada no estudo concreto das relações específicas entre a classe que conquistou o poder, a saber, o proletariado, e a massa não proletária, assim como a semiproletária, da população laboriosa*; essas relações não podem ser formadas, em condições imaginárias, harmoniosas, ideais (...).” (O.C., t. 29, p. 426.)

E é exatamente porque Lenin vai analisar essas “relações específicas”, como que transformadas pela situação militar, que o tom será outro. Em 1919, a “relação específica” se distingue como mais favorável¹. Em 1920, ao contrário, sente-se um endurecimento e uma nova ofensiva ideológica, em favor de uma organização mais autoritária do trabalho. E, especialmente, esta idéia: *o que resta da força proletária deve ser utilizado para fiscalizar, minuciosamente, a estrutura produtiva e política de uma formação social heterogênea*.

Esta visão do proletariado afogado na massa camponesa, submerso na decomposição de uma sociedade ferida profundamente

¹ Testemunha, entre outros, um certo tom de *A grande iniciativa*. Referindo-se à diversidade dos componentes sociais da sociedade em transição, Lenin diz: “(...) Nos países capitalistas atrasados, como a Rússia, *a maioria da população é composta de semiproletários*, ou seja, gente que vive, regularmente, uma parte do ano, como proletários; que busca, de modo constante, sua subsistência, executando, em determinado tempo, um trabalho assalariado, nas empresas capitalistas.” (*Ibid.*, p. 426;) Equivale a acentuar o aspecto, em parte “proletário”, da massa “pequeno-burguesa”. Outros textos insistem, ao contrário, sobre o aspecto “burguês”, e mesmo sobre as características “burguesas”, da classe operária ou do que restará dela.

Uma garrafa, cheia pela metade, será avaliada, segundo as circunstâncias ou o olhar de quem a observa, como meio cheia... ou meio vazia!

pela guerra, pela fome, pela miséria, será claramente demonstrada nos textos de 1920; será ainda mais acentuada, em 1921. Duas consequências decorrem daí, mais ou menos explícitas:

1. a organização do trabalho industrial leva, necessariamente, a marca (e é um componente) da ditadura do proletariado sobre a pequena-burguesia e a burguesia (urbanas e camponesas) a nível de conjunto da economia e da estrutura social;

2. esta ditadura deve, até certo ponto, penetrar nas próprias fábricas, já que o proletariado abandonou uma boa parte delas e que elementos pequeno-burgueses urbanos e camponeses para lá se dirigiram.

Chega-se, aqui, a um dos dilemas cruciais da Revolução soviética: *sabendo que há, numericamente, poucos operários — e, sobretudo, poucos operários “conscientes”, politizados, aguerridos — de que modo dispô-los?* Se ficam nas fábricas, abandonam-se as funções estatais à burguesia. Impossível. Se forem dispersos no exército, na administração, nas tarefas do abastecimento — e mesmo, em 1919-1920, nas comunas ou “artels”^{*} rurais, efêmero embrião de colonização do campo pela classe operária urbana esfomeada —, serão substituídos, nas fábricas e no sistema produtivo urbano, por gente vinda de outras classes sociais... e a produção ficará, em parte, entregue em mãos de menos confiança. Na verdade, o processo começou com a Guerra de 14 que foi buscar os operários no exército e povoou, parcialmente, as fábricas, com recrutas recém-vindos de origens diversas.

No auge da guerra civil, não se pode pôr em dúvida a escolha: os operários — os “verdadeiros”¹ — são excessivamente raros, excessivamente preciosos para que o Estado proletário possa mantê-los na produção.

De tanto colocar operários por toda parte, constituí-los em destacamentos do abastecimento, grupos de propaganda, quadros do

^{*} Forma elementar de cooperativa, na Rússia.

¹ Veremos, mais detalhadamente, no capítulo seguinte, o que Lenin entende por “verdadeiros operários” ou “verdadeiro proletariado” — espécie que, a seus olhos, se reduz no correr da guerra.

Exército Vermelho, unidades combatentes de choque, dirigentes de sovietes ou de administrações de Estado, etc., chega-se à situação seguinte: eles são cada vez menos encontrados nas fábricas. Seja como for, a produção industrial, saqueada pela guerra, as destruições, o bloqueio, desmorona.

Nessas condições, os “sábados comunistas” passam a ter também como função *manter o antigo proletariado*, agora no exército e na administração, *em contato com o trabalho produtivo*. Rapidamente, os “sábados comunistas” vão tomar a feição de trabalho feito pelos comunistas (no sentido restrito de membros e simpatizantes do Partido Comunista), ou de trabalho diretamente organizado, concretizado pelo Partido. Uma tarefa de combate precisa, comparável a operações do Exército Vermelho ou dos destacamentos do abastecimento. E, assim como os destacamentos do abastecimento são *externos* ao funcionamento “normal” da produção agrícola, assim também, os “sábados comunistas” vão aparecer como *externos* ao funcionamento “normal”, ordinário, do sistema produtivo industrial e urbano.

Em abril de 1920, Lenin mantém, ainda, a esperança que essa forma de trabalho comunista se há de difundir na sociedade inteira. Ele a integra ao velho sonho marxista, que sempre foi o seu, da conquista do *trabalho como um hábito* — e, portanto, liberado de qualquer estímulo externo:

“O trabalho comunista (...) é um trabalho não remunerado, para proveito da sociedade; (...) é um trabalho livremente consentido, estranho a qualquer norma, e fornecido sem interesse em remuneração, sem retribuição contratada, *trabalho condicionado pelo hábito de trabalhar pela comunidade* e pelo sentimento consciente (*tornado hábito*) da necessidade de trabalhar para o proveito da comunidade; é o trabalho considerado como necessidade de um organismo são.” (O.C., t. 30, p. 530.)

O jornal *Kommunisticheski Soubotnik* (“jornal dos sábados comunistas”), em que foram publicadas essas linhas de Lenin, devia ser dedicado ao trabalho comunista. Sua existência foi das mais breves. Um único número...

II. LIMITES INTERNOS

Examinemos as principais características internas dos "sábados comunistas". Em *A grande iniciativa*, Lenin cita, *in extenso*, um artigo do *Pravda* de 17 de maio de 1919 ("O trabalho sob o modo revolucionário — sábados comunistas") que relata a decisão dos ferroviários de Kazan, de instituir o "sábado comunista", e descreve seu desenrolar.

Na leitura deste artigo do *Pravda*, que Lenin reproduz, vários pontos se destacam:

1. *A organização do trabalho, de acordo com os "sábados comunistas", não difere em nada* (segundo a descrição dada por este artigo) *da organização tradicional do trabalho: respeito pelas funções hierárquicas, função do enquadramento do trabalho, distribuição das tarefas, entre "manuais" e "administrativas":*

"No sábado, 10 de maio, às 6 horas da tarde, tais soldados, comunistas e simpatizantes, se apresentaram para o trabalho, alinharam-se e, sem atropelo, *os contramestres lhes designaram seus postos.*" (O.C., t. 29, p. 416.)

Como se vê, não há menção de uma assembléia em que os trabalhadores voluntários determinassem, em comum, seus objetivos, os meios a pôr em prática para atingi-los, os métodos mais adequados. O autor insiste, ao contrário, sobre a disciplina de estilo militar, no tocante ao enquadramento técnico tradicional. Ainda se nota, de modo preciso, na continuação do artigo:

"O pessoal administrativo, *que ficava para dirigir os trabalhos*, tinha o tempo justo de *preparar novas tarefas*; só houve um pouco de exagero, por parte de um velho contramestre, ao dizer que, num "sábado comunista", se fez o que teriam feito, em uma semana, operários inconscientes e pouco disciplinados." (*Ibid.*, p. 418)

Este modo de proceder está de acordo com os princípios do taylorismo: estrita separação entre a preparação e a concepção das tarefas, de um lado, (de que se incumbem os quadros) e, de

outro lado, as funções de execução (de que se incumbem o pessoal operário)¹.

O trabalho "comunista" é organizado segundo o modo tradicional: de onde vem, então, seu estilo revolucionário?

2. São caracterizados como "revolucionários", no artigo do *Pravda*:

a) *a produtividade:*

"Os resultados do trabalho de estilo revolucionário aí estão. (...) O rendimento dos trabalhos de carga foi superior em 270% ao dos operários comuns." (*Ibid.*, p. 416)

b) *a atmosfera ideológica e a motivação:*

"O entusiasmo e o bom entendimento revelaram-se sem precedente (...). Uma vez o trabalho terminado, as pessoas testemunharam um quadro nunca visto: uma centena de comunistas, cansados, mas com os olhos brilhando de alegria, saudavam o êxito da própria obra, cantando solenemente a Internacional; tinha-se a impressão que o som do hino vitorioso (...) ia se apoderar da Rússia operária, estimulando os trabalhadores fatigados e pouco disciplinados." (*Ibid.*, p. 418.)

c) *a composição da mão de obra voluntária:* comunistas e simpatizantes, *todas as profissões reunidas:*

"Participavam dos trabalhos cerca de 10% de comunistas que têm um emprego permanente. Os outros ocupam postos responsáveis ou eletivos, desde o comissário da rede até o comissário de tal ou tal empresa, assim como militantes do sindicato e camaradas empregados na direção e no comissariado das Vias de Comunicação." (*Ibid.*, p. 418.)

¹ Veremos, mais adiante, que, por ocasião dos sábados comunistas, trabalhadores que ocupavam um cargo "administrativo" durante toda a semana fazem, neste dia, trabalho "manual". É um embrião de rotatividade das tarefas e um importante fator de revolucionarização; mas isso não muda, em si, a estrutura do processo de trabalho: a função operária permanece, aí, intocada; será somente estendida a participantes ocasionais.

A ideologia funciona, aqui, como uma força produtiva. Mas com a condição de entrar na forma de uma estrutura tradicional de aparelho produtivo. Uma passagem do artigo concentra o resumo desses traços:

“No momento em que, sem injúrias nem contendas, operários, empregados de escritório, administradores, carregando uma roda de 40 *pounds*, destinada à locomotiva de um trem de passageiros, começaram a empurrá-la, como formigas laboriosas, esse trabalho coletivo encheu os corações de um sentimento de alegria intensa (...).” (*Ibid.*, p. 418.)

Estranhamente, sente-se, uma vez mais, por este texto sobre o “trabalho comunista” que Lenin cita, de que modo o taylorismo podia parecer, para ele, um passo importante em direção a esse trabalho comunista.

A descrição é a de um trabalho de servente, de pura força física e em que só conta a determinação. As tarefas foram preparadas, designadas; os quadros técnicos habituais as dirigem. Cada homem concorre, com sua energia e sua força muscular, para um mecanismo de conjunto, preparado por outros. *Situação tayloriana*. E que permite, justamente, aqui, incorporar ao processo de trabalho, praticamente sem perda de tempo nem aprendizagem, (excetuando pequenos atrasos, geralmente encontrados em um coletivo de trabalho recém-montado¹), membros permanentes do Partido, empregados, burocratas, etc.

De fato, existe algo de democrático, no trabalho não qualificado, neste sentido de que ele está ao alcance de um número muito grande de indivíduos, dos quais requer qualidades simples e semelhantes entre si. É um trabalho que tende para a homogeneidade da mão-de-obra.

Trata-se, aqui, da linha de serviço de trabalho obrigatório, de um trabalho simples, perfeitamente regulamentado, de tal modo que todos os indivíduos da sociedade poderiam ocupar, assim, uma parte de seu tempo, — reservando a outra para atividades diversas. A realização concreta do “trabalho social”.

¹ “O trabalho foi efetuado, apesar de algumas falhas (fáceis de eliminar) dos aparelhos auxiliares que atrasaram alguns grupos, em 30 a 40 minutos.” (*Ibid.*, p. 418.)

das devastações da guerra — que há de determinar, segundo espera Lenin, transformações mais profundas. Lenin formula, explicitamente, esse plano:

“Para suprimir inteiramente as classes é preciso apagar, de igual modo, não só a diferença entre a cidade e o campo, mas também entre os trabalhadores manuais e os intelectuais. É uma obra de longo fôlego. Para levá-la a cabo, é necessário dar um grande passo adiante no desenvolvimento das forças produtivas.” (Ibid, p. 425.)

Como consegui-lo? Pela instauração

“(...) de uma nova organização do trabalho que alie a última palavra da ciência e da técnica capitalista à união maciça dos trabalhadores conscientes, artesãos da grande produção socialista.” (Ibid., p. 427.)

Há de se notar que essa formulação está muito próxima das *Tarefas imediatas do poder dos soviets* (1918) a propósito do sistema Taylor¹. Uma tal semelhança de expressão para designar duas medidas políticas que seria possível considerar diametralmente opostas (introdução do taylorismo e “sábados comunistas”) merece ser notada. O que tem de “novo” a “organização do trabalho” de que Lenin fala, em 1919, é a coesão ideológica e o estímulo ideológico. A estrutura técnica permanece herdada — ou importada — do capitalismo.

De uma certa forma, atinge-se, com os “sábados comunistas”, o ponto extremo da *versão democrática* do “taylorismo soviético”. Mas aquém de uma fronteira que nunca é ultrapassada.

¹ “A última palavra do capitalismo a esse respeito, o sistema Taylor, alia, assim como todos os progressos do capitalismo, a crueldade sofisticada da exploração burguesa às conquistas científicas mais preciosas, relativas à análise dos movimentos mecânicos do trabalho (...).” (O.C., t. 27, p. 268.)

O alcance revolucionário dos “sábados comunistas” não deve ser subestimado. Esses sábados colocam dois problemas importantes, que conservam, ainda hoje, uma atualidade reavivada:

— a questão dos *estímulos do trabalho*. E Lenin sustenta, claramente, que só se pode falar de “trabalho comunista”, no pleno sentido do termo, onde atuem *estímulos ideológicos*, com exclusão de qualquer interesse pessoal e material;

— a questão da mistura dos trabalhadores manuais e intelectuais.

Entretanto, se bem que haja um esforço, no sentido de aproximar os trabalhadores manuais dos intelectuais, o trabalho dos “sábados comunistas” *não envolve uma tentativa direta para resolver o problema da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual*. Ao contrário, — e essa dialética aparece, nos textos citados — ele a radicaliza, em sua busca de eficiência imediata.

E é esse o seu limite essencial: em nenhum momento, se trata da iniciativa técnica nem da *criação técnica da massa operária*.

Trabalhadores intelectuais aproximaram-se, pontualmente, do trabalho manual. Mas não há nenhuma tendência para elevar o conteúdo intelectual do trabalho manual. É mais fácil acontecer o inverso. O artigo seguinte, que Lenin cita, igualmente, mostra claramente esse problema (artigo do *Pravda* de 7 de junho, assinado por A. Diatchenko):

“Foi com uma grande alegria que eu e meu camarada fomos fazer nosso “estágio” do sábado, por decisão da sub-seção comunista da estrada de ferro, e proporcionar, momentaneamente, por algumas horas, *repouso para a cabeça, fazendo trabalhar os músculos*.” (O.C., t. 29, p. 420.)

Claro, Lenin também conta com os “sábados comunistas” para reduzir as contradições fundamentais e, entre outras, a contradição entre trabalho manual e trabalho intelectual. *Porém, indiretamente*. A função imediata dos “sábados comunistas” é obter, por meios ideológicos, um impulso das forças produtivas e, em primeiro lugar, *um crescimento, em proporções decisivas, da produtividade do trabalho humano*. É esse impulso das forças produtivas — seria mais apropriado falar de reerguimento, depois

CAPÍTULO SEXTO

O proletariado inencontrável

“Devia-se construir as cidades, no campo: o ar de lá é mais puro.”

Alphonse Allais.

A medida que a guerra civil devora as forças operárias, esva-
zia as fábricas de seu antigo pessoal — e paralisa a maior parte
da produção industrial, principalmente devido à “fome de com-
bustível” — Lenin recusa-se a caracterizar como “proletariado” a
população empregada no que resta de produção industrial e ur-
bana. A definição que ele dá do “proletariado” se torna cada
vez mais rigorosa e restrita.

Já se viu a extrema sensibilidade da política de organização
do trabalho que Lenin preconiza, pelas variações da relação de
forças social, política e ideológica. O “desaparecimento do prole-
tariado”, que ele imagina constatar, no início da NEP, tem, evi-
dentemente, conseqüências marcantes, nesse terreno: provisoria-
mente, acabaram-se as tendências à auto-organização das massas,
no processo de trabalho. E as condições ideológicas estão, nova-
mente, reunidas para que a disciplina do trabalho e o “taylorismo
soviético” funcionem em sua versão autoritária. A organização
do trabalho, industrial e urbano não entraria no sistema de dita-
dura imposto às antigas classes dirigentes e à pequena burguesia,
uma vez que estas forças sociais estão acentuadamente presentes
no que resta de fábricas e de trabalhos urbano? Se bem que a

coisa não seja formulada com essa crueza, a idéia frequentemente é essa. E ela há de sobreviver, não somente a Lenin mas à própria NTP, colocando complicados problemas de legitimidade e determinando atitudes ambivalentes, ou pelo menos complexas, relativas à questão da "disciplina do trabalho".

Organizar o trabalho é, antes de mais nada, organizar os homens que trabalham. A apreciação de classe (econômica, política, ideológica) que Lenin formula sobre a população produtiva industrial e urbana desempenha, por conseguinte, um papel essencial nas políticas sucessivas que ele preconiza, em matéria de organização e de disciplina do trabalho e isso, desde 1918. Ora, vê-se que essa apreciação se transforma gradualmente, de ano para ano, sob a pressão das circunstâncias, até o momento em que — a quantidade se transformando em qualidade — ela se desequilibra, em 1921. Examinemos essa progressão.

1918

Desde os primeiros meses da revolução de outubro, Lenin previne contra toda idealização da classe operária russa, acentuando, várias vezes, a que ponto a ideologia do czarismo a tinha marcado. Mas ele insiste, ao mesmo tempo, nessa época, na formação de uma nova ideologia, no seio da classe, ligada às responsabilidades de que ela se tinha apoderado. *Em 1918, a caracterização da classe operária é dupla.*

Em 27 de junho de 1918, num momento de crise aguda, pouco depois do levantamento do corpo tcheco-eslovaco, e em plena fome, Lenin declara, numa conferência de sindicatos e de comitês de fábricas, em Moscou:

"É evidente que as grandes massas de trabalhadores abrangem um grande número de pessoas que — os senhores sabem melhor que ninguém; cada um dos senhores o observa, na fábrica! — não são, e não podem ser, socialistas esclarecidos, uma vez que são obrigados a trabalhar como forçados, na fábrica, e não têm nem tempo nem possibilidade de se tornarem socialistas."

Dalí, diz Lenin, dois aspectos em sua ideologia:

— *Primeiro aspecto:*

“Concebe-se que essas pessoas olhem, com simpatia, o fato que, na fábrica, os operários crescem, têm meios de aprender a gerir, eles próprios, as empresas (...), único trabalho que há de permitir aos operários realizar, finalmente, sua eterna aspiração: fazer com que as máquinas, as fábricas, as usinas, a técnica mais aperfeiçoada (...) sirvam não para explorar, mas para melhorar a vida (...) da imensa maioria.” (O.C .t. 27, p. 496.)

— *Segundo aspecto:*

“Mas enquanto eles vêm, a oeste, ao norte e a leste, de que modo os piratas imperialistas se aproveitam da fraqueza da Rússia, para lhe arrancar o coração; e enquanto eles não sabem em que ponto está o movimento operário, nos outros países, compreende-se que eles se abandonem ao desespero. Seria ridículo e absurdo pensar que a sociedade capitalista, baseada na exploração, possa gerar, imediatamente, uma perfeita consciência da necessidade do socialismo e sua compreensão (...).” (*Ibid.*)

Lenin chega a dizer que é natural que as “camadas laboriosas”, atenuadas pela fome, cercada de todos os lados, “*experimentem o desejo de largar tudo de mão*” (*Ibid.*, d. 497). Mais adiante, porém, ele insiste sobre o aparecimento e a consolidação de uma ideologia nova entre os operários. Falando sobre casos de corrupção, nos “destacamentos do abastecimento”, ele diz:

“Uma vez que nossos destacamentos não executam suas tarefas, é porque precisamos providenciar destacamentos mais conscientes, maiores quanto ao número de operários dedicados à sua classe; *ora, esses operários são muito mais numerosos que os que se deixam corromper.*”

O aspecto principal da contradição, no seio do proletariado, é, nesse momento, para Lenin, a fração consciente do proletariado e a ideologia nova que ela deve propagar. E Lenin já indica — e já se viu, por várias vezes, que este é o cerne invariável de seu

sistema de pensamento — *em que sentido deve se dirigir o esforço principal de concentração deste proletariado consciente: deve ser, não a produção industrial, mas o Estado e os interesses da sociedade inteira:*

"É preciso que (...) enquanto estivermos, ainda, mergulhados nas trevas, enquanto houver quem não acredite na nova ordem, os operários organizados das cidades, os operários organizados das fábricas e das usinas se tornem a classe dominante (...). É preciso não esquecer que a revolução não poderá conservar nenhuma de suas conquistas, se as pessoas se ocuparem, em seus comitês de fábrica e de usina, somente de questões técnicas ou de seus interesses operários, puramente financeiros (...). Os comitês de fábricas e de usinas devem cessar de ser somente comitês de usinas; devem tornar-se células políticas fundamentais da classe dominante." (*Ibid.*, p. 506-507.)

Todo o discurso, de que foi extraída esta passagem, é um apelo vibrante à elite da classe operária a quem Lenin diz claramente: *saíam das fábricas para fazer a Revolução!* Cercados como estamos, esta é a única saída!

"Se cada comitê compreender que é um dirigente da maior revolução que o mundo já conheceu, havemos de conquistar o socialismo, para o mundo inteiro!" (*Ibid.*, p. 508.)

Assim, a partir de junho de 1918 (já se viu que é, igualmente, o momento decisivo do desencadear da "luta de classes", no campo, e da "cruzada do trigo"), a opção está feita, sem ambigüidade, para *distribuir a parte combativa e comunista da classe operária, pelas funções-chaves fora da produção*. Isso inclui, de modo latente, vai-se ver mais adiante, uma deteriorização das características políticas e ideológicas da população produtiva. Mas foi a esse preço que o primeiro Estado proletário do mundo sobreviveu.

Pela primeira vez, na História, depois do esmagamento da Comuna de Paris, é dada uma resposta concreta à questão colocada desde Marx: qual poderá ser a forma concreta da tomada do poder pelo proletariado? Nas condições, excepcionalmente difí-

reis, do primeiro avanço duradouro, Lenin fornece, praticamente, uma resposta radical: a transformação física do proletariado revolucionário em aparelhos de poder do Estado — exército, administração, polícia, propaganda. A epopéia da guerra civil nada mais é que a própria história desta fantástica transfusão. Não se trata, aqui, de descrevê-la¹.

Quem poderia contestar que, sem esta opção de uma incrível audácia, — transformar, por meio de vagas sucessivas, a classe operária consciente em exército, administração, polícia, etc. —, a jovem República Soviética teria sucumbido, em alguns meses, pelos golpes da reação interior e exterior (14 países imperialistas intervieram, durante a guerra civil, no território soviético, entre eles, a Inglaterra, a França e o Japão) em coalizão contra ela?

Mas, como deixar de ver, ao mesmo tempo, o custo que foi pago e as conseqüências profundas? Um processo foi posto em andamento e, no fim da guerra civil, levará à consideração que o “verdadeiro proletariado” foi arrancado da produção, em benefício das tarefas da luta armada e da política; que os trabalhadores ativos, ainda empregados, não são mais, no que toca ao essencial, o proletariado legítimo e, enfim, que não existe mais proletariado, no sentido pleno do termo. Mais grave ainda: os terríveis sacrifícios do proletariado, engajado nos combates, acarreta, por vezes, atitudes ideológicas de desprezo, em relação a determinadas tarefas da retaguarda, reservadas aos elementos politicamente atrasados ou de menos confiança — entre os quais, os membros das antigas classes capitalistas e burguesas, sujeitas ao “trabalho obri-

¹ Alguns exemplos: no dia seguinte à insurreição de outubro, a sabotagem dos funcionários czaristas foi quebrada, em parte, graças a um primeiro fluxo de operários revolucionários, na administração de Estado. Marinheiros da esquadra do Báltico e operários da usina Siemens-Schuckert, de Petrogrado, fazem funcionar o novo Comissariado do Povo para Assuntos Estrangeiros. Os operários da usina Poutilov ajudam a edificar o aparelho do Comissariado do Interior.

O fluxo do proletariado revolucionário, de todos os centros industriais do país, deu ao Exército Vermelho o ferro de sua lança e sua própria alma. Em maio-junho de 1919, quando a conjunção da ofensiva do general czarista Iudénitch e levantes contra-revolucionários de Krasnaia Gorka e de Seraia ameaçaram diretamente Petrogrado, cerca de 13.000 operários de Petrogrado juntaram-se, depois de uma breve formação militar, ao 7.º exército que defendia a cidade, muito enfraquecida.

gatório". É justo que, nessa luta encarniçada, o proletariado tenha mobilizado a força de trabalho da burguesia derrubada; mas que, por essa via, tenham podido se insinuar, em suas fileiras, determinadas formas de desprezo pelo trabalho manual é, ao mesmo tempo, um risco de degenerescência ideológica, para o futuro¹.

1919

Em 20 de janeiro de 1919, no relatório ao II Congresso dos Sindicatos da Rússia, a análise de Lenin comporta a mesma apreciação dupla do proletariado que em 1918; mais precisa, no tocante a certos pontos:

¹ "Se bem que não se tratasse de armar os membros das classes mais abastadas, os dirigentes soviéticos não tinham, de modo algum, a intenção de dispensá-las dos encargos da guerra. Trotsky anunciou, a 10 de julho (1918), que os burgueses seriam mobilizados para as tarefas não combatentes, mais duras e sujas, da retaguarda; e (...) ele exclamou: "Nossos pais e nossos avós serviram seus pais e seus avós, limpando a sujeira e a imundície: nós os obrigaremos a limpar a sujeira!"

"Um decreto de 20 de julho estabeleceu, formalmente, a obrigação do trabalho, na retaguarda, para os membros das classes burguesas, nas idades entre 18 e 45 anos. (...) Entre eles, diretores de sociedades, empregadores de trabalho assalariado, agentes de câmbio, antigos advogados, jornalistas burgueses, padres, frades, antigos oficiais ou chefes de administrações." (W. H. Chamberlin, *The Russian Revolution*, t. 2, p. 27-28.)

Que se transforme um diretor de sociedade comercial ou um proprietário de hotel suspeito em varredor de ruas é uma coisa excelente, evidentemente... com a condição que todo o mundo não comece, na mesma hora, a considerar como desprezível (ou, ainda mais desprezível que no passado) o ofício de varredor de ruas! Se os operários colocam burgueses em seus antigos lugares, e começam a desprezar a condição de operário, na medida em que esta condição mudou de titular, nunca mais sairemos dessa!

Claro, isto seria levar o raciocínio ao limite do absurdo: a situação concreta, nos primeiros anos da União Soviética, era bem mais complexa. No entanto, de um ponto de vista marxista, existe alguma contradição em considerar o trabalho manual como uma punição e as circunstâncias do nascimento da ideologia soviética, no encarniçamento da guerra civil, não contribuíram para esclarecer este ponto.

Na China, as "escolas do 7 de maio" (reeducação dos quadros pelo trabalho manual) nasceram da Revolução Cultural. Numerosos testemunhos insistem sobre o fato que os quadros que por lá passaram, longe de serem por isso humilhados ou tornados suspeitos, *ficaram, ao contrário, valorizados*.

— “O operário nunca esteve separado da antiga sociedade, por uma muralha da China. E ele conservou uma boa parte da *psicologia tradicional* da sociedade capitalista. Os operários constroem uma sociedade nova, *sem que se tenham transformado em homens novos, livres da lama do mundo antigo; ainda estão mergulhados nela, até os joelhos.*”

— “Mas os trabalhadores percebem, graças à própria experiência, que estão com o poder nas mãos e que ninguém os ajudará, se eles não se ajudarem a si próprios. *É esta a psicologia nova que nasceu na classe operária (...).*” (O.C., t. 28, p. 446-448.)

“Psicologia nova” contra “psicologia tradicional”: a dicotomia ideológica, na classe operária, determina uma luta específica, no terreno das mentalidades.

Os “sábados comunistas” se inserem nessa luta, entre as duas “psicologias”, na sociedade e no próprio seio da classe operária¹. De certa maneira, eles são a forma tomada pela ofensiva da parte “comunista” dos operários na produção. Lenin espera que o “trabalho comunista” contribua para forjar a vanguarda operária. Ele chega a contar com os “sábados comunistas” como instrumento de seleção para o recrutamento do Partido Comunista:

“É preciso continuar a depuração, concretizando a iniciativa dos “sábados comunistas”: Não admitir no Partido, senão, digamos, depois de seis meses de “noviciado” ou de “estágio”, que consistirá em executar um “trabalho pelo modo revolucionário.” (O.C., t. 29, p. 437.)

Última etapa da ofensiva comunista na produção e — até certo ponto — no aparelho de Estado, os “sábados” concentram numerosos traços do conteúdo de princípio do “comunismo de guerra”. Refletem, de igual modo, a apreciação, relativamente

¹ Sobre a questão do trabalho manual, eles desempenham, evidentemente, um papel importante de revolucionarização, ao contrário de certos aspectos, sublinhados mais acima, do trabalho obrigatório dos antigos burgueses. Encarnam a tendência ideológica contrária: valorização, e não desprezo, do trabalho manual. Ponto importante — se bem que ainda embrionário — entre as duas vias, no seio da ideologia bolchevique.

otimista, do momento, sobre a relação de forças social, no interior da República Soviética:

“Os “sábados comunistas” projetaram, entre outras coisas, uma viva luz sobre o caráter de classe do aparelho de Estado, sob a ditadura do proletariado.(...) A idéia foi exposta pelo Comitê Central de um partido que conta de 100.000 a 200.000 membros (...). Esta idéia foi retomada pelos operários sindicalizados. *Contamos com até 4 milhões deles, na Rússia e na Ucrânia.* Eles são, em sua imensa maioria, pelo poder de Estado proletário, pela ditadura do proletariado. 200.000 e 4 milhões, eis a relação das “engrenagens”, se me é permitido exprimir-me deste modo.” (O.C., t. 29, p. 437.)

1920

A apreciação da relação de forças social se transforma, em 1920: e, por isso, o desempenho e a possibilidade de extensão do “trabalho comunista” se restringe. Ao mesmo tempo, embora o tema da dupla ideologia da classe operária esteja ainda presente, nota-se um *endurecimento muito nítido*, na qualificação do aspecto negativo. A laminação do proletariado pela guerra civil é sentida muito mais vivamente e, também, a idéia que a melhor parte do proletariado foi absorvida pelos aparelhos da ditadura. Daí o tom rigoroso — (é, igualmente, a época em que Lenin escreve a *Doença infantil*...).

Em 12 de junho, Lenin declara:

“Nós sustentamos que os operários, que assumiram todos os encargos, que conquistaram a ordem e a estabilidade do poder dos soviets, ao preço dos maiores sacrifícios, devem se considerar o destacamento de vanguarda, destinado a conduzir o resto da massa laboriosa, educando-a e disciplinando-a; porque nós sabemos que *o capitalismo nos deixou, como herança, trabalhadores totalmente ignorantes e embrutecidos* que não compreendem que se possa trabalhar, de outro modo, que não sob o bastão do capital: sob a direção do operário organizado. Mas eles podem chegar a

compreendê-lo, se nós lho demonstrarmos na prática.” (O.C., t. 31, p. 179.)

E o mesmo discurso (trata-se de uma conferência a responsáveis pelo trabalho no campo) preconiza uma orientação autoritária, opondo-se aos aspectos negativos da classe operária. Surge a idéia de que tantos sacrifícios, no Exército Vermelho e no *front*, conferem direitos à parte do proletariado que os sofreu.

“Para restabelecer a economia, a disciplina é indispensável. A ditadura do proletariado deve consistir, antes de mais nada, para a porção mais avançada, mais consciente e mais disciplinada dos operários das cidades e da indústria, eles que sofreram, mais que todos os outros, da fome, e *que consentiram em sacrifícios indizíveis, durante esses dois últimos anos*, em educar, instruir e disciplinar o resto do proletariado que, muitas vezes, é inconsciente, assim como todas as massas laboriosas e os camponeses. Devem ser banidos qualquer sentimentalismo e qualquer tagarelice sobre democracia.” (O.C., t. 31, p. 179.)

A guerra civil traçou uma linha de demarcação: a parte do proletariado que permaneceu na retaguarda e, aí, não se engajou, é qualificada de “inconsciente”. De fato, cada vez mais, a ideologia desempenha um papel essencial, na definição do proletariado dada por Lenin: as condições excepcionais da Revolução e da guerra civil o conduzem a não mais definir o proletariado, simplesmente por sua colocação habitual, nas relações de produção, mas a levar em conta a *origem de classe*, anterior à Revolução, as características político-ideológicas, o modo de proceder. É verdade que o turbilhão confundiu tudo.

No final da guerra, torna-se difícil, cada vez mais, uma colocação. *Quem é operário?* O antigo metalúrgico, que se tornou guarda vermelho, em seguida membro de um destacamento de abastecimento, em seguida quadro no Exército Vermelho... e que, agora, é empregado no aparelho administrativo de um comissariado do Povo? Mas ele só participa da produção, durante os “sábados comunistas”... Ou será mais adequado qualificar de “operário” o comerciante de Petrogrado, próspero antes da Revolução e que, arruinado, conseguiu encontrar um emprego de servente, em uma fábrica, desertada pelos operários engajados no Exército Vermelho?

Mas ele conseguiu contrato, para escapar à mobilização do trabalho; antes da Revolução, tudo o separava dos operários, cuja causa ele nunca abraçou e, agora, ele odeia o regime soviético, por cuja culpa perdeu sua fortuna¹.

1921

A explosão de descontentamento que estoura em numerosas fábricas de Petrogrado e de outros centros, logo no início de 1921, precipita as coisas e *radicaliza a posição de Lenin*. Se o proletariado é, justamente, — segundo definição de Lenin — essa elite operária que aceita todos os sacrifícios para fundar um Estado novo, a multidão reivindicante, descontente, desmoralizada pelo frio e pela fome, que abandona a produção e se espalha, em greves, em fevereiro de 1921, *não pode ser qualificada de proletariado*. As características ideológicas e, em numerosos casos, a origem de classe, a isso se opõem. Além da penetração, pela burguesia e pequena-burguesia, os operários ainda ocupados fizeram, maciçamente, sua junção com a aldeia, reencontrando seus laços camponeses, para sobreviver e se abastecer e, a partir daí, participando da reivindicação camponesa do “livre comércio do trigo”. Seja como for, a produção industrial fica praticamente aniquilada e não há mais base material para uma verdadeira classe operária. Os operários exercem qualquer espécie de ofício, fabricam pequenos objetos de uso comum que eles trocam ou vendem, nos mercados paralelos (os famosos isqueiros que se tornaram símbolo da Rússia industrial lumpenizada sobrevivendo, penosamente, com expedientes de uma economia de “bidonville*"); muitas vezes mesmo, eles vendem as peças soltas, as máquinas, o resto do equipamento de suas empresas...¹

¹ Homens e mulheres, de origem burguesa e pequeno-burguesa, geralmente hostis à ditadura do proletariado, penetraram nas fileiras da classe operária para se beneficiar das rações dos trabalhadores manuais ou para tentar fazer esquecer sua origem de classe. (Charles Bettelheim, *Op. cit.*, p.151-152.)

* Acampamentos de operários, na periferia dos grandes centros, instalados com recursos paupérrimos.

¹ Carr dá os seguintes números, colhidos nas estatísticas soviéticas: “O número de operários assalariados da indústria (...) que tinha chegado a

É nesse ano de 1921, que Lenin lança sua frase célebre: “O proletariado desapareceu.” Ele dá, então, a mais *restritiva* definição do proletariado.

Em 17 de outubro de 1921, em um relatório sobre a NEP, que ele apresenta ao Congresso dos Serviços de Educação Política, Lenin diz:

“(O proletariado industrial) entre nós, por motivo da guerra, da ruína e das terríveis destruições, está desclassado, isto é, desviado de seu caminho de classe, e cessou de existir, como proletariado. *Chama-se proletariado a classe ocupada em produzir os bens materiais da grande indústria capitalista.* Considerando que a grande indústria capitalista está minada e as fábricas imobilizadas, o proletariado desapareceu. Por vezes, ele foi apresentado como se existisse, de modo formal, mas não tinha raízes econômicas.” (O.C., t. 33, p. 59.)

Pode-se notar tudo o que é excluído por semelhante definição: transportes, rede ferroviária, correios e outros serviços que não se incluem na “produção de bens materiais”; os operários das pequenas empresas; os assalariados dos artesãos; e, evidentemente, já que, aí, só se considera o proletariado industrial, os trabalhadores agrícolas.

É bem verdade que as circunstâncias incitam Lenin a usar esse rigor na definição: não é fato que se trata de justificar a NEP e o primado absoluto de um restabelecimento do aparelho produtivo, ao preço de grandes concessões ao capital privado? Isso pode dar a impressão de que Lenin se limita a uma definição estritamente econômica do proletariado. Na realidade, a determinação é sobre-

3.000.000 em 1917, declina, progressivamente, caindo para 2.500.000 em 1918, 1.480.000 em 1920 e 1.240.000 em 1921.” (Op. cit., t. 2, p. 197.) Infelizmente, não se dispõe de dados precisos, relativos à composição desta classe operária de 1921: em que proporção se compunha ela de operários de antes de 1917? de novos recrutas de origem camponesa? de origem urbana? de membros das antigas classes capitalistas e burguesas? Seria especialmente valioso dispor desses dados, no tocante às fábricas de Petrogrado, as mais atingidas pelas perturbações de fevereiro de 1921: a usina de aço de Trubotchny, a fábrica de tabaco Laferme, a fábrica de calçados Skorokhod, as empresas metalúrgicas Baltik e Patronny e mesmo a usina metalúrgica Putilov, cujo efetivo tinha caído para 6.000 operários. (Cf. Paul Avrich, *La Tradédie de Cronstadt*, Paris, 1975, p. 41-47.)

tudo política e ideológica: Lenin procura caracterizar aquilo que, do ponto de vista material, produz a “*psicologia proletária*” — e é essa “psicologia” que a ele importa¹. Lenin volta, muitas vezes, a essa questão, particularmente, no XI Congresso do PC(b)R.

1922

Em 27 de março de 1922 — depois de um ano de NEP — Lenin expõe, em seu relatório ao XI Congresso, as dificuldades que o Secretariado Político do Partido Comunista encontrou, tentando reconstruir um centro econômico na bacia do Donetz, na Ucrânia. A Ucrânia emerge de um período agitado de separatismo, anexações, poderes sucessivos e guerras; lá, a situação política se encontra especialmente complicada. Lenin se refere a tentativas de ligação com as organizações locais:

“Lá, nós temos que tratar com operários. Muito frequentemente, quando se diz “operários”, pensa-se que isso significa proletariado das fábricas. Nada disso. Entre nós, depois da guerra, pessoas que não tinham nada de proletário, vieram para as fábricas e as usinas; vieram para se emboscar. E será que hoje as condições sociais e econômicas, entre nós, são de molde a atrair verdadeiros proletários para as fábricas e as usinas? Não. Isso é falso. Será justo, segundo Marx. Mas Marx não se referia à Rússia; ele se referia ao capitalismo, em seu conjunto, a partir do décimo quinto século. Foi uma coisa justa, durante seiscentos anos, mas é falso para a Rússia de hoje. Muito frequentemente, aqueles que vêm à fábrica não são proletários mas toda espécie de elementos de ocasião.” (O.C., t. 33, p. 305.)

¹ No plano de um discurso que Lenin devia pronunciar, no Congresso dos Sindicatos, em maio de 1921, observam-se estas indicações lapidares:

“15. O proletariado se desclassifica? Sim! Conclusões? Ideologia de pequenos proprietários.

16. A grande produção e as máquinas, base material e *psicológica* (sublinhado por Lenin) do proletariado. *Daí, o desclassamento.*” (O.C., t. 42, p. 317.)

Aqui atingimos o ponto extremo do paradoxo: não somente ser operário, na produção industrial, na Rússia de 1922, não é uma garantia de pertencer ao proletariado... *mas, torna-se mesmo, uma profissão suspeita!* Na melhor das hipóteses, significa que escapou dos destacamentos do abastecimento, da mobilização do Exército Vermelho. Na pior, que se é um antigo proprietário ou mesmo um “guarda branco” reclassado! Seja como for, no que diz respeito à atividade concreta, passa-se o tempo — pela força das circunstâncias — cada um entregue a qualquer espécie de profissão ou a pequenos negócios para sobreviver: nada de muito proletário.

Quanto ao proletariado transferido para o aparelho do Estado ou, pelo menos, a parte que sobrevive em 1922, depois dos anos de sangria, ela cavalga uma gigantesca máquina, herdada do passado (cerca de 5 milhões de funcionários, no início da NEP!) cujo controle é, para Lenin, nessa época, um problema lancinante e fundamental:

“(...) se nós considerarmos Moscou — 4.700 comunistas responsáveis — e se nós considerarmos a máquina burocrática, essa massa enorme, quem é, então, que dirige e quem é dirigido? Eu duvido muito que se possa dizer que os comunistas dirigem (...) Eles é que são dirigidos.

(...) Os comunistas que se colocam na direção das instituições (...) são, muitas vezes, enganados. Confissão muito desagradável (...). Mas é preciso que seja feita, me parece, *porque aí é que se encontra o núcleo da questão. É a isso que se prende, segundo penso, a lição política do ano e é nessa base que se há de desenrolar a luta, em 1922.*” (O.C., t. 33, p. 293-294.)

Como resolver essa questão que Lenin qualifica, em 1922, de central? Este é o meio principal, que ele indica, muitas vezes, em todo o correr desse ano e no início do seguinte: lançar, na batalha do aparelho de Estado, novas forças operárias. É isso que ele repete, a 31 de outubro de 1922, em uma sessão do Comitê Executivo Central, concluindo seu discurso sobre a questão do aparelho de Estado.

“(. . .) é unicamente com os operários que podemos contar, quando se trata de sinceridade e entusiasmo.” (O.C., t. 33, p. 406.)

É o mesmo que dizer que o que pode restar de “proletário”, no sentido em que Lenin o entende, na heterogeneidade da população operária de 1922, será, ainda, solicitado para tentar proletarizar um aparelho de Estado hipertrofiado, incontrolado. Não será correr o risco de reduzir as últimas ilhotas proletárias da população produtiva? E abrir caminho para um círculo vicioso: toda degradação da situação de conjunto do aparelho produtivo e administrativo determina um chamado de operários para funções de controle e direção, e este empobrecimento da base é, ele próprio, um fator de degradação.

Concentrar o esforço principal de reconstrução e de edificação econômica sobre as funções de *direção da produção*, e não sobre as tarefas produtivas de base, é conforme ao sistema de pensamento de Lenin. A mesma coisa, quando se trata do primado das tarefas políticas, no aparelho de Estado. Enfim, é por meio de uma acumulação progressiva de forças proletárias, e com experiência na administração, que Lenin espera, em 1922, reduzir as deformações burocráticas e promover a melhoria do aparelho soviético. *Método explicitamente reformista*. Hoje, pode-se imaginar, à luz da experiência soviética posterior e, sobretudo, da Revolução Cultural, na China, que um outro caminho era possível: uma acumulação de forças proletárias *na base*; uma concentração de experiências e de transformações de tarefas produtivas *elementares*, preparando uma transformação, por saltos, do aparelho de Estado, pelo método de movimentos de massas revolucionárias. Seria praticável semelhante orientação nas condições concretas da Rússia de 1922? É difícil responder a esta pergunta. O que é certo, em todo caso, é que ela transgredia os limites mais avançados do pensamento de Lenin e dos bolcheviques quanto às questões fundamentais do sistema produtivo e do aparelho de Estado, na época da ditadura do proletariado. Subjetivamente, ela não era possível.

A concentração de esforço proletário, no aparelho de Estado (e do Partido), em detrimento da base produtiva, teve importantes conseqüências sobre o desenvolvimento posterior da formação so-

viética; o mesmo se verificou, a propósito da apreciação extremamente pessimista, feita por Lenin em 1921 e 1922, sobre a população que permanecia empregada nas fábricas. Sem dúvida, havia uma parte de exagero nas apreciações de Lenin — exagero motivado pelo desejo de colocar em evidência a urgência *política* das tarefas de reconstrução econômica, únicas capazes de reconstituir as bases materiais de uma classe operária maciça. E não se dispõem de dados suficientemente precisos para analisar a composição histórica da classe operária russa, em 1921-1922. Mas qualquer que tenha sido, com detalhes, esta composição concreta (e seria mesmo possível ter dessa composição concreta um conhecimento suficiente, nesse imenso território transtornado que emergia dos anos de guerra e de Revolução?), a apreciação, feita por Lenin, e a política de concentração no aparelho de Estado desempenharam um papel objetivo e duradouro. Pode-se discernir as conseqüências desse desempenho, à luz dos acontecimentos posteriores:

1. A idéia que a melhor parte do proletariado foi absorvida pelos aparelhos do Estado Soviético, as funções de direção administrativa e de repressão (Tcheca) pode, até certo ponto, preparar a opinião para uma autoridade excessiva, e não controlada pelas bases, desses aparelhos políticos novos. Isso não é contraditório com as críticas extremamente marcantes que Lenin dirige contra os aparelhos administrativos herdados do passado czarista e do mal funcionamento da administração soviética, em seu conjunto;

2. a caracterização muito pessimista da população operária de 1921 e 1922, ainda ocupada nas fábricas, coloca, evidentemente, inextricáveis problemas de legitimidade para a renovação da classe dirigente, do Partido, do Estado: o conteúdo *concreto* da ditadura do proletariado há de constituir, assim, o objeto de ásperos debates, em todo o decurso da NEP¹.

¹ Disso se encontram numerosos exemplos, nas discussões encarniçadas do XIV Congresso do Partido Comunista (dezembro de 1925) sobre o *recrutamento* dos novos membros do Partido. A oposição, reagrupada ao redor da organização comunista de Leningrado, então dirigida por Zinoviev e Kamenev, se esforça por tirar partido das correntes obreiristas e das aspirações igualitárias, nascidas na NEP e da exasperação de uma parte das massas face ao capitalismo renascente: ela apela, no sentido de incorporar, *maciçamente*, novos elementos operários ao Partido. A maioria, reagrupada

Pode-se encontrar, aí, igualmente, a raiz dessa minúcia especificamente soviética no estabelecimento da *origem de classe* que há de caracterizar, particularmente, a época de Stalin. Dez ou vinte anos depois da Revolução, julga-se um indivíduo, não somente por sua própria biografia e sua ação, mas também por sua profissão e pela posição política de seus pais, de seus avós, de seus tios, etc. Inventário miúdo, muitas vezes executados *do alto*, e que parece partir do princípio de que a origem social é, por excelência, o domínio da camuflagem, das aparências, das subs-

em torno de Stalin e Bukharin, derruba esta proposição: sob a capa de proletarianização, seria abrir as portas do Partido à massa de elementos recém-chegados dos campos ou de origem burguesa e pequeno-burguesa. A discussão sobre as “novas camadas do proletariado” ocupa um grande lugar, nos debates do Congresso. Bukharin tenta devolver, para a oposição, as críticas que já lhe tinham sido feitas, de atitude excessivamente favorável, em relação aos camponeses e aos kulaks: “Zinoviev falou de matéria operária bruta. De onde vem esta matéria? perguntou ele. Será possível que ele não compreenda de onde ela vem? *Ela vem da aldeia, camarada Zinoviev. Ora, não é difícil imaginar o que ela pode, exatamente, ser.* Naturalmente, Sarkiss (partidário da oposição que propôs uma admissão maciça de operários industriais no Partido) que trabalhou em Bakou, não pensava que sua proposta comportasse um desvio camponês; no entanto, assim é. Os opositores clamam que nós cedemos nossas posições ao elemento camponês pequeno-burguês; mas suas duas proposições levam, justamente, a capitular diante da pequena-burguesia camponesa (...)” (Discurso de Bukharin, no XIV Congresso, em *A Rússia em direção ao socialismo, a discussão no Partido Comunista da URSS*, Paris, 1926, p. 159.) Krupskaja, que sustenta a oposição, insiste, ao contrário, sobre o aspecto proletário das massas operárias, inclusive dos elementos recém-incorporados: “O proletariado, dizia Lenin, “se atira, com entusiasmo, à luta pelo socialismo”, e eu não duvido que ele saiba assimilar as camadas que a ele se incorporam agora. É preciso não exagerar, quanto à perspectiva de perigos, a esse respeito.” (*Ibid.*, p. 191.) O relatório de Stalin conclui sobre a questão do Partido sublinhando, assim, sua importância, mas mostra-se prudente, quanto às novas camadas proletárias que ele evita caracterizar. A resolução final do Congresso reflete a mesma prudência: “O Congresso julga necessário (...) limitar-se a uma política tendente a melhorar a qualidade dos efetivos do Partido, a atrair um número, cada vez maior, de operários para suas fileiras e a fazer crescer, constantemente, a importância de seu núcleo proletário. Ao mesmo tempo, (...) o Congresso repele qualquer política tendente a intumescer, de modo desmesurado, as fileiras do Partido, a ele incorporando elementos semiproletários que ainda não passaram pela escola dos sindicatos e, em geral, pelas organizações proletárias.” (*Ibid.*, p. 362.) O sábio equilíbrio da resolução final mostra bem, até que ponto, a questão é espinhosa. Daí se depreende, entretanto, *que se aprende a ser proletário* (“a escola dos sindicatos e (...) organizações proletárias”), na Rússia de 1925: não se é proletário, necessariamente, pelo simples fato de ter um lugar, nos relatórios de produção.

tuições: alguém, que se pensa ser operário, não o é de velha cepa; outro que se diz camponês, tem ligações kulaks, etc.;

3. enfim, a caracterização pessimista de 1921-1922 leva, muito naturalmente, a considerar *a disciplina do trabalho* como uma disciplina imposta a um grupo heterogêneo, do ponto de vista da origem, e da posição de classe, mais que como a auto-organização da classe operária. É o postulado implícito de todas as ofensivas autoritárias, em matéria de organização do trabalho, nos anos que seguiram à morte de Lenin. Assim como, também, todos os impulsos democráticos, relativos a esta questão, estão mais ou menos ligados a uma apreciação positiva do caráter proletário das massas operárias. A análise contraditória da classe operária varia com a situação concreta e contribui para determinar posições contraditórias, em matéria de organização de trabalho: é um dos processos dialéticos usados no desenvolvimento da formação soviética. A fragmentação entre os diversos componentes da caracterização de classe — “ser de classe, origem de classe, posição de classe”, falando de acordo com a rigorosa terminologia de Mao-Tse-tung — ligada à história específica dos primeiros anos da Revolução soviética, nunca foi dominada, de modo sistemático, o que só fez aumentar a força da eficácia subterrânea.

Em 1929 e nos anos seguintes — da coletivização agrária e do 1.º Plano Quinquenal — essas contradições surgem, com força, novamente. A “deskulakização” (“supressão dos kulaks, considerados como classe”) repercute sobre a organização do trabalho industrial, na medida em que aflui, para as fábricas, uma população recém-chegada dos campos. O rigor da “ofensiva bolchevique”, na aldeia, encontra seu prolongamento natural na fábrica: os reflexos formados no decurso da guerra civil, e no início da NEP, voltam a atuar¹.

¹ Em abril de 1929, na 16.ª Conferência do Partido, Kubitchev, em um dos relatórios sobre o Plano Quinquenal, defende *uma política muito firme, em matéria de disciplina do trabalho*. Ele cita o artigo de Lenin, de 1918, *As tarefas imediatas do poder dos soviets* e, particularmente, os trechos em que Lenin apelava para “a disciplina de ferro, em toda a duração do trabalho” e “a obediência incondicional das massas à vontade única do dirigente do processo de trabalho”. Kubitchev defende, explicitamente, a ofensiva política para o fortalecimento da disciplina do trabalho, relativa ao afluxo de trabalhadores de origem rural. “Para atender às necessidades

Tornou-se evidente, depois, que a fragmentação da legitimidade proletária, nos anos 1921-1922, já trazia em germe, ao mesmo tempo, o nascimento de uma aristocracia nova que vinha do ex-proletariado e a possibilidade de práticas repressivas, em relação às massa operárias.

Lenin fazia notar que a NEP, ao mesmo tempo que autorizava um certo renascimento do capitalismo, permitiria, sobretudo, que se

de uma indústria em expansão, era necessário, e ainda seria mais necessário no futuro, promover a vinda de um número relativamente apreciável de trabalhadores do campo. Mas, justamente, “esses elementos, esses estratos da classe operária” *eram, de modo geral, os menos disciplinados, os menos aptos para a disciplina do trabalho,*” (E. Carr e R. W. Davies, *Foundations of a planned economy*, Pelican Book, 1974, p. 551.)

Daí o tema, cada vez mais freqüente, nessa época, de uma ofensiva contra a ideologia rural nas fábricas... espécie de “deskulakização” da classe operária!

Ver, a esse respeito, o trabalho de Merle Fainsod, *Smolensk, à l'heure de Stalin* (Paris, 1967), que reproduz documentos dos arquivos de Smolensk: “Em 21 de fevereiro de 1929, o Comitê Central do Partido dirigiu uma circular a todas as organizações do Partido, com o carimbo “proibido para publicação”. Esse documento se referia, de início, “à deteriorização da disciplina do trabalho”, nas fábricas; atribuí-a, principalmente, ao “aparecimento, nos centros de produção, de novas camadas operárias, sendo que a maioria tinha ligações com o campo; e, por este motivo, adotam, na maior parte das vezes, atitudes próprias da vida rural e se deixam dominar por considerações econômicas egoístas (p. 342.)

Um relatório da OGPU, de 1929, “Sobre a situação da classe operária, na região oeste”, cita diferentes manifestações de descontentamento e conclui: “Atitudes como essas podem ser atribuídas, em primeiro lugar, a operários que estão em contato com a agricultura e que trabalham, há pouco tempo, nas empresas industriais: não participam absolutamente no esforço de produção e, até certo ponto, influenciam os hesitantes (...). No que concerne à competição socialista organizada nas empresas (...) em um número apreciável de lugares, reina uma apatia e uma indolência excepcionais (...).” (Fainsod, *ibid.*, p. 346.)

Pode-se achar estranho que a polícia tenha a pretensão de se erigir em juiz das qualidades ideológicas e do nível de esforço produtivo das massas operárias. Mas a Tcheka, que se tornou, mais tarde, OGPU, sempre se julga detentora de uma legitimidade proletária conferida por sua origem, suas condições de nascimento, seu papel na perigosa fundação do novo Estado — e ela não reconhece essa legitimidade aos recém-chegados da produção industrial. Haveria uma “essência proletária” inalterável, insensível às variações da existência e do lugar, na produção? De um ponto de vista dialético, todo fenômeno pode se transformar em seu oposto e não existe coisa alguma que tenha uma natureza única e imutável. Mas, no que diz respeito a essa questão essencial da caracterização de classe, a ideologia bolchevique hesita entre o método dialético e o método metafísico...

reconstituísse o proletariado. Mas a morte interrompeu a obra de Lenin, antes que esse novo proletariado tomasse forma e entrasse na História. Qual teria sido a política de Lenin, em relação a essas forças operárias novas? De que instrumentos teóricos teria ela lançado mão para analisar, concretamente, esse fenômeno radicalmente inédito: a produção de uma classe operária nova, nas condições específicas de uma forma de ditadura do proletariado?

A evolução da posição de Lenin sobre a questão *sindical* e a complexidade de suas análises políticas, no debate encarniçado que dividiu o partido bolchevique a esse respeito, no final do ano de 1920 e no início de 1921, tornam possível apreender o rigor dialético com que Lenin tratava esse tipo de questão e de que, sem dúvida, ele teria usado, de modo ainda mais profundo, se tivesse tido tempo de abordar as contradições nascidas da emergência de uma nova força operária. As contradições fundamentais na classe operária produtiva e no pessoal de origem operária das estruturas estatais, administrativas, sindicais, já estão — ainda que de modo, em muitos aspectos, embrionário — no centro desses debates cerrados que precederam, de pouco, a NEP.

É a propósito dos sindicatos, e em polêmica contra as simplificações de Trotsky e de Bukarin, que Lenin declara, no VIII Congresso dos soviets, em dezembro de 1920:

“(Trotsky) pretende que, em um Estado operário, o papel dos sindicatos não é defender os interesses materiais e morais da classe operária. É um erro. O camarada Trotsky fala de um “Estado operário”. Mas é uma abstração! (...) Na realidade, nosso Estado não é um Estado operário, mas operário-camponês, essa é uma primeira questão¹.

(... Mas não é só isso (...)). Nosso Estado é um Estado operário apresentando *uma deformação burocrática* (sublinhado por Lenin) (...). E, então, em um Estado que se formou nessas condi-

¹ Lenin corrigirá esta formulação, no *Pravda* de 21 de janeiro de 1921, aceitando, sobre esta questão de definição, uma crítica de Bukarin: “Eu deveria lhe ter dito: um Estado operário é uma abstração. Na realidade, nós temos um Estado operário, primeiramente, com esta particularidade que é a população camponesa, e não operária, que domina no país; e, em segundo lugar, é um Estado operário com uma deformação burocrática.” (*O. C.*, t. 32, p. 41.)

ções concretas, os sindicatos não têm nada a defender? Podemos passar sem eles, para defender os interesses materiais e morais do proletariado inteiramente organizado? É um raciocínio inteiramente falso, do ponto de vista teórico.

(...) Nosso Estado existe de tal modo hoje que o proletariado, totalmente organizado, deve se defender, e nós devemos utilizar essas organizações operárias para *defender os operários contra seu Estado*, e para que os operários defendam nosso Estado. Essas duas defesas se operam por meio de uma combinação original (...)" (O.C., t. 32, p. 16-17.)

Essas indicações mostram que Lenin rejeitava a aproximação metafísica e mecanicista nessa questão fundamental: a caracterização proletária do Estado soviético e da classe operária e suas relações. E é bem no âmago da discussão sobre os sindicatos que Lenin se lança em um debate filosófico sobre o *método dialético*, com Bukarin (*De novo os sindicatos*, em O.C., t. 32, p. 67-109 — ver, em particular, p. 93-96). É, precisamente, sobre *a natureza contraditória de todo objeto e de todo fenômeno* que incide a demonstração de Lenin. É evidente que, através do problema dos sindicatos, é o do desenvolvimento contraditório da classe operária na estrutura soviética que está, então, no centro da reflexão de Lenin:

"A lógica formal (...) toma definições formais, guiando-se pelo que é mais corrente ou pelo que salta aos olhos, mais frequentemente; e detém-se aí. Se, fazendo isso, tomamos duas definições diferentes, ou ainda, se as justapomos, de modo inteiramente fortuito (...), havemos de obter uma definição eclética que indica nada mais que aspectos diferentes do objeto. A lógica dialética exige que avancemos, mais adiante. Para conhecer, realmente, um objeto, é necessário considerar e estudar todos os seus aspectos, todas as suas ligações e "mediações". Nunca o conseguiremos, integralmente, mas a necessidade de considerar todos os aspectos nos defende dos erros e do entorpecimento. Aí está um primeiro ponto. Em segundo lugar: a lógica dialética exige que se considere o objeto, em seu desenvolvimento, seu "movimento próprio" (como diz, às vezes, Hegel), sua mutação (...)." (O.C., t. 32, p. 94.)

Terá sido esse tratamento dialético das contradições assimilado pelo pensamento bolchevique, depois da morte de Lenin? É claro que uma forma de doutrina se cristalizou, nos anos seguintes, na União Soviética, sob a designação de "leninismo". Mas, nos debates ulteriores, há maior número de referências à política concreta de Lenin do que a seu *método*. Uma apreciação de Lenin feita em um determinado momento, referente a determinado objeto, ou a alguma situação específica, será extraída e recolocada em uma conjuntura concreta diferente, será universalizada, freqüentemente em detrimento da maneira materialista e dialética que Lenin usava para abordar os problemas. É um pensamento vivo e, portanto, necessariamente inacabado, que a morte interrompe, brutalmente, em 1924: o "leninismo", que nasce então, não é o prolongamento do pensamento de Lenin; é coisa diferente.

Em termos de organização do trabalho, o momento da interrupção onera, pesadamente, a herança: a morte de Lenin intervém no momento em que sua concepção "taylorista" do processo de trabalho industrial (redução em elementos simples e separação entre concepção e execução), que poderia, segundo seu ponto de vista, se combinar com importantes transformações democráticas, e mesmo favorecê-las, acaba de ser sobredeterminada pela desagregação da classe operária, recém-saída da guerra civil, e a extensão da ditadura do proletariado a importantes setores da população produtiva industrial e urbana, considerada como não proletária. Os limites próprios do pensamento bolchevique e da formação social russa, e depois soviética, se desdobram, assim, em um novo aspecto autoritário, ligado às conseqüências da guerra.

Buscando, no taylorismo, a simplificação do trabalho manual de que ele esperava, ao mesmo tempo, a liberação da classe operária (por uma importante redução, em duração, de um trabalho que se tornaria mais produtivo) e a extensão, em um futuro mais ou menos longínquo, das tarefas produtivas ao conjunto da sociedade, Lenin se esforçava para colocar, a serviço da primeira revolução proletária durável, tudo o que sua época lhe parecia ter produzido de utilizável para esse fim.

Mas o taylorismo — ou qualquer forma de organização do trabalho, baseada em princípios similares — trazia, também, em si, a burocratização do processo de trabalho e a exacerbação da divisão

entre trabalho manual e trabalho intelectual. Ele perpetuava, ou acentuava, profundas contradições, no próprio cerne do sistema social: no aparelho produtivo.

Lenin passou uma parte apreciável de seus últimos anos na perseguição de "Oblomov"¹, no aparelho de Estado soviético. Mas, no instante em que Lenin desaparecia e a NEP se instalava, Oblomov, fênix que renasce, sempre, das próprias cinzas, tenaz sobrevivente de todas as revoluções passadas, hauria uma nova juventude, nas entranhas da sociedade soviética: no estaleiro, na mina, na oficina, na fábrica...

¹ Oblomov, nome do personagem central de um romance célebre de Ivan Gontcharov.

Em 6 de março de 1922, Lenin declarava, em uma reunião de metalúrgicos comunistas:

"(Maiakovski) em seu poema, (...) zomba das reuniões e caça dos comunistas que só fazem se reunir e se reunir. Não critico a poesia mas, quanto à política, posso garantir que é exatamente assim (...). Havia, outrora, na Rússia, um personagem típico: Oblomov. Ele ficava, todo o tempo, deitado em sua cama, fazendo planos. Daí para cá, muito tempo se passou. A Rússia fez três revoluções e, apesar disso, os Oblomovs continuam, porque Oblomov não era somente um proprietário, mas também um intelectual; e não somente um intelectual, mas também um operário e um comunista. Basta que alguém olhe para nós, quando nos reunimos, quando trabalhamos nas comissões, para dizer que *o velho Oblomov continua aqui*; e que é preciso lavá-lo, limpá-lo, sacudi-lo e sová-lo, por muito tempo, até que daí saia alguma coisa." (O.C., t. 33, p. 226-227.)

Também na Coleção **Socialismo Hoje**

A OPOSIÇÃO NO “SOCIALISMO REAL” de Fernando Claudín

Um levantamento e uma análise dos movimentos de oposição na União Soviética, Hungria, Polônia e Tcheco-Eslováquia pelo conhecido escritor espanhol, companheiro de Jorge Semprun na sua expulsão do Partido Comunista Espanhol.

A partir de uma perspectiva democrática e socialista, o autor desvela o mistério dos “dissidentes”. Para Claudín, a ampla gama de opositores nos países do Leste europeu, que surge e se desenvolve depois da morte de Stálin, em 1953, já é um fator político que esses regimes não podem desprezar. Ele considera que é fundamental para a esquerda ocidental “que aprendeu a desvelar a verdadeira face do imperialismo por detrás do palavreado liberal”, aprender também a reconhecer as características totalitárias e também imperialistas desse novo tipo de regime que se instalou e que se legitima com uma linguagem pseudo-revolucionária.

Para todos os que se interessam pelos rumos do socialismo, um livro indispensável pela quantidade de informações e pela profundidade da análise.

**NAS BOAS LIVRARIAS DE SUA CIDADE OU PELO
REEMBOLSO POSTAL**

Também na Coleção **Socialismo Hoje**

A CRISE DO SOCIALISMO
de Hércules Corrêa

UNIÃO SOVIÉTICA, HÁ SOCIALISMO NISSO?
de Vladimir Palmeira

Dois livros, duas visões, uma discussão atual e interessante para os leitores da coleção *Socialismo Hoje*. O primeiro, escrito por um membro do "Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas" que pretende legalizar o PCB, assinala o que lhe parece serem imperfeições do socialismo, que ele aceita como sendo o regime implantado nos países do Leste europeu, e da política dos partidos dirigentes desses países. Mas rejeita as críticas "esquerdistas" e as formuladas pelos "euro-comunistas", assinalando que esses regimes têm amplas condições de superar seus problemas.

O segundo, escrito pelo ex-dirigente estudantil e exilado, candidato a senador pelo PT no Rio de Janeiro, Vladimir Palmeira, reúne as evidências apresentadas por quem afirma e por quem nega o caráter socialista do regime soviético, e dá sua opinião a respeito.

Fundamental para quem participa e acompanha democraticamente o debate sobre o assunto.

**NAS BOAS LIVRARIAS OU PELO REEMBOLSO
POSTAL**

Coleção Nossos Dias

Uma coleção com livros para quem quer estar por dentro de algumas das principais questões que afligem e preocupam a população brasileira.

CARAJÁS, O ATAQUE AO CORAÇÃO DA AMAZÔNIA de Lúcio Flávio Pinto

Com base num vasto arsenal de dados, o Autor discute as propostas dos formuladores do projeto "Grande Carajás". E traça, ao mesmo tempo, o pano de fundo deste novo capítulo da apropriação do patrimônio de um país, dependente dos capitais internacionais.

MEMÓRIA CAMPONESA

de José Pureza (depoimento a Eliane Cantarino O'Dwyer)

Um retrato das lutas camponesas no Rio de Janeiro, entre 1947 e 1964. Pureza foi uma das lideranças deste movimento e relata seus objetivos e formas de luta.

OFÍCIO DE MÃE

de Iramaya Queiroz Benjamin (depoimento a Margarida Autran)

As dores e a preocupação da mãe com a clandestinidade, a prisão, a tortura e o banimento dos filhos. A politização da mãe dona-de-casa. A participação na luta pela anistia e a opção pelos oprimidos.

A FOME NO NORDESTE BRASILEIRO

de Ivo Patarra

Um relato dramático sobre a fome no Nordeste. Descrição da miséria reinante e da inércia das autoridades. O trabalhador comum que se revolta. Os saques. Esperanças e desesperanças do povo do Nordeste.

**NAS BOAS LIVRARIAS DE SUA CIDADE OU PELO
REEMBOLSO POSTAL**

Este livro foi composto pela Linolivro em tipos Times Roman, corpo 10 e impresso em 3.000 exemplares pela Editora Vozes, para a Editora Marco Zero em julho de hum mil e novecentos e oitenta e três

Atendemos também pelo Reembolso Postal
Travessa da Paz, 15 — Rio Comprido,
Rio de Janeiro, RJ, 20 250, tel.: 273-2337

Robert Linhart

Lenin os camponeses Taylor

Duas questões apaixonantes, duas questões que estão na base da discussão sobre o caráter do regime existente na União Soviética.

A primeira é a posição de Lenin em relação aos camponeses e à aliança operário-camponesa. A segunda é a posição de Lenin com respeito à industrialização e ao processo de trabalho dentro das fábricas.

Linhart foge das citações feitas, dos dogmatismos sem sentido. Realiza uma interpretação de Lenin no contexto histórico, abordando as contradições aparentes e reais da posição do conhecido líder revolucionário.

Linhart — de quem já se publicou no Brasil “Greve na Fábrica” — critica francamente Lenin e o stalinismo, mas sem cair em modismos que tratam o revolucionário como o revolucionário.

UFRN

SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFRN



SIGAA

2015017910
